

cadernos do

# terceiro mundo

Cz\$ 15,00 • Ano IX • Nº 89

EXCLUSIVO: entrevista  
com Winnie Mandela

GUERRA  
NO  
MEDITERRÂNEO



**CHILE**  
O começo do fim

N  
p



*nosso petróleo  
onde  
é necessário...*

Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola

**ONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 • Luanda  
telex 3148 3260

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



#### BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52  
10º andar  
Tel.: 263.56.11  
Telex 21664MERI

#### PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dto/Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Tel.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

#### HOLANDA

Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



#### ANGONAVE U.E.E.

Linhos marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Teléf. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGONAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**

# Angola, terra da liberdade.

N  
p



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA  
RIO

**SAÍDAS**

sábado: 10.00 hs.  
(hora de Angola)  
domingo: 17.00 hs.  
(hora do Brasil)

**CHEGADAS**

sábado: 13.30 hs  
(hora do Brasil)  
2.ª feira: 5.00 hs  
(hora de Angola)



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
A Serviço da Reconstrução Nacional

## Um ato de loucura

Depois da queda de Duvalier e Marcos, baixou a cotação de Pinochet e aumentaram as esperanças de um desfecho a curto prazo no Chile que possa reencaminhar o país para a vida democrática.

A matéria de capa sobre o Chile que oferecemos aos leitores estava programada desde o ano passado, mas adquiriu uma nova atualidade à luz desses acontecimentos. Juntamente com nosso correspondente em Santiago, Fernando Reyes Matta, um dos diretores-pesquisadores do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), coordenamos uma cobertura que permitisse avaliar em que medida a expectativa internacional poderá ser compensada com fatos concretos.

Mas nossos planos tiveram que ser parcialmente alterados na última hora, com a agressão norte-americana à Líbia, que quase provoca uma guerra no Mediterrâneo — que para muitos poderia ser o início do holocausto nuclear — e cujas consequências ainda haveremos de sentir por muitos meses. Neiva Moreira,

nosso diretor, assina o editorial deste número, mostrando o isolamento internacional em que Reagan ficou depois desse ato de loucura.

Apresentamos ainda a militante anti-racista Winnie Mandela entrevistada em Soweto por nosso colaborador Adrián Soto, a qual mostra em suas declarações a clareza de idéias e a "garra" que a transformaram ao longo de décadas de luta em uma das mulheres mais respeitadas do movimento anti-apartheid. Nossa correspondente em Maputo, Etevaldo Hipólito, nos traz um testemunho de sua visita às bases militares do movimento contra-revolucionário Renamo, desmanteladas em uma ofensiva vitoriosa das forças armadas moçambicanas, lideradas por um combatente da Frelimo da guerra anticolonial.

A seção *Especial* com a qual encerramos cada número é dedicada a El Salvador, com as posições de dois dirigentes da FMLN-FDR sobre a nova conjuntura regional e uma avaliação da situação militar e da evolução do quadro político interno.

N  
p

cadernos do  
terceiro  
mundo

third  
world

cuadernos del  
tercer  
mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)  
Roberto Remo Bissio  
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro

Juan Somavía

Henry Pease García

Aquino de Bragança

Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista Mensal nº 89

Maio - 1986

Preço da Capa: Cz\$ 15,00

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente

Claudia Neiva, Roberto Bardino, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Raúl González, Cristina Canoura, Artur Poerner, Antônio Araújo

Revisão

Sandra Castello Branco, Cléa Márcia Soares

Departamento de Arte

Sonia Freitas, Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Cattálio

Centro de Documentação

Helena Falcão, Lídia Freitas, Eunice H. Senna, Elizabeth Mesquita, Letícia Maria C. Pinto, Joára Lima (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka (México)

Composição

Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz da Silva Correia

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moucier Wemeck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Marantoni, Malizia Stein, Sol Carvalho, José Monnerat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Mairá, Roger Rummell, David Fig, A. W. Singham, Alex Mashinini, Laurine Platcky, Ana Maria Urbina, Lígia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Grávida Kuncar, Hugo Neves, Ottoniel Martínez, Deborah Huntington, Alan Naim, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Míria Couto, Luís Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phillip Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvarez, Carlos Núñez, Pablo Marítez, María de Cautín, Julio Roselló, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Niló Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos, Victor Bacchetta

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Castilla 16637 - Correo 9 Providencia - Santiago de Chile

Equador: José Steinleger

Apartment 8968, suc. 7 - Torres de Almagro - Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartment 270031 - Lima 27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartment Aéreo 10465 - Telef. 285-66-14 - Bogotá

Nicarágua: Arqueles Morales

Apartment 575 - Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Mozambique: Etévaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchield - Maputo

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Mozambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Mozambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto de capa: Tito La Pena/Agência Keystone

EDIÇÕES REGIONAIS

• Edições em Português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabarra Filho  
Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clóvis Sena - Brasília

Circulação, Assinatura e Promoção:

Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa

Fotolito e Impressão:

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799  
Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro.

RJ - Telef. 242-1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,  
GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Caçapá do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50

Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edições em Espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel da Católica, 922, México, D.F.

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-1740 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A

Avenida 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

• Edição em Inglês (bimestral)

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência:

Rua da Glória, 122/105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro, RJ

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belice City. BÉLGICA: SEUL, Bruxelas. BOLÍVIA: Tecnolíbros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. CANADÁ: Coop-Books Shop, Winnipeg. COLÔMBIA: Guillermo Segovia Mora, Bogotá. COSTA RICA: Centro Popular de Educação "Vecinos", San José. EQUADOR: DINACUR, Quito. EL SALVADOR: Livraria Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Praire News Agency, Chicago. III. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Livraria del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, III. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, DC. Bookworks, San Francisco, CA. FRANÇA: L'Harmattan Librairie Center, Paris. Eki-nor, Biarritz. GRA-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. HONDURAS: Roberto Sosa, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Roma. MÉXICO: Mais de 100 livrarias em todo país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. NICARÁGUA: Imelsa, Manágua. PANAMÁ: Ediciones C.C.S., Panamá, 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim Antônio de Aguiar, 66, Lisboa. PORTO RICO: Livraria Paliques, Ponce. La Tertulia, Río Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Fondo Editorial, São Domingos. CEDEC, São Domingos. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con-Vertrieb, Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Livraria Latino-americana, Estocolmo. URUGUAI: Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideu. VENEZUELA: Publicações Espanholas S.A., Caracas.

**cadernos do**

# **terceiro mundo**

## **PARA PREÇOS CONGELADOS PROMOÇÃO QUENTE. APROVEITE!**

**VOCÊ CONSEGUE: E GANHA DE BRINDE:**

3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas de Jornal do País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do Jornal do País
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do Jornal do País
1 assinatura da revista	4 semanas do Jornal do País

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

- 03 parcelas de Cz\$ 60,00. A 1<sup>a</sup> parcela juntamente com este cupom por  cheque nominal ou  vale postal-ag. central. (A 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde).  
 À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por  cheque nominal ou  vale postal-ag. central.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

- 03 parcelas de Cz\$ 60,00. A 1<sup>a</sup> parcela juntamente com este cupom por  cheque nominal ou  vale postal-ag. central. (A 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde).  
 À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por  cheque nominal ou  vale postal-ag. central.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

- 03 parcelas de Cz\$ 60,00. A 1<sup>a</sup> parcela juntamente com este cupom por  cheque nominal ou  vale postal-ag. central. (A 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde).  
 À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por  cheque nominal ou  vale postal-ag. central.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ ..... em .....  
cheque nominal ou  vale postal - ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo  
Ltda. Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa  
do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.  
Nome: .....  
Endereço: ..... Cidade: .....  
Bairro: ..... CEP: ..... Tel.: .....

# estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

Data ..... / ..... / .....

"Estante" da revista nº 89, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Ass. do Comprador

## TABELA DE DESCONTOS

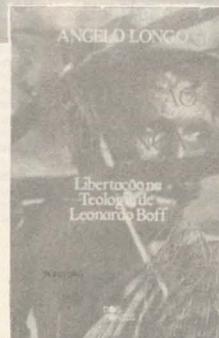
- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



**OS LUCROS DA FOME**  
de *Miranda Neto*

O livro focaliza os principais problemas que afligem a agricultura brasileira, tais como: a modernização agrícola que esquece o homem do campo, a produção de energia em detrimento da produção de alimentos, a concentração da propriedade fundiária e a ineficiência e o abuso da comercialização de gêneros alimentícios. 180 págs.

E-67 Cz\$ 35,00



**DOMINAÇÃO & MUDANÇA**  
de *Angelo Longo*

O livro abrange duas questões, articuladas entre si, como expressão de uma perspectiva crítica. A primeira questão é - Dominação & Mudança: Processos Dialéticos Fundamentais. A segunda: O Discurso de Boff: Prédicas x Práxis. 91 págs.

E-64 Cz\$ 25,00



**INFLAÇÃO ZERO –  
BRASIL, ARGENTINA  
E ISRAEL**  
Persio Arida (org.)

Os três textos desta coletânea têm como objetivo comum fornecer elementos para uma avaliação da teoria e da prática das reformas monetárias. 96 págs.

E-65 Cz\$ 28,00



**A UDN E O UDENISMO**  
*Ambiguidades do liberalismo brasileiro*

Originalmente uma tese de doutoramento na USP, o presente trabalho submete a uma análise aguda e despreconceituosa a história da UDN e suas características como partido. O resultado é um quadro que enriquece a nossa compreensão da vida política brasileira em geral. 297 págs.

E-66 Cz\$ 75,00

7 *Cartas*

9 *Panorama Tricontinental*

16 *Editorial – Reagan: a orfandade internacional,*  
Neiva Moreira

18 *Matéria de capa – Chile: Será 1986?*

19 Um ano decisivo, *Fernando Reyes Matta*

25 A gravação do golpe

27 Uma carta aberta a Pinochet

30 "Nós, mapuches, somos segregados", *José Carrasco*

32 A Cultura: esse grito de liberdade

35 Os jovens têm uma capacidade de diálogo maior,  
*Jorge Andrés Richards*

38 O negócio das armas, *Marcela Otero*

*África*

43 Moçambique: Nova vitória militar contra a Renamo,  
*Étevaldo Hipólito*

48 África do Sul: "Vivemos em cima de um vulcão", entrevista com  
Winnie Mandela, *Adrián Soto*

51 Botha contra Botha, *Carlos Cardoso*

*Ásia*

57 Sri Lanka: Um paraíso fiscal ameaçado, *Ravindran Casinader*

60 Havaí: Uma visita indesejável

*Reflexões*

62 Sobre o Plano Baker, *Pompeyo Márquez*

*Minorias*

64 Qual o preço do avanço da civilização?, *Teresa Apin*

*Comunicação*

67 Manobras e mecanismos de desinformação, *Mario Benedetti*

*Infância*

73 O descaso com o futuro, *Artur José Poerner*

*Cultura*

77 O Momo antiimperialista, *Mauricio Ubal*

*Especial – El Salvador*

85 "Queremos a paz, mas nos preparamos para uma longa guerra",  
*Roberto Remo Bissio*

91 "O diálogo pode impedir a intervenção", entrevista com  
*Guillermo Ungo, Victor Bacchetta*

93 Os direitos humanos durante 1985: um balanço

96 *Humor: Pedro Toste*



Líbia bombardeada: uma agressão mundialmente condenada



Winnie Mandela: o testemunho de uma militante anti-racista



El Salvador: a busca da paz

# Está aí a Europa que não nos deixa mentir



*"Habituados a conhecer as realidades do Terceiro Mundo através das análises de especialistas europeus e norte-americanos, não há como não se regozijar com o lançamento em língua portuguesa do Guia do Terceiro Mundo...."*

*"Seu mérito é ter confrontado números, que lhes pareciam às vezes incompletos, com aqueles que puderam recolher graças à pesquisa de intelectuais e cientistas independentes, notadamente da América Latina."*

*"O livro tem outra particularidade: ele propõe uma classificação nova das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste."*

*"... este Guia é uma ferramenta de trabalho necessária para todos aqueles que pretendem conhecer as realidades contemporâneas através do prisma do Terceiro Mundo."*

(LE MONDE DIPLOMATIQUE, agosto de 1985)

## GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Uma publicação que não vê o mundo  
com olhos dos países ricos

*A edição de 1986 será lançada brevemente. Anote na sua agenda*

## Carta do mês

### Do embaixador da Argélia no Brasil

Renovo a vossas senhorias meus parabéns pela seriedade e firmeza de sua revista cujo artigo sobre o Saara Ocidental, em seu número 87, é particularmente esclarecedor. A respeito desse problema, a diplomacia marroquina continua utilizando a técnica da grande mentira na esperança de que, por força da repetição, alguma coisa haverá de permanecer. É lamentável ver o senhor representante do Marrocos no Brasil entregando-se atualmente, pela imprensa, a uma campanha histórica dirigida contra a Argélia, em que sua excelência expressa opiniões mais realistas do que as do próprio rei ao mesmo tempo que se proclama antimonarquista. Com sua habitual serenidade, a Argélia continuará a preconizar a paz e a concórdia entre todos os países do Maghreb.

Com os 96 países membros das Nações Unidas que adotaram a resolução a respeito do Saara Ocidental na 40ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, meu país continuará aadvogar pela negociação de um cessar-fogo entre as duas partes em conflito, o Marrocos e a Frente Polisario, e pela organização, sob o patrocínio da OUA e da ONU, de um plebiscito isento de quaisquer pressões, administrativas ou militares.

Bachir Ould Rous — Embaixador da Argélia no Brasil

**Observação:** Foi enviada cópia desta carta a todos os senhores membros do governo brasileiro, parlamentares e responsáveis universitários, políticos e sindicais do Brasil.

### Repúdio à UNITA

Quero repudiar, através da revista *cadernos do terceiro mundo*, a visita do chefe fantoche da Unita aos Estados Unidos, a fim de manter contatos com autoridades norte-americanas.

Paulo Francisco Salvador "Lino" — Luanda — Angola

1986 — Maio — nº 89

### Deformações imperialistas

(...) É claro que existem palestinos e outros árabes radicais. Muitas das suas ações podem ser condenadas porque são realmente erradas. Eu não creio que Abu Nidal e o possível apoio líbio ou sírio a esses grupos radicais sejam úteis à luta do povo palestino. As agências de notícias internacionais, que dominam a maior parte do fluxo informativo (deformativo) no Ocidente, têm tentado fixar estas idéias: "Abu Nidal está realizando ataques terroristas, matando pessoas inocentes; Abu Nidal é dissidente da OLP; a OLP é uma organização terrorista, com alguns dissidentes radicais; não se deve negociar com a OLP". É assim que as agências de notícias pintam o quadro, com o ob-

jetivo de levar a opinião pública ocidental a aceitar os pontos de vista e as ações imperialistas contra os povos do Terceiro Mundo, e neste caso contra a Nação Árabe. E os Estados Unidos propõem sanções contra a Líbia! (...) As sanções econômicas não resolvem nem nunca resolveram nada. Não deram resultado com Cuba, com a Rodésia e não funcionarão no caso da Líbia. Não dão resultado porque nunca se verifica unanimidade internacional, nem sequer, infelizmente, em relação à África do Sul.

O imperialismo parece esquecer que todos estes problemas só se resolverão quando se solucionar a questão fundamental do Oriente Médio: o respeito ao direito do povo palestino à criação de um Estado independente no seu território patrio.

José Nunes — Lisboa — Portugal



Palestinos: o direito inalienável de viver em sua pátria

### Opinião de um leitor

Sou um assíduo leitor de *cadernos* e venho por meio desta parabenizar a reportagem de alto nível do nº 85 desta revista, sobre "O céu amarelo do vale da morte", que nos mostra a tragédia da poluição em Cubatão e a lamentável omissão das nossas autoridades em preservarem o nosso meio ambiente.

Gostaria de informar da repercussão positiva que *cadernos* tem

na comunidade universitária local, notadamente nos centros acadêmicos, onde militam as jovens lideranças do nosso movimento estudantil, aqui na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Campina Grande e João Pessoa.

Com relação à seção "Notas de economia", na página 75, também do nº 85 de *cadernos*, sobre o assunto "o Peru estuda barter com o Brasil", eu gostaria de fazer uma pequena correção sobre a informação de que a região amazônica seria muito bene-

terceiro mundo — 7

ficiada com o petróleo peruano, devido à distância que a separa das principais refinarias localizadas em Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Na realidade, Recife é a única grande metrópole brasileira que não possui uma refinaria de petróleo, apesar de ter cerca de 4 milhões de habitantes na área metropolitana e de ser uma das maiores consumidoras de derivados de petróleo do país.

Enquanto isso, as lideranças políticas de Pernambuco continuam negligentes como nunca e aquela que é a metrópole com maiores problemas sociais do país só serve para pagar impostos federais que são aplicados em outras cidades do Brasil.

No que concerne ao panorama internacional, praticamente todos os números de *cadernos* têm como alvo principal a África do Sul e a Namíbia. Também seria bom que *cadernos* desse um tratamento semelhante à Indonésia, focalizando o expansionismo deste país, que teve como consequência o genocídio em larga escala praticado em Timor e em Iriá Ocidental (a parte oeste da Nova Guiné) por tropas indonésias. A meu ver, os nativos de Timor e Iriá Ocidental que resistiram à brutal ocupação indonésia são tão humanos quanto os negros sul-africanos e merecem da ONU e da imprensa internacional o mesmo tratamento solidário que foi dispensado aos nossos irmãos negros da África do Sul.

Também seria bom que *cadernos* desse uma maior ênfase à divulgação dos atos que o criminoso estado de Israel pratica contra os indefesos palestinos nas áreas ocupadas.

Humberto Amorim de Almeida —  
Campina Grande — Brasil

### Crônica de Infâncias

Quem lhes escreve faz parte de um grupo de jovens jornalistas que baseiam habitualmente o seu trabalho na publicação editada por vocês. Os motivos para que isso ocorra são claros: a história de nossos empobrecidos países não há de ser relatada por aqueles que os (nos) submetem a esse empobrecimento. Daí que uma publicação proveniente do Terceiro

Mundo, para seus próprios povos, representa um instrumento básico para conhecer e entender os seus problemas.

Não vamos reiterar os elogios, já que a seriedade da publicação é a consequência lógica da capacidade de seus colaboradores, por todos conhecidos. Desejámos, sim, conhecer os motivos da não-inclusão, na última edição do *Guia*, em sua sessão "Crônica de Infâncias", do golpe militar em nosso país (para nós uma grande infâmia). Poderá ser o tema limitado ao capítulo destinado ao Uruguai? Desejámos (se possível) que nos próximos números de *cadernos* se explicasse esta não-inclusão.

Alvaro Pan Cruz — Montevideu — Uruguai

N. do R.: A "Cronologia Imperial" que publicamos no *Guia* 86 devia

subintitular-se (como consta do índice) "Intervenções norte-americanas na América Latina". Uma mudança de última hora transformou a frase em "Crônica de Infâncias", mais breve e impactante, mas menos explícita do que o leitor deve esperar das páginas seguintes. Obviamente cabe ao "processo" uruguai o adjetivo de "infame" e muitos outros mais contundentes. Admitimos, inclusive, que é discutível até onde teve o governo norte-americano sua cota de responsabilidade na gestação e sustentação dessa infâmia. Mas não se trata de um caso flagrante de intervenção estrangeira como os que a cronologia reúne e por esse motivo não foi incluído. Além das importadas, reconheçamos, o Terceiro Mundo também tem suas infâncias nativas, como o leitor atento poderá constatar em outros capítulos do *Guia*.

### Intercâmbio

- *Catarino Manuel da Conceição (Tino)*  
C.P. 3932 — Luanda — Angola
- *Rodrigo Bernardo Sousa (Tigre)*  
Rua Rei Katayala, 89B, 1º — C.P. 14014 ou 16414 — Luanda — Angola
- *Domingos Francisco*  
C.P. 6363 — Luanda — Angola
- *José Pedro Gonçalves (Mossuca)*  
a/c Lucas Mário (Malo) — C.P. 6675 — Luanda — Angola
- *Jino da França*  
C.P. 14199 — Luanda — Angola
- *Isaac Alfredo (Guerra)*  
C.P. 561 — Benguela — Angola
- *Cidão João de Campos*  
Bairro Precol — Rua Violeta, 40 — Luanda — Angola
- *Carla Marina Will*  
Rua Dr. Antônio José de Almeida — C.P. 81 — Benguela — Angola
- *Fernando E. Marques Rodrigues*  
C.P. 23.084 — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.922 — Brasil
- *Isaqueil Mabuleza Jó*  
Av. 24 de Julho, 56 — Mapacuane — Beira-Sofala — Moçambique
- *Mário Rodrigues B. Lopes*  
Rua Diolinda Rodrigues — C.P. 18.489 — Vila Alice — Luanda — Angola
- *Sebastião Rocha de Souza*  
Rua do Pernambuco — Bairro Rangel — C.P. 6545 — Luanda — Angola

- *Paulo Jorge Gomes Justo*  
Av. 25 de Abril, 231, 2º Dto. — Mira Sintra, 2735 — Cacém — Portugal
- *Moisés Ferreira Bambi*  
C. P. 677 — Uige — Angola
- *José Emiliano Pinto de Andrade*  
Baký — 153, AZ CCP — M/R — 21 URSS
- *Maria Luisa*  
a/c José Branco, C. P. 2679 — Luanda — Angola
- *Conceição Pedrini*  
Av. Ernesto Geisel 4580 — Campo Grande — MS — CEP: 79100 — Brasil
- *Luís Paulo Maria*  
C. P. 1665 — Benguela — Angola
- *Estêvão Luís Pedro*  
C. P. 1634 — Benguela — Angola
- *Manuel da Conceição Custódio*  
C. P. 18219 — Benguela — Angola
- *João Baptista Lima Rodrigues*  
C. P. 1306 — Luanda — Angola
- *Benvinda Faria Pinheiro*  
C. P. 1393, a/c A. Adão Pinheiro — Luanda — Angola
- *Simão Bartolomeu Sanda*  
Bº Nélito Soares, Rua Buco — Zan CNº 194 — C. P. 18155 — Luanda — Angola
- *João de Deus*  
C. P. 218 — Sumbe — Angola
- *Jerônimo José Salvador "Jeró"*  
C. P. 509 — Luanda — Angola
- *Fernando Anacarás da Silva*  
a/c Fernanda da Silva, C. P. 1426 — Benguela — Angola
- *Augusto Paulo*  
C. P. 1422 — Benguela — Angola

## Panorama Tricontinental

### Líbia: uma agressão indiscriminada

Em menos de um mês, aviões dos Estados Unidos bombardearam duas vezes a Líbia. O primeiro ataque ocorreu a 24 de março passado, quando foram danificadas baterias de mísseis, estações de radar e afundadas lanchas-patrulhas líbias. No segundo, de maiores proporções, na madrugada de 15 de abril, os alvos mais atingidos foram as zonas residenciais de Trípoli e a cidade de Bengazi, matando civis, entre os quais uma filha de Kadhafi, Hana, de apenas 16 meses de idade. Outros dois filhos do líder líbio ficaram gravemente feridos.

Neste último ataque, os Estados Unidos utilizaram 33 aviões; 18 bombardeiros F-111, baseados na Inglaterra, e 15 caças A-6 e A-7, dos porta-aviões "America" e "Coral", ambos estacionados em águas do mar Mediterrâneo, perto da costa líbia. Foram lançadas bombas de 225 e 900 quilos, que causaram estragos em prédios das embaixadas da França, Suíça, Finlândia e Japão. Calcula-se em 20 o número de mortos, além de centenas de feridos. Pelo menos um avião F-111 foi abatido pela defesa antiaérea líbia, com a morte de seus dois ocupantes.

Segundo a versão oficial de Washington, o ataque foi lançado contra "centros terroristas e alvos militares cuidadosamente escolhidos". No final do bombardeio, vários edifícios residenciais estavam destruídos, com velhos, mulheres, crianças e estrangeiros mortos ou feridos. O secretário de Defesa Caspar Wein-

berger disse que "só sabemos de janelas quebradas" e tentou insinuar, em entrevista à televisão norte-americana, que a destruição de áreas civis poderia ter sido causada pelas próprias baterias antiaéreas da Líbia.

Para chegar a Trípoli, os aviões F-111 tiveram que dar uma volta de cinco mil quilômetros sobre o Atlântico, porque a Itália, a França e a Espanha não permitiram a utilização de seu espaço aéreo.

te-americana.

Desde a eleição de Reagan, em 1980, a Líbia passou a ser alvo da nova política armamentista e conservadora norte-americana. Foi montada uma campanha internacional destinada a tentar vincular Kadhafi ao terrorismo internacional. A Líbia é, hoje, um dos países mais prósperos do Mundo Árabe. Kadhafi, desde que o Conselho da Revolução por ele liderado derrubou a monarquia em 1969, transformou o país, que proclamou "muçulmano, nasserista e socialista".

Com a execução de um plano inicial de eliminação das bases militares inglesas e norte-americanas, além de impor limitações drásticas às atividades de quase 60 firmas transnacionais no país, a face da Líbia foi mudando. O setor mais atingido foi o da exploração do petróleo, onde o governo assumiu o controle da produção, sem no entanto romper totalmente com as companhias estrangeiras.

Os enormes recursos do petróleo deram a Kadhafi condições de pôr em prática um ambicioso projeto de modernização do país, que incluiu a realização de uma reforma agrária e um sistema de previdência social. Em cinco anos, a Líbia deixou de ser o país mais pobre do norte da África, para alcançar a renda per capita mais elevada do continente: 8.500 dólares.

No plano econômico, a Líbia tem uma presença muito forte na África, principalmente pela ajuda prestada aos países mais pobres.



Áreas residenciais foram bombardeadas em Trípoli e Bengazi

A primeira reação líbia ocorreu pouco mais de 13 horas após o bombardeio. Dois mísseis foram lançados contra a ilha italiana de Lampedusa, onde está localizada uma estação de radar, controlada por técnicos norte-americanos. Os mísseis não atingiram o alvo. No dia 16, Kadhafi falou à nação pela televisão e disse que Reagan deveria ser julgado como "assassino de crianças e criminoso de guerra". Sugeriu que os últimos atentados na Europa — pretexto utilizado por Washington para ordenar o segundo bombardeio da Líbia — podem ter sido organizados pela própria contra-espionagem nor-

## Condenação mundial ao ataque

□ A comunidade internacional reprovou majoritariamente a ação militar norte-americana contra a Líbia, com reações que foram desde manifestar preocupação ou deplorar o ataque, até a condenação e o repúdio à atitude de Washington. A administração do presidente Reagan, por sua vez, só obteve o apoio incondicional da Inglaterra, Israel, África do Sul e Canadá, enquanto outros aliados menores, como Chile e Costa Rica, optaram por dar um apoio indireto.

Os países membros da Comunidade Econômica Européia e aliados no âmbito da Otan não apoiaram, nem antes nem depois do ataque, as represálias dos Estados Unidos contra a Líbia. A negativa em aplicar sanções econômicas e o chamado à moderação dos ministros da CEE foram ignorados por Washington, que não pôde utilizar as bases da Otan nem o espaço aéreo europeu para o bombardeio, à exceção da Inglaterra.

Depois da agressão, França, Itália, Espanha e Suécia depoaram abertamente o ataque, en-

quanto a Alemanha Federal assumiu uma posição ambígua. O chanceler Helmut Kohl justificou a ação norte-americana, enquanto o seu vice-ministro de Relações Exteriores considerou-a ineficaz para combater o terrorismo.

O Movimento dos Países Não-Alinhados, sob a presidência da Índia, reagiu com rapidez e condenou severamente a agressão contra a Líbia, membro do movimento, em uma declaração emitida pelos ministros de Relações Exteriores. No mesmo sentido se pronunciaram os representantes dos países não-alinhados, em especial os grupos árabe e africano, membros do Conselho de Segurança da ONU, que repudiaram a "arrogância e desrespeito ao direito internacional" por parte dos Estados Unidos. O secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, deplorou também o ataque norte-americano.

A ação dos Estados Unidos estimulou a solidariedade entre os países árabes, que se expressou na condenação à agressão emitida pela Liga Árabe. A

Soldados norte-americanos participantes do ataque comemoram o feito



posição do Mundo Árabe apresenta matizes, desde o apoio mais decidido à Líbia, por parte da Síria, Irã e da OLP, até manifestações de apoio mais cautelosas. Mas o maior revés diplomático para Washington, neste âmbito, foram as declarações de repúdio ao ataque por parte do Egito e Arábia Saudita, seus mais próximos aliados na sua política para o Oriente Médio.

Entre os países do campo socialista, a condenação ao bombardeio norte-americano foi unânime, incluindo a China Popular. A repercussão política mais importante ficou por conta da União Soviética, ao anunciar a suspensão do encontro de chanceleres, previsto para meados de maio, que devia preparar a próxima reunião entre Reagan e Gorbachov. A reação soviética, que qualificou a agressão à Líbia como "bárbaro ataque terrorista", representa outro retrocesso da diplomacia norte-americana nas relações entre as duas superpotências.

Na América Latina, o repúdio mais enérgico à ação dos Estados Unidos partiu da Nicarágua e de Cuba, seguido por uma condenação explícita do ataque por parte do México, Argentina, Panamá e Guiana. Brasil, Venezuela e Colômbia optaram por uma atitude mais prudente, manifestando a preocupação pelo incidente e pronunciando-se a favor da solução do conflito por meios pacíficos. Na Costa Rica, o presidente Monge chegou a justificar a atitude norte-americana. No Chile, o chanceler de Pinochet qualificou de "grave" o fato, enquanto a imprensa pró-governamental declarou mais explicitamente o seu apoio a Washington.

## Paquistão: Benazir Bhutto volta para lutar pela democracia

Após dois anos de exílio na Inglaterra, Benazir Bhutto, filha do ex-primeiro-ministro Ali Bhutto, enforcado em 1979, regressou ao Paquistão para lutar contra o regime do general Zia Ul-Haq, por eleições livres e pelo restabelecimento da democracia. Ela volta ao país nove anos depois da deposição de seu pai pelo general Zia Ul-Haq e encontra o Paquistão livre da lei marcial — levantada no dia 1º de janeiro passado — que vigorou desde o golpe militar de 1977, porém mergulhado na falta de liberdade.

Benazir, de 32 anos, é presidente do Partido Popular Paquistanês, fundado por seu pai e depois dirigido por sua mãe, Begum Bhutto, após a morte do marido. Recebida por uma multidão calculada em 300 mil pessoas, em Lahore, a segunda maior cidade do país, ela afirmou, sob aplausos, que "não retornoi para me vingar. Vim fazer a revolução no Paquistão". Depois, disse que as grandes multidões que a saudaram, mudaram o equilíbrio do poder no país e que ela já poderia ter assumido o governo, mas que prefere mudanças pacíficas. "O custo seria muito alto", declarou.

Um dia após a sua chegada, em meados de abril, um grupo de homens armados invadiu a casa onde se hospedara. Os empregados capturaram um deles, identificado como Abdul Gayym, um major reformado do exército, depois de ter quebrado várias janelas, disparado contra a casa e agredido um vigia. Segundo membros do Partido Popular Pa-

quistanês, o objetivo do major era matar a líder oposicionista. Em poder de Gayym, foi encontrada uma lista de endereços com o número do telefone do secretário militar do general Ul-Haq, o qual, afirmam partidários de Benazir, deseja assassiná-la.

O atual primeiro-ministro, general Ul-Haq, dirige o Paquistão com poderes ditoriais desde sua ascensão ao poder, em 1977, através de um golpe de Estado que depôs Ali Bhutto. Segundo

a Anistia Internacional, são frequentes as denúncias de torturas, prisões ilegais, execuções e outras violações contra os membros da oposição. Apesar de todas as restrições, existem 13 partidos políticos no país, cinco deles unidos no Movimento pela Restauração da Democracia (MDR), a maior organização de oposição paquistanesa.

Vários movimentos políticos que optaram pela luta armada atuam no país, dos quais o mais ativo é o fundado pelo filho de Ali Bhutto e irmão de Benazir, Murtaza, com o nome de "Al-Zulfiqar" ("A Espada"), agora denominado Exército de Liberação Paquistanesa.

Reuters



Benazir Bhutto:  
"Não voltei  
para me vingar.  
Vim fazer a  
revolução"

### Açúcar: Continua queda de preços

A política protecionista dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia foi o principal fator que determinou, no ano passado, em termos de compra, os mais baixos preços do açúcar em toda sua história. Os dois mercados, os Estados Unidos como importador, e a CEE como exportador, mantêm um protecionismo que afetou desfavoravelmente o mercado mundial. O panorama açucareiro para este ano não é muito alentador.

O balanço foi elaborado pelo grupo de países latino-americanos e do Caribe exportadores de açúcar (Geplacea). No ano passado e por quatro anos consecutivos os preços mundiais do produto se mantiveram abaixo dos custos de produção, mesmo nos países com os maiores custos. O excesso de produção sobre o consumo nos últimos anos com a consequente acumulação dos estoques deteriorou os preços internacionais, atingindo especialmente a renda dos países do Caribe membros da Geplacea, cuja maior fonte é precisamente a exportação de açúcar.

## Honduras: denunciam abusos sexuais de soldados norte-americanos

Soldados integrantes das tropas norte-americanas (3.000 militares) estacionadas na cidade de Comayagua seriam responsáveis pela transmissão da Aids a seis prostitutas daquela cidade. Os militares são também acusados da prática de abusos sexuais contra crianças, algumas delas estudantes de escolas públicas. Essas denúncias foram publicadas com grande destaque pela imprensa hondurenha.

As mais severas críticas à presença de tropas dos Estados Unidos no país partem dos cinco deputados do Departamento de Comayagua, que solicitaram uma ampla investigação sobre as acusações. O deputado Jorge

Maradiaga, do Partido Liberal, governista, disse que caso os abusos sejam comprovados "as tropas norte-americanas devem sair de Honduras".

A maioria das autoridades civis e militares de Comayagua, situada a 85 quilômetros ao norte de Tegucigalpa, afirma não estar contra a presença daqueles militares, mas sim "contra seus abusos". O ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e também ex-candidato presidencial, Carlos Roberto Reina, declarou que "não somos antinorte-americanos, porém esses abusos nos levam a isso".

A professora de uma escola da cidade, Oralia David de Andino, confirmou à imprensa que quatro de seus alunos admitiram terem mantido relações sexuais de vários tipos

com soldados norte-americanos em troca de alguns dólares. A embaixada dos Estados Unidos classificou as denúncias de "insustentáveis e infundadas". No entanto, a própria representação diplomática norte-americana admitiu que um soldado suspeito de portar o vírus da Aids foi enviado à sua cidade de origem para tratamento.

## Zaire nega envolvimento com a Unita

O ministro zairense das Relações Exteriores, Mkolo Wa Mpombo, negou o envolvimento do seu país com elementos contra-revolucionários da Unita.

O desmentido do ministro surgiu em consequência das várias informações veiculadas pela imprensa da África do Sul, segundo as quais o fornecimento dos mísseis Stringer feito pelos Estados Unidos aos contra-revolucionários da Unita teria passado pela República do Zaire.

Mkolo Wa Mpombo lembrou o acordo existente entre o seu país e a República Popular de Angola, baseado na assistência mútua e na segurança da fronteira comum e assegurou que não é intenção do seu governo violar esses tratados.

Nos meios diplomáticos da África Austral estima-se que os foguetes teriam, na verdade, chegado aos contra-revolucionários da Unita através da África do Sul, que estaria tentando desviar a atenção desse fato inventando as versões da suposta cumplicidade do governo de Kinshasa.



Assessores militares norte-americanos treinam soldados em Honduras

## Suazilândia: o rei adolescente

Um rapaz de 18 anos de idade entrou para a história no mês de abril ao ser declarado o rei mais jovem do mundo, numa tradicional cerimônia africana de coroação na capital real de Lobamba. Exatamente a 25 de abril, o príncipe herdeiro Makhosetive assumiu o trono do pai, o falecido rei Sobhuza II. Tendo exercido o mais longo reinado absoluto do mundo, Sobhuza governou a Suazilândia desde 1921 até morrer, com a idade de 83 anos, em 1982.

Várias personalidades africanas e mundiais estiveram presentes à cerimônia, no decorrer da qual Makhosetive foi oficialmente declarado o *Ngwenyama* ("o Leão") daquela nação africana de cerca de 710 mil habitantes.

O príncipe herdeiro retornou ao seu país no final de dezembro passado, deixando a escola pública que frequentava na Inglaterra para preparar-se para o seu novo papel. Consta que, em agosto passado, ele participou de um ritual que prenunciou sua próxima ascensão ao trono quando, em companhia de guerreiros locais armados apenas de lanças, matou seu primeiro leão.

A coroação realizou-se com um pano de fundo de intrigas palacianas que têm caracterizado a vida política do pequeno reino desde a morte de Sobhuza. Uma luta brutal pelo poder veio à tona logo após o enterro do rei.

Primeiro, o então primeiro-ministro, Mabandla Dlamini, um reformista que vinha procurando reduzir os poderes do Liqoqo — o grupo de conselheiros nacionais que tinha assumido o status de Supremo Conselho de Esta-

do —, foi destituído do cargo em março de 1983. Num golpe palaciano ocorrido cerca de cinco meses depois, o conselho destituiu a rainha regente Dzeliwe, que se manifestava a favor de uma modernização moderada, e proclamou como nova rainha uma mulher conservadora, Ntombi, uma das viúvas do rei Sobhuza. Ela passou a ser a nova regente e *Indlovukazi* (a "Grande



O príncipe herdeiro Makhosetive

Elefanta"). Dzeliwe resistiu, mas acabou perdendo suas insígnias e foi expulsa de sua residência oficial. Mais tarde, seu destino foi definitivamente selado com a proclamação, pelo Liqoqo, de que o filho de Ntombi, o príncipe herdeiro Makhosetive, seria o próximo rei.

Em junho de 1984, Ntombi passou a atacar os progressistas no âmbito do Liqoqo, destituindo o ministro da Fazenda, Sishayyo Nxumalo, e o ministro do Exterior, Richard V. Dlamini,

juntamente com outros três, inclusive o comissário de polícia Titus Msibi e o comandante do exército Mangomeni Ndzipimandze — os quais foram todos presos sob a acusação de planejarem um golpe. Os cinco alegaram que o novo chefe de polícia, Majaji Simelane, se utilizaria de um truque para incriminá-los falsamente.

Pouco depois, num gesto surpreendente, Ntombi aposentou a pessoa mais poderosa do conselho de Estado, o príncipe Sosiza — o mais velho de todos — que também era o presidente do Liqoqo. Em outubro último, foi anunciada a aposentadoria de dois eminentes conservadores, o príncipe Mfanasibili Dlamini e George Msibi, "para assegurar a paz da nação", segundo a Rádio Mbabane. Além disso, Sandile Mdiniso foi nomeado chefe de polícia em substituição a Simelane, que só exerceu o cargo durante 16 meses. No dia 8 de fevereiro, a polícia alegou ter encontrado armas de fogo não-autorizadas durante uma revista nas residências dos dois líderes aposentados compulsoriamente.

Em fins do ano passado, Ntombi mandou soltar cinco dos detidos, inclusive Nxumalo, Titus Msibi e Ndzipimandze. Nenhuma explicação foi dada sobre a sua decisão. Um mês depois, Simelane foi chamado à justiça sob cinco acusações de "obstrução da lei", segundo anunciou a Rádio de Joanesburgo. O tribunal recusou-se a conceder-lhe o pagamento de uma fiança, alegando que ele estava interferindo em investigações policiais.

As acusações têm a ver com a prisão, sem julgamento, há mais de um ano, de um ex-ministro e quatro ex-chefes de polícia e do exército. ●

Africa News

terceiro mundo — 13

## Africa: razoáveis perspectivas econômicas para este ano

**■** A República Popular de Angola é um dos países africanos que apresenta melhores perspectivas de desenvolvimento para o corrente ano, apesar da forte baixa nos preços do petróleo, sua principal fonte de receita. A constatação é de um relatório conjunto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (CEA), publicado recentemente em Abidjan.

Segundo o relatório, os melhores resultados serão alcançados nos países da África Central, principalmente o Congo, Burundi e Camarões, com um crescimento de 3,9%. As regiões austral e oriental do continente deverão ter um crescimento de 3%, enquanto os países da África do norte e ocidental registrarão uma queda de 3,1 para 2,9 e 2,7%, respectivamente.

O documento indica que a melhoria nas condições climáticas, nas regiões afetadas pela seca, poderá levar a um aumento

da produção da ordem de 3,3%. Países como o Quênia, ilhas Maurício e Ruanda atingirão um crescimento de 5%.



As regiões central, austral e oriental da África cresceram mais de 3%

O relatório do BAD e CEA revela ainda que a queda dos preços dos produtos de exportação e o aumento dos custos dos produtos importados afetarão gravemente o déficit comercial africano. A situação torna-se mais preocupante devido à forte queda dos preços do petróleo verifi-

cada este ano, que provocará uma redução nas receitas dos países exportadores. As reservas em divisas sofrerão uma deterioração de 23%, a taxa mais elevada ocorrida num só ano.

De acordo com o documento, os países não-exportadores de petróleo melhorarão a situação de suas divisas em cerca de 8%, em razão da alta dos preços do café e da queda do óleo cru. Costa do Marfim, Quênia e Madagascar terão um aumento nas exportações de café, melhorando assim suas reservas em divisas.

O relatório assinala que o serviço da dívida atingirá níveis muito elevados, o que limitará as perspectivas de desenvolvimento do continente, se não forem adotadas medidas acertadas. Segundo o documento, agora é o momento de dar seguimento ao apelo lançado durante a 20ª Reunião de Cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA), para a realização de uma conferência internacional sobre o endividamento da África.

No final do ano passado, as estimativas eram de que o total da dívida externa do continente africano chegava a 170 milhões de dólares.

### Nicarágua: déficit na balança comercial

O déficit de 500 milhões de dólares registrado pela Nicarágua na sua balança comercial de 1985 constitui um reflexo da deterioração das relações de intercâmbio entre os países industrializados e os menos desenvolvidos. O ministro de Comércio Externo, Alejandro Martínez Cuenca, revelou que, de acordo com um estudo preliminar, o valor das exportações do

ano passado não chega a 350 milhões de dólares.

Informações da Cepal assinalam que o índice de intercâmbio das exportações nicaraguenses era de 58 em 1984, com base 100 em 1970. Isso significa que, em 1984, a Nicarágua apenas pôde comprar no mercado mundial 58% do que comprou em 1970, com o mesmo volume de exportações. O total das vendas ao exterior em 1985 representam o mais baixo ponto dos últimos 10 anos, o que é

explicado não só pela queda do preço internacional de quase todos os produtos de exportação nicaraguenses, como também pela redução do volume da produção nacional.

Outros fatores que fizeram de 1985 o pior ano da década para a economia da Nicarágua são o bloqueio imposto pelos Estados Unidos em maio do mesmo ano e a guerra de agressão, que obrigou o governo sandinista a destinar à defesa mais de 50% do orçamento nacional.

## Bolívia: de HongKong ao Altiplano

□ O governo boliviano está prestes a aprovar a imigração de cinco mil famílias de chineses de Hong Kong que desejam abandonar precipitadamente sua terra natal ante a iminência da incorporação desse território à República Popular da China.

A chegada das famílias chinesas estaria enquadrada em um acordo mediante o qual a Bolívia receberá determinada soma de dinheiro por cada imigrante que aceite e a certeza de que todos eles serão prósperos empresários dispostos a investir importantes quantias no país.

A oferta foi considerada tentadora para o governo boliviano, ávido como está de captar recursos da maneira mais pragmática possível, sobretudo diante da demora dos organismos internacionais em aprovar a ajuda econômica, apesar da Bolívia ter aplicado com verdadeira ortodoxia as condições exigidas pelas instituições financeiras.

O projeto tem como seu mais entusiasta defensor o vice-ministro de Migrações, o advogado Willy Sandoval Morón, militante da esquerda durante a sua juventude e após a sua guinada para a direita, colaborador do coronel Arce Gómez durante o regime de García Meza (1980-82).

Entre as poucas vozes discordantes, se acha a do presidente da Câmara dos Deputados, Gustavo Encinas, militante do centro-esquerdista Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), que defende que o projeto compromete o patrimônio nacional ao oferecer aos imigrantes áreas de recursos naturais e reservas nacionais.

Mas talvez a objeção mais séria ao projeto venha da área técnica. Embora os especialistas tenham permanecido silenciosos, a agência Alasei afirma ter tomado conhecimento de diagnósticos e conclusões dos estudos realizados sobre o assunto, todos os quais colocam em dúvida as vantagens da chegada de novas correntes migratórias ao país. Na melhor das hipóteses, assinalam, seria necessário que os imigran-

tais é o caso recente dos imigrantes coreanos que se integraram quase exclusivamente à atividade terciária por excelência: o comércio.

Por outro lado, parece difícil que os potenciais imigrantes de Hong Kong cumpram os requisitos assinalados pelo Ministério do Interior no sentido de povoar as zonas desabitadas e estabelecer soberania nas fronteiras, já que se trata de empresários habituados a enfrentar mercados de consumo e jogos da Bolsa e seguramente pouco aptos para ingressar em regiões carentes de infraestrutura e serviços, muitas vezes



O altiplano boliviano pode não oferecer condições para o assentamento dos imigrantes chineses, habituados ao consumismo de Hong Kong

insalubres e virgens, onde somente a firmeza do indígena boliviano foi abrindo caminhos. As alternativas aparecem finalmente com bastante clareza: povoar as regiões desabitadas e

tes cumprissem uma série de requisitos que, ao que parece, não coincidem com as peculiaridades dos chineses interessados em fugir de Hong Kong.

Os relatórios técnicos se referem a uma avaliação da experiência imigratória recente da Bolívia, na qual se observa que inclusive colonizações bem-sucedidas como a dos agricultores japoneses, radicados no país na década de 50, evidenciaram uma clara tendência à dispersão urbana de seus descendentes. Mais evidente

afirmar as áreas de fronteira com imigrantes estrangeiros duvidosamente interessados nesta tarefa ou fazê-lo através de um agressivo programa de redistribuição da população. Os especialistas se inclinam pela segunda hipótese e o governo pela primeira. Cabe aos políticos de um e outro lado definir a posição a ser adotada. Provavelmente o debate suscitado no país sobre a questão lhes dará elementos suficientes para que possam emitir o seu julgamento.

# Reagan: a orfandade internacional

Neiva Moreira

O julgamento internacional sobre os resultados das agressões à Líbia não favorece a Casa Branca. Ao contrário, se houvesse um vencedor no conflito este seria o coronel Muammar Kadafi.

Diplomaticamente, o governo norte-americano padece de um isolamento que não ocorreu nem mesmo nos piores tempos da guerra do Vietnã. Ficou reduzido ao apoio da primeira-ministra inglesa e do governo de Israel.

O apoio da sra. Thatcher, se é importante do ponto de vista militar, pelo uso das bases da Otan em solo britânico, não é de maior significação no âmbito político e diplomático. Thatcher atravessa internamente um período muito difícil e está no mais alto nível de impopularidade, não só na Inglaterra como na própria Europa. Quanto a Israel, o bombardeio da Líbia é uma peça de sua estratégia antiárabe. Respaldando Reagan, o governo do primeiro-ministro Shimon Peres nada acrescenta à posição dos Estados Unidos no conjunto da diplomacia internacional e da opinião pública.

Reagan jogou, à última hora, na Europa, uma cartada decisiva. Tentou, através do seu delegado nas Nações Unidas, o general Vernon Walters, forçar os seus aliados europeus a apoiá-lo na aventura.

Este senhor Walters é uma das figuras mais sinistras da política de guerra dos Estados Unidos. Sua primeira tarefa de inteligência foi no Brasil, onde esteve muitos anos, tentando modificar as posições nacionalistas do exército e enfeudar as forças armadas à estratégia norte-americana. É ele um dos pais do chamado Pacto do Atlântico Sul que outra coisa não seria senão atrelar o Brasil, o Uruguai e a Argentina a uma aliança militar em apoio à política dos Estados Unidos na área e, sobretudo, de salvaguarda do regime sul-africano.

Walters, depois desse longo tempo no Brasil, durante a 2ª guerra, foi mandado à França para conter ou desestabilizar o governo do general

Charles De Gaulle, quando ele consolidava a nova política francesa de independência estratégica e dissusão nuclear. Sua última tarefa de inteligência conhecida foi no fim da guerra do Vietnã. Pelos resultados desastrosos da intervenção norte-americana naquele país se pode concluir que também não foi bem-sucedida a missão do general espião. Neste mês de maio, Walters voltará à América Latina, agora como delegado de Reagan na ONU. No Brasil ele já tem uma tarefa específica mas de remota possibilidade de êxito: convencer os militares a enfraquecer seu apoio à política nacionalista para a informática.

Walters não conseguiu que os aliados europeus dos Estados Unidos apoiassem a agressão à Líbia. Apesar da debilidade da maioria dos governos social-democratas europeus, o repúdio ao ataque foi generalizado. Essa posição, expressa pelos respectivos governos e fortemente respaldada pela opinião pública, já é, hoje, uma definição de toda a Europa Ocidental, cujo Parlamento, em Estrasburgo, aprovou moção condenando a agressão.

Desde a guerra do Vietnã jamais se constatou uma onda tão forte de hostilidade aos Estados Unidos. Também nunca se venderam tantas bandeiras norte-americanas, mas para um fim diferente do uso habitual: o fogo. De Lisboa e Malta ao norte da Escandinávia, da Inglaterra à Alemanha Ocidental, do Rio a Manágua e de Luanda a Cartum, o povo mostrou a sua indignação. Mas não é só desaprovação, senão medo e, em alguns casos, pânico, o que as pessoas sentem. Nos Estados Unidos e na Europa todos esperam os mísseis de Kadafi e se vê terrorista até nas velhas abadias romanas. Do lado do Terceiro Mundo, teme-se que essa agressão "localizada" não seja senão um primeiro passo de uma nova escalada belicista.

O sentimento de medo e espanto foi estimulado pelo escasso êxito militar da expedição. Em vez de

quartéis e bases de foguetes, as bombas caíram em zonas civis afastadas de qualquer alvo militar de importância, destruindo residências e embaixadas, matando mulheres, velhos e, sobretudo, crianças. A tenda onde estava Kadhafi não foi destruída, mas, sim, a residência ao lado onde dormiam seus filhos, uma das quais, Hanna, de 18 meses, morreu no bombardeio.

O Pentágono admite que perdeu um avião e que outro, muito avariado, teve de pousar numa base espanhola. Os caça-bombardeiros usados seriam, teoricamente, imunes ao armamento líbio. Mas não o foram. E, segundo os especialistas, a defesa antiaérea de Trípoli e Bengazi não usou os mísseis mais sofisticados, que reserva para operações mais decisivas.

De todos os pontos de vista, o ataque foi negativo para os Estados Unidos. Mesmo neste país a aparente unidade inicial começa a ceder a uma análise mais justa da agressão. O ex-presidente Carter, uma voz muito ouvida, opinou contra o bombardeio e, sobretudo, contra a morte de crianças. O dividendo maior para o líder líbio ele está conseguindo em três áreas em que não andava muito cotado, nos últimos tempos: o Mundo Árabe, os países não-alinhados e o bloco socialista.

Não era um segredo que o coronel Kadhafi estava, por diferentes motivos, em baixa na maioria dos governos árabes. A agressão a um país irmão modifica o quadro. As fotos de casas destruídas, de civis, sobretudo de crianças mutiladas, chocam as massas árabes que aumentam a pressão sobre os seus governos em favor dos líbios agredidos.

As facilidades que Reagan pensava encontrar no Egito e no Sudão para uma eventual invasão da Líbia se dissipam. Ao contrário, ambos os governos condenaram o ataque. No Sudão, o sentimento coletivo é tão antiianque, que Washington chamou de volta todos os 200 e poucos norte-americanos que lá estavam.

Não é diferente o ambiente nos países não-alinhados fora do Mundo Árabe. Multidões foram às ruas em muitos deles, enquanto em outros, milhares de jovens se apresentaram como voluntários para defender a Líbia.

No campo socialista, onde, apesar das coincidências estratégicas, o "estilo Kadhafi" era tolerado mas sem maior entusiasmo, a situação

modificou-se. O dirigente soviético Mikhail Gorbachov foi claro e peremptório: a URSS vai fortalecer a capacidade defensiva da Líbia, cuja agressão considerou criminosa. Navios soviéticos da frota do Mediterrâneo circulam nas costas líbias, numa evidente advertência à Sexta Frota norte-americana.

E o terrorismo?

Reagan mandou seus navios e aviões à Líbia alegando o dever de dar uma lição a Kadhafi, a quem acusa de alimentar o terrorismo, e na esperança de que a punição reduziria ou faria desaparecer os atentados. O que aconteceu foi exatamente o contrário. O mundo está assistindo, apreensivo e inquieto, ao recrudescimento terrorista, cujos alvos iniciais foram os ingleses, considerados cúmplices da agressão.

Prática delituosa internacionalmente condenada, o terrorismo individual ou de grupo não pode ser combatido com o terrorismo de Estado, como ocorreu na Líbia e está acontecendo contra a Nicarágua com as agressões dos "contras", teleguiadas a partir de Washington.

Também seria pueril acreditar que toda bomba contra propriedades dos Estados Unidos ou balas que atinjam os seus concidadãos sejam manipuladas pelos líbios. A onda antiianque estimula os atentados pelo mundo afora. Com ou sem Kadhafi, o terrorismo está acuando os norte-americanos, privando-os do seu turismo, enclausurando-os em suas bases e quartéis ou mesmo nas suas próprias casas, indefesos face a um inimigo que não vêm e não conhecem.

Tudo isso forma um conjunto de realidades muito desfavorável à política belicista do sr. Reagan e dos Shultz, dos Weinbergers, dos Walters e das Kirkpatricks. Uma política perigosa que brinca com fogo e não se detém diante do imenso risco de lançar o mundo no holocausto nuclear.

A perspectiva a nível internacional é grave. A primeira guerra mundial começou com o atentado em Sarajevo, a segunda pela crise de Dantzig. Em ambos os casos eram pretextos. Quem poderá estar seguro de que o golfo de Sidra não seria uma semente fecunda no rumo da tragédia? Nada se pode duvidar quando quem está com o dedo no botão é um fanático da guerra dominado pela obsessão do domínio mundial.

# Será 1986?



**A**s mulheres, os jovens, os profissionais liberais, enfim a população está permanentemente nas ruas de Santiago. Todos decidiram que 1986 será o ano da grande meta de recuperar a democracia no país, pondo fim ao regime do general Pinochet. Mas, além da coragem, das ações e das esperanças, esses esforços conduzem realmente a uma efetiva alternativa de poder?

Nas páginas seguintes, publicamos uma ampla reportagem, abordando diversos ângulos, para mostrar o que é o Chile hoje. Um trabalho coordenado por Fernando Reyes Matta, nosso correspondente em Santiago.

**A** oposição chilena proclamou 1986 "o ano decisivo": disse ao mundo inteiro que, nos próximos seis a oito meses, vai pôr fim aos 13 anos do regime militar chefiado pelo general Augusto Pinochet.

Será apenas uma expressão de desejos, com um forte conteúdo de pensamento mágico? Corresponde a uma real possibilidade que traduz a força de uma oposição capaz de derrotar política e/ou militarmente as forças armadas?

Responder a essas perguntas implica um exercício de questionamento dos vagos sinais que, sob uma cortina de censuras e autocensuras, são transmitidos por um lado, pelos centros de poder e por outro, pelo povo.

Em primeiro lugar, por que 1986? Essa pergunta, feita dessa forma, às cúpulas políticas e sindicais de uma fragmentada oposição que vai de forças da direita que desertaram do regime militar à mais radicalizada esquerda, terá uma resposta tão ampla e variada como o leque formado pelos setores dissidentes.

O termo genérico "oposição" é empregado com muita frequência para referir-se a partidos de direita, como o Movimento de União Nacional e o Partido Nacional, signatários de um controvertido Acordo Nacional que estabelece pautas para uma futura convivência democrática, mas que não aceitam 1986 como um ano "decisivo" e se opõem à derrubada de Pinochet. Para esses setores, representantes da "classe proprietária", o objetivo é manter, agora, uma posição independente do regime e negociar com as forças armadas uma transição ordeira à democracia nos próximos três anos, capaz de assegurar um futuro pinochetismo sem Pinochet.

No outro extremo do leque político chileno, a esquerda mais ortodoxa, apegada aos princípios do marxismo-leninismo, argumenta que vem tentando derrotar o regime desde seu início em setembro de



## Um ano decisivo

1973, mas que, agora, mais do que nunca, "estão criadas as condições objetivas" para o sucesso da empreitada.

À boca pequena, alguns dirigentes do Movimento Democrático Popular (MDP), que reúne o Partido Comunista, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), uma fração do Partido Socialista e outros grupos menores, acrescentam outra razão.

*Espera-se que em 1986 o processo democratizante atinja o seu apogeu. No entanto, é preciso que a oposição se apresente como uma alternativa de poder*

Será que o papa vem?

A visita do papa João Paulo 2º ao Chile está anunciada para março do ano que

vem. E ele traz um presente especial para o povo: a canonização da primeira santa chilena, santa Teresa dos Andes.

Caso Pinochet ainda detenha o poder quando da visita — considera o MDP — a religiosidade popular, exacerbada pela presença papal e pela santificação da irmã Teresa, permitirá ao general capitalizar a seu favor a visita do papa Wojtila e ganhar fôlego político suficiente para chegar a 1988, um ano realmente decisivo, segundo as regras do jogo impostas pelo próprio regime militar.

No final de 1988, de acordo com uma constituição redigida pelo regime e referendada por um plebiscito com 67% dos votos, a Junta de Comandantes-em-Chefe deve propor ao país um candidato à presidência para suceder Pinochet e submeter esse nome a um plebiscito. Se o candidato indicado — quem sabe, o próprio Pinochet? — vencer, ele inicia um novo período presidencial de oito anos. Caso derrotado, o mesmo Pinochet dispõe de prazo de um ano para convocar eleições diretas.

Os 36 meses que ainda restam, nos quais o governo se comprometeu a ditar as leis políticas que tornem possível a suposta transição do poder, levam as forças de oposição a diferentes estratégias, incluindo a nada desprezível opinião que o Departamento de Estado norte-americano tem sobre a questão.

#### Estados Unidos Chile

Considerando a Nicarágua como um caso prioritário no quintal da América Latina, a administração Reagan tem mantido uma política de ziguezague na sua retórica quanto ao Chile, mas de constante apoio, na prática, a Pinochet. No final do ano passado, a chegada do embaixador Harry Barnes e algumas declarações do subsecretário adjunto para Assuntos Latino-Americanos Elliot Abrams ("queremos que Pinochet vá embora") fizeram os analistas imaginarem que a "diplomacia silenciosa" de Reagan havia sido substituída pelo que se passou a chamar de "diplomacia ativa" e que existia uma guinada real da atitude norte-americana.

Após a queda de Marcos nas Filipinas e de Duvalier no Haiti, essa certeza cresceu particularmente nos setores médios da população, ainda mais quando os Estados Unidos endossaram, pela primeira vez, uma resolução que condenava o Chile na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A mesma Casa Branca se encarregou, no entanto, de pôr as coisas em seu lugar. A resolução — disse Washington — foi apresentada para evitar uma condenação ainda mais enérgica por parte de outros países. Ao mesmo tempo, o Departamento

de Estado antecipou um retorno à "diplomacia silenciosa". Reagan enviou uma carta confidencial a Pinochet e o governo norte-americano adiou para o ano de 1989 — teoricamente, pelo menos, para um futuro governo democrático — cerca de 65% do vencimento da dívida externa chilena, aproximadamente 140 milhões de dólares.

O interesse dos Estados Unidos, em suma, segundo as declarações de seus porta-vozes, consiste em pressionar Pinochet para que ele mesmo conduza o processo de transição democrática ao mesmo tempo em que renuncie à pretensão de perpetuar-se no poder, mesmo que seja pelo caminho pseudolegal de fazer-se reeleger presidente.



A visita do papa João Paulo 2º está anunciada para março/87

da e faça o centro vacilar.

O Movimento Democrático Popular, por sua vez, não aceita a estratégia negociadora, não acredita que Pinochet esteja disposto a entregar o poder e confia na mobilização das massas e "em todas as formas de luta" para derrubar o governo e abrir caminho para uma real democracia, capaz de enfrentar a crise de estrutura que atinge a sociedade chilena.

#### Crise e imobilismo

Entre essas duas estratégias — negociadora e mobilizadora — o poderoso centro político, representado pela Democracia Cristã e seus aliados radicais, socialistas, social-democratas e direitistas, debate-se numa incerteza que paralisou sua ação e enfraqueceu tanto a negociação como a mobilização.

O centro político chileno está agrupado na chamada Aliança Democrática, sob a hegemonia da Democracia Cristã, assim como o MDP tem sua ação orientada pelo Partido Comunista, defensor da insurreição popular. É precisamente em razão des-

sa tese e sua palavra-de-ordem de apelar para "todas as formas de luta" (inclusive a violência) que existe uma profunda divisão entre as direções políticas da oposição.

Através de seu presidente, Gabriel Valdés, a DC tem reiterado que não aceita a violência como forma de luta e esta discussão, repetida desde 1980, quando o PC anuciou a tese da insurreição popular, fez com que a mobilização social — que chegou à sua máxima expressão em 1983, quando levou o regime militar ao seu ponto mais fraco — estivesse no estágio em que se encontra atualmente. No entanto, foram feitos acordos conjunturais, passando por cima das divergências os quais permitiram continuar a mobilização popular.

Após os grandes protestos de 1983, quando o governo viu-se obrigado a apelar para o exército para reprimir as ondas de descontentamento popular gerado basicamente pela crise econômica, realizou-se a primeira tentativa de diálogo entre o governo e a oposição, por iniciativa da igreja católica. Esse diálogo, conduzido pela Aliança Democrática como representante da oposição e o então ministro do Interior, Sergio Onofre Jarpa por parte do governo, permitiu que Pinochet ganhasse tempo e não deu resultados concretos. Uma segunda tentativa negociadora, formulada através de um chamado Acordo Nacional, novamente patrocinada pelo cardeal Francisco Fresno, também não atingiu os resultados esperados. Porém, na opinião de analistas e diplomatas, o duplo fracasso das estratégias de mobilização das massas e da negociação terminou enfraquecendo ambas.

Agora, já transcorridos alguns meses do "ano decisivo", a Aliança Democrática e o Acordo Nacional estão submersos na crise do imobilismo, ao mesmo tempo que as mobilizações de massas convocadas pelo MDP atraem fundamentalmente o combativo

Sérgio Marques



Reagan: política vacilante para o Chile

Reuter



Pinochet recebeu uma carta confidencial do presidente norte-americano

setor estudantil e as mulheres. Por enquanto, não conseguem ter novamente uma resposta dos trabalhadores, dos sindicatos e nem de amplos setores da classe média, salvo alguns segmentos profissionais.

A convergência política que as cúpulas não conseguem atingir é expressa de outras formas na base social. Isso se refletiu entre os setores jovens que, no final de março passado, subscriveram um acordo nesse sentido.

Ainda é uma incógnita se a generosidade, a maturidade e a amplitude demonstradas pela juventude se estenderão também ao mundo sindical e político. É possível, de acordo com declarações públicas, que, pelo menos, se façam acordos em torno de projetos concretos de mobilização social que tenham caráter "pacífico", condição esta imposta pelo centro político. Nesse sentido, setores da Aliança Democrática, como o Partido Radical e os socialistas, iniciaram conversações bilaterais com o MDP que poderão dar frutos e arrastam inclusive atrás de si o Partido



O fim da censura à imprensa é uma das reivindicações populares

Democrata Cristão, na tese de levar adiante nos próximos meses uma paralisação nacional, como vem defendendo o MDP.

#### Forças armadas: mistério

Por sua vez, o governo trabalha com todo empenho para impedir tanto a unidade da oposição como a realização da paralisação. Para isso, conta com a até agora inquebrantável lealdade das forças armadas, o apoio norte-americano contrário a qualquer tipo de mobilização que permita à esquerda

um acúmulo de forças e, paradoxalmente, com a força da crise econômica. O economista do setor socialista que integra a Aliança Democrática, Ricardo Lagos, afirma que a crise e sobretudo a dimensão da dívida externa são os principais fatores que permitem a Pinochet manter a adesão da burguesia chilena. Essa burguesia, inclusive setores de pequenos proprietários altamente endividados, acha que seus interesses serão melhor protegidos por Pinochet do que por qualquer outro futuro governo democrático, de tendência estatizante.

No entanto, esse quadro se torna relativo pelos rumores que costumam transpirar da cúpula militar. Chama a atenção dos observadores o deslocamento dos aviões Mirage para o extremo sul do país, Punta Arenas. É ali onde está sediado o general Luis Danús na condição de administrador da maior região do país. Danús é considerado um dissidente da política de Pinochet e este ainda não conseguiu removê-lo da estrutura governamental. Da



#### A miséria em cifras

□ Um estudo do economista Jorge Rodríguez Grossi publicado no livro *La distribución del ingreso y el gasto social en Chile*, editado pelo Instituto Latino-Americano de Doutrina e Estudos Sociais (Iiades) assinalava que a pobreza absoluta afetava em 1970 10% por cento da população, e em 1973 atingia a percentagem de 30,3%. Enquanto 10% das famílias mais ricas captam 46% da renda nacional, os 10% mais pobres só recebem 1,5%.

A pobreza absoluta é mais grave nas zonas rurais, onde chega a 55% da população. As famílias abaixo da linha de pobreza, que constituem 55% da população do país, não têm habitação adequada. Existem 5,6 pessoas em média nas famílias pobres, contra 3,5 pessoas em famílias de alta renda. Paralelamente, o nível de desemprego entre chefes de famílias pobres foi de 20 a 22% em 1983, enquanto que em toda a população não superou os 10%.

A indigência no campo chega a 55% da população



Gabriel Valdés, presidente da DC chilena

nús é um general de prestígio, que apóia o desenvolvimento industrial e econômico de caráter nacional e condena abertamente os "Chicago Boys" que ainda detêm importantes posições dentro do regime. Por que razão os mais poderosos aviões da força aérea foram transferidos para uma região comandada pelo único general de exército com uma

imagem de opositor a Pinochet? Mistérios.

São também misteriosas as tensões no interior da Junta de Governo, onde o insólito almirante José Toribio Merino ressaltou a necessidade de reformar a Constituição para melhor adequá-la à realidade do país. Segundo o outro membro da Junta, o general Julio Canessa, homem-chave de Pinochet por ser o representante do exército na cúpula militar, as reformas propostas seriam apenas relacionadas com problemas secundários e a opinião de Merino tinha um caráter estritamente pessoal. No entanto, tudo isso deu margem a que o jornal de oposição *Fortín Mapocho* publicasse a seguinte manchete de primeira página: "A Junta está junta?"

As tensas relações do regime com os Estados Unidos se fizeram sentir entre os militares. O general Sinclair, que fora durante muitos anos o braço direito de Pinochet, no Palácio do Governo, foi convidado a visitar os Estados Unidos. Após a votação norte-americana nas Nações Unidas de condenação ao regime chileno pela sua conduta de grave violação dos direitos humanos, o governo resolreu que Sinclair recusasse o convite por uma questão de "dignidade". A posição norte-americana foi outro recurso usado por Pinochet para pedir a to-



Claudio Ramirez / F4

Após os protestos maciços de 1983 o governo reprimiu o descontentamento

1986 - Maio - nº 89

terceiro mundo - 23

## Processo por fuzilamento

□ A funcionária das Nações Unidas Roly Baltiansky está movendo em Copiapo, cidade desértica a 921km ao norte de Santiago do Chile, um processo judicial contra os responsáveis pelo "homicídio qualificado" de seu marido, o engenheiro civil e economista chileno Ricardo García Posada.

Segundo o atestado de óbito, García, que exercia a função de gerente geral da empresa mineiradora estatal Cobresal, morreu em uma "execução militar" na madrugada de 17 de outubro de

1973. Os advogados que defendem a causa, Héctor Salazar e Carmem Hertz assinalam que a vítima não foi submetida a processo e, portanto, não teve a devida defesa.

A 11 de setembro de 1973 — o dia do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende — García entregou as instalações da empresa às autoridades militares, mas permaneceu detido, sem acusação definida, à espera do processo, conta a viúva. Roly Baltiansky acrescenta que visitou seu esposo até 16 de outubro, quando lhe foi assegurado que este teria um processo legal, com intimação e direito à defesa.

No dia seguinte, seu marido foi executado juntamente com outros 13 prisioneiros políticos.



Importantes setores populares manifestam suas esperanças de recuperar a democracia  
tal lealdade de seus generais.

Paralelamente, Pinochet conta, este ano, com uma ligeira melhoria de suas finanças, em decorrência da queda dos preços do petróleo, das taxas de juros e de um aumento dos preços e das vendas do cobre, principal produto de exportação do país.

Em suma, na opinião de um alto dirigente do MDP, para que a palavra-de-ordem de que 1986 será o ano decisivo se torne realidade, é preciso que a oposição seja capaz de diagnosticar de maneira precisa a realidade nacional — um exame baseado mais nos fatos do que em apreciações subjetivas — e alcance, ao mesmo tempo, uma sólida unidade política, para apresentar-se ao país como uma real alternativa de poder, o que até agora não foi ainda

atingido.

Enquanto isso, importantes setores de mulheres, estudantes e jovens — estes, habitantes de populações marginais — unidos aos médicos e professores, dão um generoso e arriscado testemunho de suas esperanças em recuperar a democracia.

Mês a mês, eles procuram levar às ruas o ponto de partida de um processo sem retorno. São eles que deram a 1986 a conotação de um novo estado de espírito, de uma nova posição subjetiva para tentar impedir que o governo governe e que se resalteça, portanto, a democracia.

Os próximos meses serão difíceis, de coragem e incertezas, em vários sentidos.

• Fernando Reyes Matta

# A gravação do golpe

**P**ela primeira vez desde o golpe militar, os chilenos tiveram uma versão sem censura das ordens e conversas textuais de Pinochet na manhã de 11 de setembro de 1973, reproduzidas por uma publicação alternativa chilena e depois, parcialmente, por algumas agências de notícias internacionais. Seguem-se alguns fragmentos deste documento histórico, que mostram o diálogo entre o general Patrício Carvajal, chefe do estado-maior conjunto das forças armadas, e o general Augusto Pinochet.

*Carvajal* — Domínguez, o secretário da Marinha, acaba de me telefonar e me disse que os três comandantes-em-chefe foram pedir ao presidente sua rendição.

*Pinochet* — Você sabe que este galo está choco. Trata-se justamente do contrário. Se ele quiser, que vá ao Ministério de Defesa entregar-se aos três comandantes-em-chefe.

*Carvajal* — Eu falei pessoalmente com ele. Intimé-o à rendição em nome dos comandantes-em-

Bombardeio do palácio de La Moneda: "Mais vale matar a cadelha e acabar com a ninhada", palavras de Pinochet

chefe e respondeu apenas com evasivas.

*Pinochet* — Quer dizer que às 11 vão para o alto e vão ver o que vai acontecer.

(*Pinochet* se referia ao bombardeio de La Moneda que se realizaria se não houvesse rendição no Ministério da Defesa) (...)

*Pinochet* — Eu tenho a impressão de que o senhor vestido de civil escapou nos tanques. E Mendoza, não tem contato com ele?

*Carvajal* — Não, mas nos tanques não fugiu. Os tanques tinham partido antes e eu posteriormente falei pessoalmente por telefone com ele.

*Pinochet* — Certo, certo. Então é preciso impedir sua saída. Se sair, terá que ser preso.

*Carvajal* — E também falei posteriormente com o ajudante-de-ordem naval, que me confirmou que Allende está em La Moneda.

*Pinochet* — Então é preciso estar prontos para agir sobre ele. É melhor matar a cadelha e acabar com a ninhada.

*Carvajal* — Exatamente. A única coisa que estamos esperando é que os ajudantes-de-ordem e os carabineiros saiam. (...)

*Pinochet* pergunta a *Carvajal* se Allende "não reagiu".

*Carvajal* — Não, até o momento não reagiu. Acabo de falar com o ajudante-de-ordem naval que está vindo de lá. Disse-me que 40 a 50 carabineiros, que estão se retirando, e 50 homens do GAP defenderam La Moneda. (...) O general Mendoza me disse que ele está esperando que se retirem antes de continuar bombardeando. O ajudante-de-ordem naval me disse que o presidente está com um fuzil metralhadora de 30 balas e que o último



**N**  
**P**  


tiro vai disparar na cabeça. Esse é o estado de es-  
pírito em que estava há uns minutos atrás.

*Pinochet* — Essas são. . . (ruídos) nada mais.  
Esse idiota não atira nem nos. . . (incompreensi-  
vel).

*Carvajal* — O general Mendoza está em contato  
conosco e também com o general Brady, de modo  
que a coisa toda está bem coordenada.

*Pinochet* — Às 10 para as 11 eu vou dar ordem  
de bombardeio. Então, a essa hora, mais ou menos,  
os nossos homens têm que se concentrar a duas  
quadras de La Moneda. . . Às 11 em ponto tem  
que começar o bombardeio. Quer dizer, será pre-  
ciso praticamente enfiar-se nas valas, ou em qual-  
quer lugar que seja, porque a aviação pode passar  
e atingir as nossas tropas. ( . . . )

*Pinochet* — Certo. Outra coisa, Patrício. Às 11  
em ponto da manhã é preciso atacar La Moneda,  
porque esse cara não vai se entregar.

*Carvajal* — Já está sendo atacada. Está sendo  
cercaada e atacada com bastante força. De modo  
que acho que logo vão poder tomá-la.

*A essa altura Carvajal insiste com Pinochet na  
possibilidade de que os comandantes-em-chefe se  
dirijam a La Moneda como Allende havia proposto.*

*Pinochet* — Não. Que ele vá ao Ministério de  
Defesa.

*Carvajal* — Que vá ao Ministério de Defesa.

*Pinochet* — Ele irá?

*Carvajal* — Não. Ele se negou. ( . . . )

*Pinochet* — O plano dele é levar-nos para lá e  
enfiar-nos em um porão. . . Então não, de modo  
algum (ruídos). Que ele vá ao Ministério de Defesa.  
Para lá nos dirigiremos todos. Por enquanto, ata-  
que La Moneda. Com toda força.

*Carvajal* — Está sendo feito. ( . . . )

*Carvajal* — Certo, certo. . . O comandante Ba-  
diola está em contato com La Moneda. Vai lhe  
transmitir esta última oferta de rendição. Acabam  
de me informar que haveria intenção de dialogar.

*Pinochet* — (ruídos na gravação) Ele tem que ir  
ao Ministério acompanhado de poucas pessoas. . .

*Carvajal* — Eles estão propondo dialogar.

*Pinochet* — Rendição incondicional, nada de  
dialogar. Rendição incondicional.

*Carvajal* — Muito bem, certo. Rendição incondi-  
cional levando-o preso, oferecendo-lhe nada mais  
que respeitar a sua vida, digamos.

*Pinochet* — A vida e sua integridade física e em  
seguida vai ser despachado para outro lugar.

*Carvajal* — Certo, quer dizer que se mantém a  
oferta de tirá-lo do país.

*Pinochet* — Mantém-se a oferta de tirá-lo do

país. . . E o avião cai, meu velho, quando estiver  
voando.

(Risos)

*Carvajal* — Certo, certo. Vamos tentar resolver  
assim mesmo. ( . . . )

*Terminado o bombardeio, o Posto 5, a partir do  
Ministério de Defesa, informa a Pinochet: 'Meu ge-  
neral, La Moneda está totalmente cercada, não há  
possibilidade de ninguém sair'.*

*Pinochet* — O presidente Allende está aí den-  
tro? Tem certeza de que o senhor Allende está aí?

*Posto 5* — Creio que o presidente está em La  
Moneda ou o que sobra dele.

*Pinochet* — Certo. ( . . . )

*Pinochet* — O senhor Allende está ganhando  
tempo, porque estão se formando grupos armados  
e o helicóptero os viu. Por essa razão está ganhan-  
do tempo.

*Carvajal* — Certo. Enquanto isso continuem ati-  
rando. Enquanto não saírem com a bandeira bran-  
ca vai-se continuar atirando.

*Pinochet* — Mantenham o fogo até o final.

*Carvajal* — Certo. As tropas já estão para tomar  
La Moneda. De forma que, de qualquer maneira,  
vão ser presos dentro em pouco. ( . . . )

*Ocorre uma longa pausa na transmissão. Pela  
primeira vez Carvajal se comunica simultaneamen-  
te com Leigh e Pinochet.*

*Carvajal* — Gustavo e Augusto, é Patrício. Há  
uma informação do pessoal da Escola de Infantaria  
que está dentro de La Moneda. Pela possibilidade  
de interferências, vou transmitir em inglês: They  
say that Allende committed suicide and is dead  
now. Digam-me se entenderam.

*Pinochet* — Entendido.

*Leigh* — Entendido perfeitamente.

*Carvajal* — Augusto, com relação ao avião para  
a família, não haveria urgência então para essa me-  
dida. Creio que não haverá urgência em retirar a fa-  
mília imediatamente.

*Pinochet* — Que o coloquem em um caixão e o  
embarquem em um avião, meu velho, junto com a  
família. Que façam o enterro em outro lugar, em  
Cuba. Se não, vai haver mais confusão no enterro.  
Este até para morrer deu problemas!

*Carvajal* — Certo. A informação está dada, vai se  
manter reservada.

*Pinochet* — Patrício, ponha o caixão num avião  
e mandamos enterrar em Cuba ( . . . ). É bom con-  
siderarmos que pode haver duas alternativas: ou o en-  
terraremos aqui, de forma discreta, ou o levamos  
para enterrar em Cuba ou em outro lugar. Quero  
uma resposta imediata.

Chile

# Carta aberta a Pinochet

O general reformado Roberto Viaux Marambio divulgou a 7 de março último, o que chamou de "carta aberta ao meu companheiro de curso", dirigida ao ditador Pinochet, através da imprensa chilena. A importância do manifesto, cujo conteúdo apresentaremos a seguir, reside no fato de que o autor é um velho conspirador da extrema-direita militar. O que significa que Pinochet conseguiu reunir contra si, a esta altura, o mais amplo espectro de posições políticas e ideológicas existentes no país.

No final do governo democrata-cristão presidido por Eduardo Frei, em 1969, Roberto Viaux liderou o motim no Regimento Tacna, conhecido como "El Tacnazo", em protesto pela "falta de atenção aos problemas militares" da época. No ano seguinte, Viaux participou da tentativa de sequestro do então comandante-em-chefe do exército, general René Schneider, que morreu em consequência dos ferimentos a bala sofridos no incidente.

Durante o julgamento realizado na ocasião, o próprio Viaux reconheceu que a ação contra o general Schneider foi "uma tentativa de impedir que o candidato de esquerda Salvador Allende assumisse a Presidência da República". No final do processo e do período de prisão, o general Viaux foi condenado ao desterro e desde então vive no Paraguai. Depois do golpe de 1973, Viaux dirigiu críticas ao "modelo econômico" do regime militar, que qualificou de injusto.

Segue-se a carta:

Santiago, 7 de março de 1986

Senhor General  
Augusto Pinochet Ugarte  
La Moneda

Oxalá esta carta nunca tivesse sido necessária! As suas palavras eram para ter sido ditas diretamente numa conversa privada. Mas ela não foi possível porque você não quis.

1986 - Maio - nº 89

No ano de 1980, lhe pedi uma audiência. Respondeu-me, por escrito, que devido aos seus "múltiplos afazeres" não dispunha de tempo...

Como era diferente o seu comportamento antigamente!

Dirijo-lhe a presente por um imperativo inadiável da minha consciência de chileno e de soldado. Perante a história, perante o povo do Chile e perante as forças armadas, o meu silêncio me tornaria seu cúmplice no desencadeamento de graves fatos que poderiam ocorrer no país.

Um grande número de chilenos viu com satisfação o aparecimento do governo militar. Acreditávamos que com a participação da maioria do povo se lançariam as bases para uma democracia renovada. Esperávamos que fossem interpretados os nossos anseios no sentido de uma maneira de agir diferente e de um novo estilo de vida austero, honesto e solidário.

Desejávamos que os que ficassem à frente do Estado fossem sobretudo homens a serviço da pátria, inspirados em princípios de justiça, de respeito e de trabalho.

Finalmente, esperávamos para curto prazo a realização de eleições livres, secretas e com a livre expressão dos partidos, onde seriam eleitos os mandatários do país com respeito estrito a uma



O general Roberto Viaux Marambio

Constituição moderna, democrática e solidária.

Como estávamos enganados!

A partir do meu exílio pude comprovar com dor como desmoronaram os propósitos anunciados pelo governo militar! Como apareceram as ânsias desmedidas de poder! Como, em vez de uma rotatividade na Presidência pelos comandantes-em-chefe das forças armadas e da polícia, como se havia pensado no início, esse lugar foi ocupado por um governo personalista que, além de tudo, atuava ao mesmo tempo como poder Executivo e Legislativo, dotado ainda por cima com poderes constituintes e poder Judiciário...

Creio que você manchou o futuro do Chile e o prestígio das forças armadas...! Mantém uma dívida externa de um volume nunca antes igualado na nossa história. Ela atinge um montante por pessoa que é um dos mais elevados do mundo. Ao mesmo tempo, o endividamento interno levou praticamente à falência numerosos setores da população, da produção e dos serviços, sem possibilidades de recuperação por si sós.

Você tem um povo faminto que, para sobreviver, vende os seus corpos e as suas mentes, enquanto observa angustiado que as necessidades mais primordiais dos seus familiares não conseguem ser satisfeitas.

Os jovens estão sem rumo. Os que têm a sorte ou os meios econômicos para terminar os estudos não encontram trabalho e têm que emigrar para outros países para obter o seu sustento. Se isso não lhes é possível, têm que se conformar com trabalhos ocasionais, frustrando-se, ressentindo-se ou tornando-se delinquentes.

Diversos órgãos de imprensa estão controlados pelo Estado, em consequência das vultosas dívidas mantidas pelas respectivas empresas. Por isso não permitem que se publique nada que possa lhe incomodar.

Assim, em meio a um silêncio cúmplice, avançamos rapidamente para o caos.

As transmissões de televisão não são mais do que um coro que você rege. Graças aos seus testas-de-ferro, deformam a realidade e desinformam a opinião pública.

Nas suas constantes viagens às províncias lhe preparam manifestações "espontâneas" que você quer acreditar que sejam expressão do carinho popular. Não se engane, pois essas acolhidas são ilusórias. São a condição econômica e o medo que movem essas poucas pessoas.

O chileno sempre foi um povo altivo, você o transformou num bando de escravos. Cada chileno

que não pense como você corre o risco de ir para a prisão ou para o exílio. Enquanto isso, você circula com a sua corte de aduladores.

Você permitiu que fosse implantado um esquema econômico que exige a exploração desumana dos trabalhadores e uma alta taxa de desemprego que atua como freio às suas legítimas reivindicações, em benefício de grupos econômicos nacionais e de interesses estrangeiros.

E para justificar tudo isso, se declara em guerra permanente contra o "comunismo". Isso acarretou lutas cruéis, com mortes, desaparecimentos, exílios, prisões e torturas.

Parafraseando Voltaire: "você ainda não se deu conta de que as idéias não podem ser degoladas?"

Depois de doze anos e meio do seu governo, o "comunismo" está mais forte do que nunca. Já pensou qual é a razão disso?

Eu vou lhe dar: há uma imensa massa de homens sem trabalho, que passam fome juntamente com as suas famílias, que são oprimidos pelas necessidades, que vivem cheios de medo e de desespero.

Essas pessoas só encontram solução na violência e vêem no seu desencadeamento a sua última esperança. É precisamente isso que lhes oferece o comunismo!

E no desenvolvimento dessa guerra, você está cometendo um erro imperdoável contra o Chile e as suas forças armadas, ao identificar estas com um processo social fracassado e desumano, o que acarretará o repúdio e o ódio de seu próprio povo aos nossos camaradas, como nunca aconteceu antes na nossa história. As forças armadas estão a serviço da Nação e não apenas do governo e menos ainda de um homem.

Em vez de continuar favorecendo pequenos grupos econômicos que, fria e premeditadamente, planejaram a utilização do sacrifício das forças armadas para satisfazer os seus desejos insaciáveis de riqueza, abra os olhos e veja.

Não vê que está levando o país para um conflito de consequências imprevisíveis?

A vida dos povos é regida por uma lei inexorável: a do pêndulo.

Não pensou ainda que depois da sua ditadura e se continuar por este caminho, pode vir outra, de sinal contrário?

Nunca se deu conta de que se isso acontecer, poderia ocorrer uma ocupação estrangeira do nosso território, já que várias potências não permitiram que um governo de extrema-esquerda assuma o poder no Chile?



Sipa

Viaux: "Você violou os direitos humanos. O governo foi muitas vezes de uma crueldade assombrosa"

Isso significaria a destruição do Chile e das forças armadas.

Lembre que em 1931 o general Carlos Ibáñez del Campo renunciou porque não queria que por sua causa fosse derramado "nem uma gota de sangue chileno". Como a sua atitude tem sido diferente!

O nosso atual regime foi reprovado pela quase totalidade dos demais países. Isso significa um enorme prejuízo para os chilenos. O culpado disso é você.

Você violou os direitos humanos. O governo foi muitas vezes de uma crueldade assombrosa. Por isso você foi alvo da condenação da opinião pública mundial e provocou no interior do país uma carga explosiva de ódios, cada vez mais profundos.

Não se sinta seguro pelas efêmeras satisfações materiais de que você usufrui agora. A longo prazo não lhe servirão para nada. Também não baseie seu futuro na existência de adulgações que terminam por corroer a consciência e sujar a alma.

O que espera? Que o povo, para recuperar o caminho do seu verdadeiro destino, se levante em armas? Ou que um general da ativa, zelando pela salvação do Chile, se revolte e, apoiado pelos seus subalternos e pelos civis, diga "basta"?

Minha consciência e a defesa do povo do Chile e das suas forças armadas me obrigaram a lhe escrever.

Nós, homens, estamos neste mundo de passagem. O que permanece é a pátria e as suas instituições fundamentais. A pátria existirá sempre e nunca deixará de haver jovens. Eles, quer você

queira, quer não, são o futuro do Chile.

Solucionar os enormes problemas do presente é a tarefa de todos. Para consegui-lo é mister um mínimo de acordo entre as forças armadas e a sociedade civil. Você é o obstáculo.

Estou absolutamente convencido de que sob as supremas inspirações do amor pátrio e do respeito igual para todos os homens, o Chile pode encontrar um caminho democrático de reconciliação, de paz e trabalho, de esforço criador e de liberdade. Tudo isso com justiça, sem represálias. A sociedade civil unida e as forças armadas inspiradas nos seus ideais primordiais de sempre podem e devem consegui-lo.

A minha fé na pátria não foi demonstrada através de meras declarações. Eu a demonstrei com atos de serviço e de sacrifício.

Dediquei toda uma vida a serviço do exército do Chile. Cheguei aos mais altos postos e coloquei os à disposição dos meus camaradas.

Por isso me sinto autorizado a me dirigir a você; como companheiro de curso, lhe convido à mediação e à reflexão.

Invoco os seus sentimentos de amor à pátria que — espero — ainda existam no seu coração. Espero que assim, guiado pelo Todo Poderoso, possa realizar um ato de extrema renúncia...

Abandone o poder pelo bem do Chile!

Ainda é tempo!

Faça-o antes que seja tarde!

Roberto Viaux Marambio  
General na reserva

Chile

## “Nós, mapuches, somos segregados”

**M**aria Lucy Traipe teve um encontro, no final do ano passado, com o relator das Nações Unidas, Fernando Volio, que estava fazendo o levantamento de material sobre as violações aos direitos humanos no Chile a fim de submetê-lo à consideração da ONU. Como se sabe, pouco tempo depois, o governo militar encabeçado pelo general Pinochet foi censurado pelas Nações Unidas por sua conduta em relação aos direitos humanos e pela primeira vez desde o golpe de 1973 esse voto contou com o apoio dos Estados Unidos.

María Lucy é uma dirigente mapuche, que usa o tradicional poncho das mulheres de seu povo. Os documentos que ela entregou a Volio para serem incorporados ao relatório da ONU eram denúncias de violações aos direitos humanos sofridas pela sua comunidade. Integrada à luta política, Traipe concedeu recentemente uma entrevista ao jornalista José Carrasco da revista *Análisis*, na qual mostra a deterioração do nível de vida do povo mapuche durante a ditadura militar.

*É raro ver uma mulher como dirigente dos mapuches...*

— Isso acontece porque as pessoas não entendem o que ocorre com o povo mapuche e desconhecem que as mulheres sempre tiveram um papel muito importante em sua história.

*As mulheres mapuches não se sentem segregadas?*

— Segregados somos todos nós, mapuches, homens e mulheres. Vê-se isso no trabalho, nos hospitais, até mesmo na rua. Por exemplo, se um mapuche erra por não saber pronunciar bem o idioma castelhano, imediatamente dizem “ah, sim, é um índio”. E com isso querem dizer outras coisas, que somos moles, que não temos inteligência, que nosso povo é bêbado.

Nas escolas da cidade, quando uma criança mapuche é vista pelos pais de outras crianças, tratam-na como se fosse estranha, como se nada tivesse que fazer ali. Não somos considerados dentro da sociedade por muita gente. Somos menosprezados.

30 — terceiro mundo



María Lucy Traipe: “A ditadura nos tirou muito”

*Vocês se consideram ofendidos se os chamam de índios, por exemplo?*

— Claro, porque nós não somos índios. Para começar, quando Cristóvão Colombo chegou à América, achava que estava nas Índias, como diziam. E depois, quando chegaram os invasores daquele tempo, nós já estávamos aqui. Então, somos mais chilenos que todos, talvez.

*Então, vocês têm uma posição indigenista?*

— Nós queremos esclarecer que isso é usado para se fazerem coisas com as quais não concordamos. Usam o indigenismo para separar a luta do povo mapuche das lutas de todo o povo chileno. Nós vivemos na extrema pobreza, como vive grande parte dos chilenos, e por isso é que unimos nossas reivindicações às de todo o país. A ditadura, por exemplo, nos tirou muito do que tínhamos recuperado durante o governo do presidente Allende, principalmente a terra.

*Mas vocês têm suas próprias reivindicações...*

— Claro que sim. A terra, por exemplo. Recuperar as terras que nos foram usurpadas, que tínhamos recuperado com a Lei 17.729 e que depois foram restituídas pela ditadura aos usurpadores. Ago-

## Repressão e exploração no campo

□ O trabalhador rural, beneficiado pela reforma agrária do governo da Unidade Popular, foi um dos setores da população mais atingido pela repressão da Junta Militar e pelo revanchismo dos latifundiários. Vinte mil famílias perderam, durante esses anos, suas parcelas de terras que, através do endividamento e das desapropriações, passaram às mãos dos bancos, dos militares e de outros profissionais liberais.

Em denúncia à revista *Análisis*, o presidente da confederação de camponeses "El Surco", Carlos Opazo, revelou que "camponeses foram assassinados em Copiapó, Lonquén, em toda a zona central, em Yumbel, em Valdívia. Dezenas de camponeses mapuches foram lançados por helicópteros ao mar, na zona de Cautín. Nesses dias

Os camponeses têm sido um dos setores mais castigados

de 1973, ex-latifundiários, cujas terras haviam sido desapropriadas, ajudavam os militares na caça aos camponeses. Estes tinham que pagar o preço da reforma agrária, por terem se transformado em pessoas e produtores com direitos, graças à própria reforma e à conquista de seus direitos políticos.

À repressão física, somou-se a atomização das organizações sindicais, o minucioso controle de suas listas de filiação e a proibição do recolhimento nas folhas de pagamento das cotas sindicais. Isso, quando os sindicatos não eram simplesmente destruídos, como os comunitários. Tudo isso explica o atraso atual do movimento campônio em relação ao conjunto do movimento sindical.

O boom das exportações de frutas, favorecido pela política econômica do regime, aumentou geometricamente o contingente de pessoas que trabalham apenas nos períodos de safra, que junto com os lenhadores, formam uma força de trabalho de 250 mil chilenos. Nem por isso, no entanto, suas condições de vida são melhores.

"Eles são obrigados a comer no chão, não têm condições de higiene dignas de seres humanos. As jornadas de trabalho duram de 12 a 14 horas. Por isso, podemos afirmar que os que não têm emprego fixo são chilenos sem direitos. Quando se organizam, são demitidos. Os patrões e os empresários do setor de frutas não estão preocupados, porque, com o nível de desemprego, a mão-de-obra é excedente", explica Carlos Opazo.

*Então, vocês se assumem permanentemente como camponeses, apegados a suas tradições, longe das indústrias, das grandes cidades?*

— Não. Quando falamos em manter nossa cultura, não estamos dizendo que pensamos que temos que viver como viviam nossos antepassados, sem saber ler nem escrever, exclusivamente cultivando a terra. Nós somos um povo que temos um idioma, costumes, praticamos nossa religião. Inclusive, temos nossa própria vestimenta. Temos características que nos diferenciam. Mas isso não nos marginaliza da sociedade, dos direitos de todos os chilenos, de lutar junto com todo o nosso povo, de chegar às universidades, de ocupar cargos de responsabilidade no país. Nós, mapuches, somos mais de 700 mil em todo o Chile e não estamos dispostos a desaparecer.

•  
José Carrasco

ra, nos impõem uma nova lei onde se fala em liquidar as comunidades e ao liquidarem as comunidades nós deixamos de ser mapuches. Isso é extermínio e morte do povo mapuche. Temos que recuperar a terra, a terra é nossa vida.

*Mas, além da terra, há outras reivindicações...*

— Nós dizemos que na terra está nossa cultura porque é na terra que nós colocamos em prática a nossa tradição, nossos costumes, inclusive nosso idioma tem tudo a ver com a terra.

## Chile

**Q**uando foi anunciado o melhor filme estrangeiro durante a última entrega do Oscar, a TV Nacional do Chile passou a transmitir comerciais. Ao reiniciar a transmissão, o apresentador, Antonio Vodanovic, o mesmo do Festival de Viña del Mar, disse: "Para dizer a verdade, fomos pegos de surpresa. Durante nossos comerciais e sem estar previsto, foi entregue o prêmio para o melhor filme estrangeiro. Ganhou a Argentina".

E nada mais foi dito, nem o nome, nem o conteúdo. Não foi dito o que cerca de um bilhão de pessoas assistiam em 76 países: que o filme argentino era *La historia oficial*, o primeiro filme latino-americano a ganhar um Oscar, e que seu tema trata dos desaparecidos e das crianças raptadas e adotadas ilegalmente durante a ditadura militar.

Logicamente também não foram transmitidas as palavras do diretor do filme premiado, Luis Puenzo, que disse:

"Enquanto aceito aqui esta honra, não posso esquecer que em outro 24 de março, há dez anos, nós sofremos o último golpe militar no meu país. Nunca esqueceremos esse pesadelo, mas agora estamos dando início a novos sonhos."

Tudo isso que não foi transmitido pela televisão oficial chilena com uma explicação tão pouco convincente, o país ficou sabendo no dia seguinte através dos noticiários das rádios democráticas. Tanto a Rádio Cooperativa como a Rádio Chilena forneceram amplos detalhes do prêmio, de seu significado e da presença no filme do chileno Pato Contreras como principal ator coadjuvante. O paradoxo da situação ficou claro quando as rádios transmitiram a notícia com a gravação direta da entrega do Oscar difundida pela "Voz da América" em Washington.

— Acham que somos tolos — comentou uma mulher, empresária, na porta de um dos bancos

Nissim Sharim e Delfina Guzmán do Ictus, doze anos de teatro livre

## A Cultura: esse grito de liberdade

do bairro alto, quando se pediu que comentasse o fato.

E essa é a questão que sempre surge quando se pensa nos fenômenos da comunicação e da cultura no Chile: o que pretende o governo com suas estratégias? Por que deixa espaço para tantas manifestações da cultura de contestação que nunca ocorreram em outros regimes militares do continente e, ao mesmo tempo, faz cortes e censura questões que são tão óbvias para a maioria da população? Ou será que na realidade a maioria das pessoas não che-

**Teatro, canto, vídeo  
murais e revistas tentam  
criar uma cultura que  
fala de liberdade e  
de novos tempos**

ga a se dar conta de tanta repressão, censura, silêncio e frases cortadas que o regime vai deixando como rastro no seu caminho?

Em muitos aspectos a comunicação e a cultura foram um cenário de paradoxos durante esses anos. E continua sendo.

**Criar, mais do que nunca**

De 1981 a 1985 foram produzidos no Chile 235 documentários, programas de reportagens e



curtas de ficção gravados em vídeo. Alguns deles, como é o caso de "Sexto A", protagonizado pelo grupo de teatro Ictus, é uma produção que cumpre todos os requisitos do gênero cinematográfico. Nunca antes no Chile se fez uma produção dessas dimensões. Trata-se de uma força expressiva desenvolvida sob a ditadura para registrar, para dizer e para ver aquilo que a televisão oficial ignora, oculta, sufoca.

O vídeo é uma tecnologia do modelo transnacional de consumo que, no Chile, foi apropriado pelos criadores. Em muitos casos o fenômeno não se dá apenas no campo das gravações, mas também no da distribuição. Só um instituto, o Ilet, tem 85 unidades para distribuição, a maior parte delas dedicadas aos diversos campos onde atuam as transnacionais, à nova canção latino-americana em diversas manifestações, aos processos latino-americanos urgentes, como são os acontecimentos da América Central ou aos debates no sentido de combater as consequências da dívida externa nos países da região. Mas o vídeo é apenas um exemplo, uma área dos "espaços de liberdade".

Durante o verão, época habitualmente de baixa atividade cultural porque as pessoas saem de Santiago de férias, organizou-se um festival em um bairro localizado no sopé do monte de San Cristóbal: o bairro Bellavista. Caracterizado por suas casas antigas, de duas janelas e uma porta dando para a rua, casas da classe média do início do século, o bairro se movimentou com o aparecimento simultâneo de um fenômeno que até agora vinha se desenvolvendo silenciosamente: a existência de quatro galerias de arte, três teatros, quatro centros musicais e *peñas*<sup>1</sup>, três a cinco restaurantes e locais de boa comida, vários antiquários. Todos esses espaços culturais se coordenaram para criar uma série de atividades simultâneas, onde ocorreram boas peças de teatro, exposições de pintores novos e do exílio e tudo isso com a animação permanente de uma juventude ansiosa em dar demonstrações de sua alegria e sua irreverência.

Bellavista mostrou um outro Chile. Seu significado foi bem resumido na frase de um transeunte, quando entrava em uma galeria de arte:

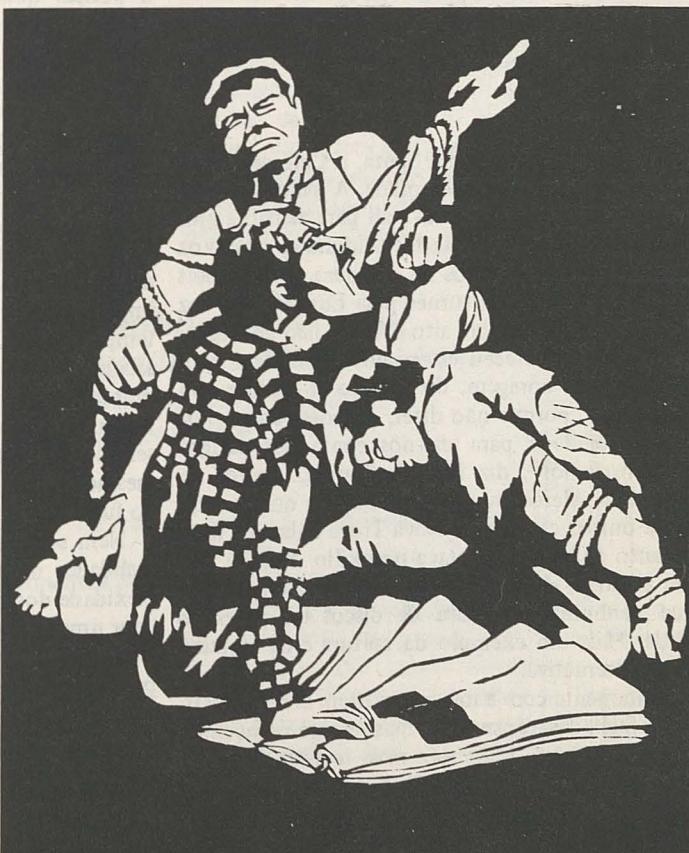
— É como se estivéssemos em uma democracia!

Os que conhecem a democracia reencontraram os símbolos de outras épocas. Os ritos de uma cultura aberta. Os jovens, para quem a democracia é uma utopia (mais de 7 milhões menores de 30 anos em uma população de 12 milhões), tiveram uma antecipação, um vislumbre do que poderia acontecer sem censuras e estados de sítio. Sem proibições nem toques de recolher.

#### Um grande teatro

Para qualquer observador do desenvolvimento cultural chileno do passado e analista objetivo do presente, a conclusão é que o teatro destes últimos 10 a 12 anos é mais rico, mais assentado na realidade local, mais profundo, mais emocional, mais próximo do ser nacional do que o feito em outros momentos. Obviamente é um teatro mais comovedor, comprometido e profundo do que aquele realizado sob a Unidade Popular.

As explicações podem ser muitas, mas o certo é



que o teatro dos grupos independentes percorreu as fronteiras do possível muito além do que o regime teria desejado. Grupos como o do teatro Ictus, o grupo *Câmara Negra* e mais recentemente o *Nuevo Grupo*, são exemplos de uma busca no sentido de trazer à tona, em forma de denúncia clara, os problemas que são escondidos. O desemprego, o exílio, a opressão do poder econômico, a ilusão do boom econômico, os "Chicago Boys", a tortura, os desaparecidos são temas que o teatro chileno pôs em cena com coragem, com dignidade profissional, com uma conduta que não fez concessões nem ao planalto nem ao regime.

Por isso se viram no Chile obras como *Primavera con una esquina rota* de Mario Benedetti, em versão do Ictus; ou *Regreso sin causa*, uma dramática expressão do exílio na Suécia e dos meses de retorno ao Chile, reflexo de uma terrível realidade humana que atraiu milhares de espectadores durante mais de um ano. Um teatro que também retoma o drama dos desaparecidos e a necessidade de denunciar, de a trever-se a falar, como faz este ano o teatro Ictus com *Lo que está en el aire*. Esta obra adiciona à sua qualidade a presença do veterano ator Roberto Parada, pai de um dos três militares degolados em março de 1985, fato que comoveu o país.

#### A música viva

Na noite da Sexta-feira Santa, o Café del Cerro estava com sua lotação esgotada. A maior parte do público, gente jovem, estava ali para assistir a uma nova apresentação de Isabel Aldunate, uma voz surgida durante os anos de ditadura, já com dois LPs gravados e duas turnês pela Europa. Sua voz cheia, doce, de timbre alto e firme, não dá trégua.

"O que aconteceu estes anos no Chile é consequência da coragem, do ímpeto de manter viva a cultura e, porque não dizer, de nossa enorme irresponsabilidade para dar-nos conta dos perigos que corriámos", diz Ricardo García, diretor da gravadora Alerce, surgida em 1976 e que trouxe, entre outros cantores, a Nova Trova cubana e todo o canto chileno que estava no exílio. Hoje já tem um catálogo de 200 títulos e realizou uma tarefa que nenhuma gravadora de discos fez antes no Chile. Mais um exemplo da cultura e da comunicação alternativa.

Juntamente com a música, existem as revistas, às vezes fechadas, censuradas, mas sempre avançando, sem concessões. Cada vez mais revistas vão delineando o seu próprio perfil. *Cauce* se mantém na

linha da denúncia, sabendo que quando voltar a democracia seu destino não será claro. *Análisis* é a sentinela da luta pela reconquista da democracia a partir das perspectivas políticas mais à esquerda, embora com um conteúdo em muitos aspectos pluralista, em termos de seus colunistas e entrevistados. *Apsi* se tornou uma revista da irreverência, da criatividade jovem, da sociedade que se olha no espelho sem complexos. E assim cada uma vai abrindo espaços de liberdade a partir de seu próprio discurso.

Não fica claro quais perdurarão quando a democracia chegar.

"Esse é outro problema, mas haverá tempo para nos ocupar dele. Por enquanto, trata-se de expulsarmos o tirano", diz um dos diretores destas publicações semanais e quinzenais. Constituem uma ampla e rica experiência de imprensa alternativa, que volta seus olhos para a Argentina, o Uruguai, o Brasil e outros países para tentar não cometer os mesmos erros. Será possível?

A cultura é muito mais do que tudo que mencionamos. É o grito de milhares de pessoas no estádio, é a irreverência dos jovens que enfrentam a polícia quase com uma alegria superior, é a criatividade desconcertante das mulheres em suas marchas e atos de mobilização. É também o que está sendo criado no trabalho dos intelectuais, dos escritores jovens, dos novos pintores, de uma geração que nasceu quando Allende venceu e que hoje se lança às ruas com sua adolescência e seus ímpetos de mudar o que as "cúpulas políticas" não podem mudar.

A cultura está se tornando cada vez mais atrevida no Chile porque são os jovens que a cultivam e impulsionam. Eles sabem que perdurarão no tempo muito mais do que Pinochet e porque sabem disso se atiram no presente para quebrar os muros concebidos pela ditadura. Fazem isso para resgatar a memória, para recuperar as raízes e o sentido de uma cultura que vinha de longe e, ao mesmo tempo, dar passagem às utopias, aos sonhos do futuro.

Nem sempre os dirigentes políticos vêem estas realidades no Chile. Às vezes, fechados na complexidade dos seus rituais de desunião, acabam por criar uma anticultura diante de uma juventude que já começou a cultivar as suas próprias flores porque não tem tempo para esperar que outros façam chegar a primavera.

<sup>1</sup> Local de encontro de músicos, poetas, atores, artistas em geral, que se apresentam informalmente, com a participação do público.

**C**arolina tinha apenas oito anos quando perdeu o pai. O regime de Pinochet tirou a vida de José Tohá pelo simples fato dele ter sido ministro do Interior do governo constitucional de Salvador Allende. Apesar de tudo, de carregar essa dor e de ser criada nos mais crueis dias da ditadura, Carolina Tohá viveu e enfrentou a vida, com alegria e esperança.

Agora, aos 20 anos, Carolina é estudante de Direito e membro da diretoria da Federação de Estudantes da Universidade do Chile, democraticamente eleita. Como mulher, dirigente estudantil e jovem, ela tem claros conceitos da vida, do futuro e da democracia. É o que está retratado nesta entrevista a *cadernos do terceiro mundo*.

*Carolina, qual é o papel da juventude na tarefa de reconquistar a democracia?*

— Essa não é uma pergunta fácil. A juventude deve ser a geração que vai construir essa democracia. Ela deve pensar e criar um país diferente, uma sociedade diferente, partindo da experiência traumatizante da ditadura. Na minha opinião, o papel dos jovens chilenos é responder aos desafios que o país enfrentará e planejar o futuro pensando numa nova sociedade no século 21.

*Esse é o papel da juventude na construção da democracia. E o que lhe está reservado na luta contra a ditadura?*

— A juventude tem sido um dos principais protagonistas da luta contra a ditadura.

*Por quê?*

— Por vários motivos. Em primeiro lugar, a juventude é mais rebelde, mais criativa e menos conformada com a realidade. Além disso, há um ou-

tro fator próprio da situação chilena nesses anos: os jovens foram os mais atingidos pela ditadura. O sentimento de insegurança, de que o estudo é inacessível, de que não existe futuro, fez com que a maioria dos jovens compreendesse que o atual sistema não lhes oferece qualquer possibilidade de desenvolvimento. Tudo isso leva a juventude a uma posição: essa situação tem que ser modificada imediatamente; o quanto antes possível.

***O depoimento de uma dirigente estudantil sobre as lutas e os anseios da juventude***

*Você fala de uma juventude contra a ditadura, como se ela formasse um todo.*

*É uma só ou existem setores que têm projetos diferentes?*

— Evidentemente, a juventude democrática, antiditatorial e de oposição tem diferentes projetos. No entanto, as nuances e as diferenças de planos da juventude foram obrigadas a conviver. A juventude chilena compartilhou da mesma trinchera durante muitos anos; e isso está muito acima das divergências que possam existir quanto ao pro-



Carolina no 10º aniversário da morte de seu pai, José Tohá

## **Os jovens têm uma capacidade de diálogo maior**

N  
p  
jeto político para o futuro.

*As atuais gerações não conhecem a democracia. No entanto, estão à frente na resistência...*

— É uma coisa estranha. É verdade que esta juventude se formou dentro de um contexto autoritário. Por isso, não é sua formação que faz com que a juventude tenha aspirações democráticas, mas por uma reação ao que lhe coube viver. Ou seja, esta é uma juventude democrática, principalmente pela atitude de contestação ao atual regime. Existe, no entanto, um vazio de formação, mas o fato de ter vivido uma situação repressiva, de violações permanentes dos mais elementares direitos e de se haver formado culturalmente sob este esquema, provocou uma resposta democrática.

**“Um sistema participativo”**

*O que você entende por democracia?*



Manifestação dos jovens contra a tortura

— Essa é uma boa pergunta! Mas acho que sem entrar no mérito de definir o conceito de democracia, o sentimento da juventude chilena quando fala em democracia está intimamente ligado a um sistema que respeite as maiorias e as minorias. Um sistema solidário, pluralista e participativo.

*Nesse sentido, os jovens serão os guardiões da futura democracia?*

— Os jovens têm não apenas a obsessão de recuperar a democracia, mas querem também que ela seja estável. Existe uma consciência no sentido de não se repetirem os erros monumentais do passado. Erros que, em suma, acabaram com a democracia. Na juventude de hoje, existe algo que não ocorreu anteriormente: a convicção de que a democracia, uma vez recuperada, pode correr o risco de se perder, se não se atua com maturidade, responsabilidade e com um grande patriotismo cívico.

*Há algumas semanas, 12 organizações políticas*



Os jovens são um dos principais alvos da política repressiva do regime chileno



*"Nós nos convencemos de que retornar à democracia não é um mito mas sim uma realidade concreta"*

*juvenis, desde o centro até todos os setores da esquerda, assinaram um acordo político para mobilizar socialmente o país. No entanto, os dirigentes políticos adultos desses mesmos partidos ainda não conseguem chegar a acordos. Como explica isso?*

— Entre os jovens, existem uma grande capacidade de diálogo e uma grande experiência de unidade. Uma vontade e uma capacidade política capazes de traduzir os planos unitários em ações concretas. Mas, a nível nacional e dos dirigentes políticos adultos, se constata uma maior incapacidade e menor desejo de união.

Isso acontece por duas razões:

primeiro, porque os ressentimentos, os preconceitos e as feridas que se arrastam desde o período democrático não foram superados. Em segundo lugar, porque eles estão menos apressados que a juventude em resolver os dramáticos problemas que o nosso país vive.

*O que significa para você o fato de ter vivido mais da metade da sua vida numa ditadura, com todo o peso que isso traz, inclusive de ter perdido seu pai?*

— Estes anos (quase 13) foram marcados, numa primeira fase, muito fortemente pela dor, pelo trauma e pelo desânimo. Acredito que essa sensação não é apenas minha, mas um sentimento nacional



Sipa Press

e muito forte a nível de juventude.

No entanto, acho que esse processo já começou a mudar e toda essa dor e falta de esperança começam a transformar-se em energia para modificar a situação do Chile. As possibilidades de alcançar essa meta, que há alguns anos eram muito remotas, deixaram de ser de um tempo para cá. O Chile inteiro: homens, mulheres, jovens, os trabalhadores em geral e a população estão convencidos de que o retorno à democracia não é um mito, mas, pelo contrário, uma realidade concreta. A experiência ditatorial traz uma grande carga de dor, mas também uma grande carga de energia, de esperança de que essa dor não se repita nunca mais.

Jorge Andrés Richards

terceiro mundo — 37

---

Chile

---

**N**o final das contas pareceu lógico. A bomba que, em janeiro passado, matou 29 trabalhadores e destruiu a fábrica número dois da indústria de armamentos Cardoen, em Iquique, dois mil quilômetros ao norte da capital chilena, lançou também para o primeiro plano a nova indústria armamentista deste país sul-americano.

Uma bomba de fragmentação de 8.500 dólares, "a mais barata do mercado", capaz de arrasar uma superfície de 50 mil metros quadrados, explodiu em "Alto Hospicio", uma instalação militar cedida pelo exército a Carlos Cardoen, brilhante empresário de 42 anos, orgulho do regime. No enterro dos operários, o bispo de Iquique, monsenhor Javier Prado, irmão de um ministro de Pinochet, denunciou a fabricação de armamentos como um "pecado social". Cardoen retirou-se da igreja ostensivamente nesse momento da homilia. A Conferência Episcopal Chilena, por sua vez, assinalou o cruel paradoxo existente no fato de que armas destinadas a matar outros tenham provocado a morte dos próprios chilenos.

Houve protestos furiosos de organizações sociais e sindicatos, enquanto a investigação sobre o ocorrido ainda está se realizando. A opinião pública ainda não se recuperou de sua perplexidade, porque depois da tragédia se soube que os jovens trabalhadores que morreram na explosão trabalhavam 12 horas por dia e ganhavam apenas 15 mil pesos — cerca de 75 dólares — por mês.

Só a imprensa clandestina se atreveu a lançar perguntas polêmicas como: Quem está por trás de Cardoen e tira proveito do negócio? Como é que uma fábrica privada funciona em áreas militares? Pode um homem mal-alimentado manter a concentração no trabalho durante 12 horas, quando a cada segundo dessas horas está jogando com a morte?

Causou espanto o fato de que um regime que

Ulrich Kohls



## O negócio das armas

está em uma situação econômica desesperadora, com meio milhão de desempregados e inúmeras fontes de trabalho paralisadas, tivesse optado pela indústria da morte. Em termos éticos a venda de armas foi comparada ao comércio de drogas. A realidade é que o Chile está vendendo armas, basicamente bombas de fragmentação e tipo "Cluster", por um valor que vai de 80 a 90 milhões de dólares ao ano. Seu mercado é principalmente o Oriente Médio, mas procura vender a Honduras, El Salvador, Guatemala como também ao Sudeste Asiático.

Além disso pode produzir carros blindados, bar-

*A explosão de uma bomba numa fábrica de armamentos provoca um debate nacional sobre uma indústria em expansão no país*

cos, armas de artilharia e pessoais, minas terrestres e marítimas. Foi iniciada a construção de aviões e há pressa em começar a de helicópteros. A maior parte destes equipamentos é fabricada através da montagem de peças importadas com participação nacional. Aproveitando a vasta experiência adquirida pela sua condição de país mineiro, o Chile se dedicou ao ramo dos explosivos: bombas, projéteis e elementos de demolição.

Até 1978, este país tinha uma limitada capacidade de produção de armamentos e não exportava

equipamento militar. Produzia parcialmente o fuzil FN-FAI de 7,62mm e a metralhadora FN de igual milimetragem, de cano pesado. Todas as outras armas eram compradas nos Estados Unidos, principalmente, e também na Inglaterra, Bélgica, Suíça, Alemanha Federal, França e até Dinamarca.

A partir daquele ano houve uma guinada. O assassinato em Washington do ex-chanceler Orlando Letelier e as constantes violações aos direitos humanos provocaram a proibição da venda de armas por parte dos Estados Unidos. Nesta mudança pesou também a possibilidade de um conflito armado com a Argentina e o império da ideologia da Segurança Nacional.

Um intenso esforço foi então desencadeado no sentido de desenvolver uma indústria militar própria e também de adquirir armamento moderno em grande escala. Para isso o regime utilizou a infra-estrutura existente em todos os ramos das forças armadas, e também o apoio de audaciosos empresários privados. Entre eles, o que mais se destacou foi Carlos Cardoen, especialista em explosivos, com doutorado em engenharia na Universidade de Colorado, EUA.

Cardoen contou desde o início com créditos fáceis, compras asseguradas pelas forças armadas e apadrinhamentos que fazem supor altíssimas vinculações. Um ex-ministro da Defesa e comandante do estado-maior do exército chileno, o general Carlos Forestier, é atualmente seu principal assessor militar.

Em apenas cinco anos, Cardoen se transformou num empresário rico e poderoso. A guerra entre o Irã e o Iraque foi para ele um presente, já que lhe abriu um amplo mercado para suas bombas de fragmentação. Com seis fábricas no país, o empresário acaba de construir outra no Iraque, um dos seus principais clientes, e se prepara para instalar uma nos arredores de



Orlando Letelier (dir.) e Salvador Allende (esq.)

Madri. Em seu avião particular visita clientes potenciais e organiza agora uma viagem para explicar a demora na produção como resultado da catástrofe de Iquique.

A produção de Cardoen (que inclui bombas, uma gama variada de veículos blindados, carros com licença "Mowas", minas antipessoais, cargas de profundidade, torpedos tipo Bangalore etc.) soma-se à de outra empresa privada, Ferrimar, que produz a bomba "Vespa" de maior precisão, detonada com um mecanismo de raio laser. Diz-se que a Famae, a indústria de armamentos do exército, tem participações na Ferrimar e está inclusive ressentida com o êxito obtido por um empresário privado diante do qual tem o papel de simples intermediária.

O panorama da indústria bélica chilena é inquietante. No setor estatal cada ramo das forças armadas tem sua própria indústria de fabricação de equipamentos militares. Os estaleiros e fábricas de indústria bélica da marinha (Asmar) têm 4.500 trabalhadores e podem fabricar embarcações de até 50.000tdw. Com licença francesa fabrica na-



A guerra Irã-Iraque foi um presente para a indústria chilena de armamentos

vios de desembarque tipo Batral com capacidade para uma companhia de infantaria, cinco carros de combate e outros materiais.

A força aérea, com sua empresa nacional de aeronáutica (Enaer) montou os primeiros Mirage-50

no país, com 50% de componentes importados. Atualmente constrói o Pillam, avião de treinamento de baixo custo. Lançou agora o Aucan, versão aprimorada do Pillan. Fabrica o Casa-Lol em colaboração com a aeronáutica espanhola e espera fabricar integralmente no Chile helicópteros tipo Bolkow-Messerschmitt.

O exército dispõe de uma fábrica de material de guerra (Famae) e de uma indústria química de explosivos militares.

As instituições armadas chilenas incursionam assim em novos campos. O fantasma da guerra é onipresente. O comandante-em-chefe da marinha e membro da junta de governo, almirante José Toribio Merino, disse em um simpósio realizado em Norfolk, Estados Unidos em 1985: "A ameaça soviética se estende como um pavio de pólvora pelo mundo, avança com ímpeto através de continentes e oceanos, sem deter-se diante de nada em busca da conquista do poder mundial".

#### O Chile entra no mercado

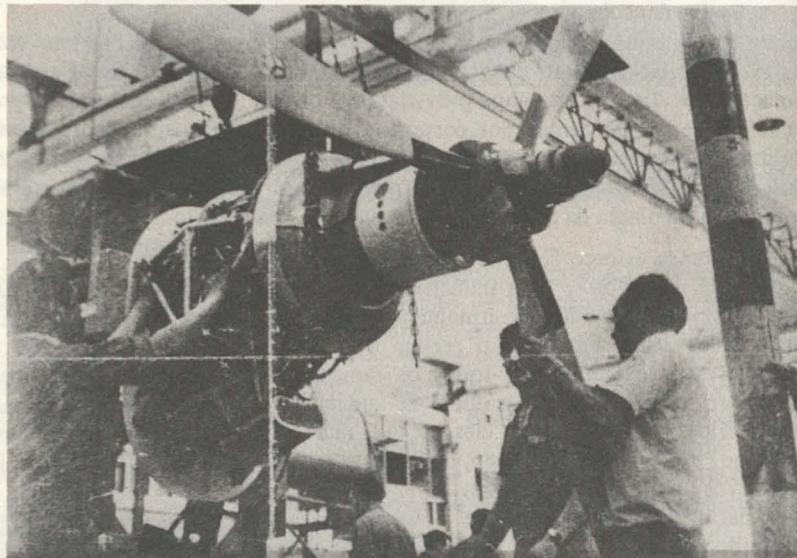
A cada dois anos Santiago se vangloria de ser sede de uma mostra armamentista chamada "Feira Internacional do Ar", Fida. Na última mostra de março, participaram da exposição 126 indústrias de 18 países, entre eles a África do Sul, Israel, Argentina, Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. O mais importante convidado – entre dezenas de altos oficiais – foi o vice-ministro da Defesa sul-africano, Adriaan Vlok.

O fenômeno da indústria bélica no continente não é novo. Nos anos 50, o regime de Perón, com a ajuda de oficiais nazistas que fugiam dos aliados, instalou em Córdoba uma fábrica de equipamento aeronáutico, estabeleceu fábricas militares na Grande Buenos Aires e até participou da fabricação da bomba atômica no sul argentino. Atualmente a Argentina impôs seu avião de combate anti-guerrilheiro Pucará, seus tanques TAM e seus estaleiros produzem submarinos convencionais com licença alemã.

O Peru utiliza a sua capacidade de construção na fabricação naval e a assessoria técnica italiana

na fabricação de navios de guerra. O Brasil, a primeira potência da América Latina, é o país onde a indústria de armamentos atingiu maior desenvolvimento. Iniciada há mais de 20 anos, exporta cerca de três bilhões e meio de dólares em armas e equipamentos aos países do Terceiro Mundo, tendo inclusive conseguido contratos de compra na Grã-Bretanha.

Os Estados Unidos, em uma primeira etapa, procuraram combater o surgimento de indústrias latino-americanas de armamentos. O problema assume hoje outra natureza. As transnacionais passaram a participar da produção de armas na



Argentina impôs muitos de seus armamentos na América Latina



Toribio Merino: pesadelos com a "ameaça soviética"

região. Os custos são mais baixos, as medidas e exigências de segurança são menores. Não existem normas que impeçam a fabricação de certos tipos de armamentos, como por exemplo, as bombas de fragmentação, condenadas pelas leis humanitárias e pelas convenções internacionais. Finalmente, proporcionam certa flexibilidade de política que, como no caso da guerra do Vietnã, permitiram esquivar-se de dificuldades de mobilização industrial que ocorrem nos Estados Unidos

O Brasil exporta 3,5 bilhões de dólares em armas



O governo estimula a indústria de guerra enquanto outras fontes de trabalho permanecem paralisadas

quando se trata de conflitos não-declarados.

Hoje também começam a surgir as guerras de pobres e guerras de ricos. Para as primeiras começam a surgir novos fornecedores ligados às transnacionais. O negócio da morte, expresso na fabricação de armas, se liga estreitamente ao gasto militar latino-americano.

Em 1984 a humanidade gastou 800 bilhões de dólares em armas. Uma soma tão alta que com ela se poderia erradicar completamente a fome e as sequelas da pobreza no Terceiro Mundo. Desse total a América Latina participou com uma pequena parte, que porém pode ser considerada imensa se levarmos em conta a extensão dos seus problemas. De acordo com o Sipri (Instituto de Investigações para a Paz, de Estocolmo), entre 1975 e 1983, os gastos militares do Chile somaram 14 bilhões e 500 milhões de dólares, o equivalente a quase 70% do total de sua dívida externa. No mesmo período, a Argentina gastou 20 bilhões de dólares, 45% de sua dívida externa. Em 1982 esses gastos representaram 8,5% do Produto Interno Bruto do Chile e 6,4% da Argentina.

O contra-senso é angustiante. Enquanto um

1986 - Maio - nº 89



terço da população do Chile vive em um nível econômico inferior ao mínimo necessário para a subsistência e em um momento em que o desemprego, em termos reais, chega a 30%, um imenso volume de recursos é consumido no gasto militar.

Enquanto as fontes de trabalho escasseiam e as indústrias produtivas vêm estreitar-se o seu raio de ação, o regime estimula uma indústria de guerra que beneficia unicamente um grupo de empresários. Além disso, fomenta tensões e incerteza nas relações entre os países latino-americanos e contribui para acirrar os conflitos do Terceiro Mundo. A explosão acidental da bomba de Cardoen tirou 29 vidas e deixou clara esta realidade: desta vez errou o seu alvo.

●

Marcela Otero

terceiro mundo - 41

N  
P

*O tempo e os problemas  
do nosso povo não param  
de crescer. Impõe-se que,  
cada vez mais, um maior  
número de pessoas*

*desperte este país,  
discuta o Brasil, mas  
em alto e bom tom,  
com os pés no chão.  
Comece por você, já!*

# TERRA FIRME

REVISTA TRIMESTRAL

Junta ao(s) pedido(s) cheque  
nominal ou vale postal (ag.  
central) no valor correspon-  
dente.

## SE VOCÊ CONSEGUIR

3 assinaturas de Terra Firme  
2 assinaturas de Terra Firme  
1 assinatura de Terra Firme

## GANHA DE BRINDE:

1 LP de "Radamés Gnattali"  
1 assinatura trimestral de Nas Bancas  
04 semanas de Nas Bancas

OBS.: assinatura p/exterior: US\$ 25.

## Cupom de Brinde

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- ( ) 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1<sup>a</sup> parcela juntamente com este cupom.  
(a 2<sup>a</sup> parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).  
( ) 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.

Data: / /

Assinatura do comprador

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Tel.: .....  
Estado: ..... Cep: ..... Profissão: .....

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ ..... em ( ) cheque nomi-  
nal ou ( ) vale postal – ag. central – em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a re-  
messa do brinde a que tenho direito assim que os mesmos estiverem totalmente qui-  
tados.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... Cep: ..... Profissão: .....

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- ( ) 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1<sup>a</sup> parcela juntamente com este cupom.  
(a 2<sup>a</sup> parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).  
( ) 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.

Data: / /

Assinatura do comprador

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Tel.: .....  
Estado: ..... Cep: ..... Profissão: .....

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- ( ) 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1<sup>a</sup> parcela juntamente com este cupom.  
(a 2<sup>a</sup> parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).  
( ) 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.

Data: / /

Assinatura do comprador

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Tel.: .....  
Estado: ..... Cep: ..... Profissão: .....

# Nova vitória militar contra a Renamo

Dois mil homens comandados por um dos veteranos combatentes da luta pela independência tomam de assalto um dos mais importantes centros de operações dos contra-revolucionários

**E**m março último o governo de Moçambique anunciou oficialmente a ocupação do principal acampamento da Renamo situado na importante província de Inhambane. A operação, conhecida pelo nome de código de "Décimo sétimo aniversário dos nossos heróis", inflingiu um sério golpe nos planos dos grupos contra-revolucionários.

Era através da zona costeira dessa província que a África do Sul vinha alimentando em grande parte a subversão contra o regime liderado pelo presidente Samora Machel.

Mas a importância da operação não foi só militar. Inhambane é uma das províncias chaves do país no que se refere à produção agrícola. Ela produz cereais, castanha de cajú, algodão e madeiras, cuja exploração agora poderá ser retomada. Mais ainda: no distrito de Homoíne, localizado na parte centro-sul da província, estavam sendo realizados trabalhos de prospecção petrolífera.

ra que também poderão continuar agora que a situação militar está sob controle.

Dada a importância da operação contra a Renamo, o governo convidou um grupo de jornalistas nacionais e estrangeiros para visitar o acampamento ocupado e verificar o sucesso das forças militares moçambicanas. *Cadernos do terceiro mundo* esteve representado pelo nosso correspondente em Maputo, Etevaldo Hipólito. Eis o seu relato da visita:

O local onde tinha sido insta-

lado o acampamento central dos contra-revolucionários na província de Inhambane é cercado por quilômetros de mata fechada, com altas árvores que dificultavam aos aviões de reconhecimento a localização e identificação do acampamento.

Por terra, o acesso à área é feito através de um extenso areal. Em determinados trechos, no meio da vegetação, surgem pequenas "ilhas" de cactus, chegando cada um a superar a estatura de um homem normal. Os bosques por eles formados tor-



A Renamo sofreu mais um golpe militar das forças armadas moçambicanas

nam a paisagem ao redor ainda mais agressiva. Para alcançar o local de destino, a coluna militar que conduzia um grupo de jornalistas teve que ir abrindo picadas através da mata fechada.

Com dois quilômetros de largura por quatro de comprimento, a área abriga uma série de cabanas construídas com troncos de madeira e destinadas aos diferentes serviços além do posto de comando e das habitações. Quando se viram atacados — primeiro pela artilharia estacionada a cerca de dez quilômetros e depois por forças de infantaria —,

do de decomposição confirmam as denúncias feitas por camponezes que sobreviveram ao terror. De acordo com os seus depoimentos, a maioria das vítimas eram pessoas suspeitas de pertencerem ao Partido Frelimo ou de serem funcionários do governo.

Como ocorre em outras partes do país, as vítimas também eram cidadãos comuns, e até mesmo membros do bando. Neste caso, o assassinato tinha por objetivo advertir os recrutas — formados por jovens raptados em suas aldeias — para o perigo que corriam caso manifestassem

província.

Tendo se infiltrado na província dois anos antes, a Renamo tentou no início ganhar o apoio ou, pelo menos, a convivência da população. Esta foi um tática aplicada apenas nessa província, por causa de suas características especiais, já que no restante do país a política da Renamo era de simples terrorismo, inclusive contra a população civil. Durante algum tempo essa tática deu certo. O seu êxito se assentava em dois pilares, a inexperiência política dos camponezes e a relativa abundância de alimentos na região, que no início não fora das mais atingidas pela seca.

A inexperiência dos camponezes se explica pelo fato da província de Inhambane não ter sido cenário da luta de libertação nacional, não tendo eles, por essa razão, se envolvido no combate direto com o colonialismo português.

Quanto à alimentação, esse fator teve um peso determinante porque a disponibilidade de comida não colocou num primeiro momento os contra-revolucionários da Renamo em confronto aberto com a população. Dessa forma, eles puderam se dedicar à tarefa principal nessa província: a construção da infra-estrutura essencial ao desembarque de armas e combatentes procedentes da África do Sul.

Alguns camponezes acreditaram inicialmente que poderiam ficar à margem do confronto, como se a luta contra a Renamo dissesse respeito exclusivamente ao governo. Essa avaliação se viu favorecida pela tática adotada pela Renamo de distribuir gêneros quando os alimentos começavam a escassear em determinada área, ocultando evidentemente o fato deles serem produto de sa-



Azarias Ingauane

Jovens combatentes moçambicanos celebram a vitória contra a Renamo

os contra-revolucionários deixaram no local material militar, bens roubados à população e até mesmo conjuntos de arco e flechas utilizados para caçar. Mas isso não foi a característica marcante da sua presença na região.

Ao redor deste acampamento e a poucos passos mata adentro, podem ser encontrados restos humanos. Crânios esbranquiçados por sol e chuva, colunas vertebrais retorcidas, espalhados aqui e ali constituem testemunho mudo, mas eloquente, do clima de barbárie há pouco existente na área. Os corpos em estan-

descontentamento ou incorrem em atos de indisciplina.

#### Tática diferente

Até 1984 a província de Inhambane era considerada uma das mais problemáticas de Moçambique. A seca tinha envolvido a população no drama que atingiu o país, com carência alimentar e sérios problemas de saúde pública. A situação tinha se agravado com a atuação dos contra-revolucionários, cujas ações terroristas acabaram por se estender a todo o território da

ques realizados em outros locais. Nesse sentido não se pode ignorar o papel desempenhado por alguns chefes tribais, que deram certa cobertura à Renamo pelo fato de verem no regime instituído pela Frelimo o fim dos seus privilégios.

A situação mudou quando a seca se estendeu por toda a província. Cada saco de milho, raiz de mandioca ou pedaço de caça tornou-se então objeto de disputa entre os camponeses e a Renamo. A partir de então, a população descobriu a verdadeira face da contra-revolução, que não teve escrúpulos em roubar as colheitas à custa de assassinatos, torturas e violações.

#### A organização da população

O drama vivido por milhares de pessoas teve, contudo, o seu lado positivo. Os acampamentos criados pelo governo para coordenar a assistência aos flagelados permitiram o início de um intenso trabalho político e organizacional no seio da população. No campo da defesa, ficou demonstrado que, para o cidadão comum, a forma mais eficiente de combate à Renamo era o engajamento nas milícias.

Um fato que despertou a atenção dos jornalistas que estiveram na zona de guerra foi a participação de civis nas operações desencadeadas contra a Renamo. Em todo o período de trabalho realizado na área estava presente Eduardo Jgimo, administrador do distrito de Homoíne. O uniforme de campanha que em determinados momentos envergava era um indício de que o seu cargo não é meramente burocrático.

O envolvimento de quadros do aparelho de Estado na luta armada já tinha sido constatado por nós em 1982. Durante um

Azarias Inguane



Jgimo, administrador de Homoíne

combate contra um acampamento dos contra-revolucionários em Nyakodja, na mesma província de Inhambane, no meio do tiroteio ouvimos alguém chamar pelo diretor da empresa estatal Encatex, dando-lhe a orientação de tiro. Em um posterior encontro com o governador Pascoal Zandamela, secretário-geral da Organização Nacional de Professores,

abordamos a questão da mobilização da população. De acordo com suas palavras, o Partido Frelimo, do qual é secretário provincial, vinha realizando uma ampla campanha de politização, visando a que cada cidadão de alguma maneira se sentisse comprometido na solução dos problemas que afetavam a região.

No interior do próprio governo havia o empenho de que os responsáveis situados em diversos níveis mantivessem um contato direto com a realidade. Desta forma, reuniões importantes para a província não ocorrem apenas na capital, mas são também realizadas nos distritos. Todo dirigente deve participar de cursos de preparação político-militar.

Através destas medidas as tarefas de defesa e segurança não recaem apenas sobre o governo, envolvem também a própria população, estreitando as relações entre povo e as forças armadas. Nos combates que recentemente culminaram com a queda do principal acampamento da Renamo estava presente, entre outros funcionários do governo, o res-

Azarias Inguane



"O drama vivido por milhares de pessoas teve o seu lado positivo"

ponsável pela administração do Parque Imobiliário do Estado. Quando há necessidade de realizar alguma ação no campo militar, cabe ao Partido mobilizar a população, integrando-a, segundo o seu grau de preparação, nas operações. A participação é voluntária, não havendo discriminação quanto a sexo, cor ou religião.

As mulheres em geral ajudam a transportar munições, cuidam dos feridos e colaboram na vigilância. Porém não é raro encontrar mulheres combatentes, de arma na mão. (Ver quadro)

#### Os fatores da vitória

Os contatos mantidos com combatentes e civis na província de Inhambane nos permitiram comprovar que a vitória alcança-

Azarias Inguane



Fondo, comandante de Inhambane

da sobre a Renamo veio como consequência de um longo trabalho desenvolvido a nível político e militar. Há dois anos era praticamente impossível sair da capi-

tal provincial ao entardecer; mesmo de dia, depois de alguns quilômetros, começava a zona de perigo. Hoje não há um palmo de território que não possa ser percorrido.

Armando Camilo, aos 22 anos um "veterano" na guerra movida aos contra-revolucionários, que juntamente com o equipamento regulamentar porta um conjunto de arco e flechas encontrado no acampamento central, conta com bom humor como ocorreu o seu primeiro combate, na zona de Pomene.

Com os dois primeiros estrondos ficou bastante assustado, quase apavorado, mas do terceiro em diante foi se acostumando. Hoje, segundo afirmou, não tem a menor intenção de solicitar sua desmobilização, apesar da dureza da vida que leva no mato

#### **"SEGUIR O EXEMPLO DE JOSINA MACHEL"**

Quando perguntamos a Constância Nguira por que ela participa dos combates contra a Renamo, ela decide nos contar a origem da sua opção de se integrar à frente de luta.

"Um dia, em 1982, eu acordei o meu marido de madrugada e contei-lhe que acabara de decidir me alistar nas milícias populares. Até então, eu era uma pacata dona-de-casa e o meu marido não entendia o que podia ter me levado a adotar semelhante decisão. Lembrei a ele a amarga experiência que tivera com o regime colonial: um irmão chicoteado até a morte. E com os argumentos que dei, provei a ele que a opressão que os contra-revolucionários tentam agora implantar no país é a mesma que sofremos na época do colonialismo português."

Constância começou seu treinamento militar naquele mesmo ano e a partir de então ela está presente nas tarefas de organização dos serviços de apoio aos combatentes tanto nos acampamentos como na linha de fogo.

"Quando os meus soldados caem feridos, ajudo nos primeiros socorros, preparam chás ou comidas para eles" — diz em tom maternal, ao mesmo tempo que com a mão direita acerta uma dobra da *capulana*, a tradicional faixa de tecido colorido que as mulheres moçambicanas usam por cima da saia.

O marido já aceita o trabalho que a afasta de casa durante períodos de até três meses. Além das tarefas corriqueiras mas essenciais para o funcionamento de um acampamento, Constância também se dedica à mobilização popular, em particular das mulheres, e participa dos combates contra a Renamo.

Machavana, Tchoromwe, Marrumana, Nyakodja, Nyadjera e Vavate são algumas das regiões em que Constância esteve na linha de fogo. Em Nyakodja vi pessoalmente como ela transportava material de guerra até os pontos mais avançados e como, enquanto as balas assobiavam ao redor, juntamente com outras mulheres levava os feridos para a retaguarda.

"Sinto ter que largar as tarefas de casa, mas devo seguir o exemplo de mamãe Josina Machel que lutou até o fim para libertar o nosso povo", afirma.

desde que se alistou, em 1982.

O comando militar que aos poucos foi dando um novo curso à guerra se encontra a cargo do major-general Domingos Fondo, o experimentado combatente que desde 1963 milita nas fileiras do Partido Frelimo. Durante a luta contra o colonialismo português desempenhou um papel ativo nas ofensivas desencadeadas em Cabo Delgado, no extremo norte do país. Em 1973, a sua experiência de combatente ficou comprovada no desbaratamento da famosa "Operação Nô Górdio", montada pelo regime colonial para liquidar a resistência nacionalista moçambicana.

Este homem de aparência simples é o comandante militar da região de Inhambane. O seu gabinete é a carlinga dos blindados. O respeito dos subordinados foi grangeado com a sua presença constante nas frentes de combate. No trajeto para o acampamento central, Domingos Fondo indica um dos locais em que a Renamo lhe tinha armado uma emboscada. E esta, certamente, não teria sido a primeira nem a última. De acordo com o seu depoimento, participaram da ofensiva que liquidou com o acampamento da Renamo dois mil homens, incluindo um contingente enviado da vizinha província de Gaza.

Divididos em subunidades, os combatentes foram cercando os alvos a partir de quatro direções. O primeiro combate verificou-se no dia 17 de fevereiro, no distrito de Massinga. Depois vieram os combates de Morrumbene e Homoíne. Em apenas três dias os principais redutos tinham caído nas mãos do governo. O ponto alto da operação foi a tomada do centro de operações situado nas proximidades da lagoa Diki-

Domingos Fondo



Anders Nilsson



la, na planície de Manianje, cerca de 100 quilômetros ao norte da capital provincial.

Domingos Fondo relata, com um indisfarçado orgulho, a história da aldeia comunal de Vavate. A região estava em mãos do inimigo desde 1982. Dois anos mais tarde, depois de uma série de combates, os contra-revolucionários foram expulsos. Os habitantes que tinham conseguido fugir retornaram e, juntamente com pessoas libertadas do cativeiro imposto pela Renamo, optaram por organizar suas vidas em moldes coletivos.

Participaram da ofensiva contra a Renamo dois mil homens, que foram envolvendo o seu alvo

Um total de 650 famílias cultivavam as terras nas quais foi erguido um monumento ao capitão Kapiripiri que, originário da distante província de Tete, morreu heroicamente em combate em Inhambane.

O major-general Domingos Fondo afirma que outras aldeias comunais poderão surgir na região. Erguidas em meio a coqueiros e cajueiros, circundadas por plantações de amendoim e mandioca, abrigando escolas e postos médicos, "elas irão assinalar importantes vitórias sobre a contrarrevolução".

Este desejo é compartilhado pelos camponeses que, no acampamento central ocupado pelas forças armadas moçambicanas, mantiveram um encontro com a imprensa nacional e estrangeira. Para Celestina Ouana e o seu marido, o cego Xavier Chigombo, o sonho é ter uma casa em uma aldeia tranquila. Já o ancião Sombola Chituquisse, curvado sobre a bengala improvisada, pensa em recomeçar sua vida.

• Etevaldo Hipólito

## África do Sul I

# “Vivemos em cima de um vulcão”

Winnie Mandela, a mulher do líder histórico do ANC, Nelson Mandela, descreve as suas dificuldades nos anos de confinamento e afirma que o fim trágico do *apartheid* é inevitável

**Q**uando Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC) — partido banido pelo governo da África do Sul — foi preso e condenado à prisão perpétua em 1962, sua esposa Winnie tinha apenas 24 anos de idade. Tinha uma criança de colo, chamada Zinzi e sua outra filha, Zenani, tinha somente três anos de idade. A partir de então, a família Mandela viveu separada.

Há algumas semanas, quando se descobriu que Nelson Mandela sofria de uma doença em seu sistema urinário, a família teve, pela primeira vez em 23 anos, a oportunidade de reunir seus quatro membros na prisão de Polls-

moor, na Cidade do Cabo.

Momentos após essa reunião histórica, Zinzi, a filha mais nova, disse aos *cadernos do terceiro mundo* que “o reencontro tinha sido altamente emocional, embora estivessem todo o tempo sob os olhares vigilantes de um guarda”. Zinzi tinha 16 anos quando viu o pai na cadeia pela primeira vez.

Quanto a Winnie, disse-nos que “é difícil descrever em palavras a reunião da família, mas sentimo-nos como seres humanos durante alguns instantes, o que é um privilégio em nossa sociedade, uma vez que o destino de todo sul-africano é ditado pelo

lo governo branco de Pretória”.

Desde que o marido foi preso, a vida não tem sido fácil para Winnie. Só com muita dificuldade pôde criar as duas filhas. Zenani casou-se com um filho do rei da Suazilândia e Zinzi estuda na Universidade da Cidade do Cabo. “Sem a ajuda dos meus muitos amigos, teria sido impossível para mim criar as minhas filhas, mas consegui. Conseguí apesar de tudo, apesar da lei que nos foi imposta pelo governo racista, segundo a qual eu não poderia conservar a guarda de minhas filhas, e apesar do fato de que o pai delas estava preso”, disse ela num tom de profunda amargura.

“Durante o meu confinamento, as minhas filhas não podiam me visitar, pois a lei concede ao pai direitos totais e absolutos sobre as crianças”. Zinzi tinha 14 anos quando, pela primeira vez, teve permissão de ir a Brandford visitar a mãe. “E isto só foi possível depois que o pai, na cadeia, intercedeu junto às autoridades”, lembra Winnie.

Há 23 anos, o governo da África do Sul proibiu que Winnie Mandela fizesse qualquer declaração pública. A imprensa local não pode citar o que ela diz. Winnie não pode viajar para o exterior. O governo separou-a das filhas e enviou-a para o exílio interno em Brandford, lugarejo em meio às planícies secas da região central da África do Sul.

Mas nem em Brandford Winnie deixou de participar dos assuntos do seu país. É uma mulher enérgica e dinâmica, e o que ela diz é considerado pela juventude radical negra como a palavra de ordem na luta contra o *apartheid*. A sua casa foi apedre-



“O destino de todo sul-africano é ditado pelo governo racista”

jada e incendiada em Brandford, e ela já foi ameaçada de morte em várias ocasiões. Oficialmente, continua sob prisão domiciliar. Muitos jornalistas estrangeiros já foram presos por tentarem entrevistá-la. Eu tive a sorte de poder falar com ela.

#### Uma vida ligada à causa da liberdade

*Você sente alguma segurança quanto à sua integridade pessoal e quanto à vida de suas filhas?*

— Jamais houve segurança para a nossa vida sob o regime fascista de Pretória, da mesma forma como não há segurança para a população negra desde que começou o domínio dos *afrikaners*. Há mais de três séculos que as vidas dos melhores filhos da África do Sul têm sido ceifadas. Minha vida e a vida de minhas filhas estão ligadas à causa da liberdade, e estamos preparadas para as consequências que vierem.

*Há alguma possibilidade de libertação para Nelson Mandela?*

— A justiça neste país pende para onde pende o governo. Em virtude da cor de nossa pele, nós não fazemos parte do sistema judiciário do país. Não temos o direito de participar na formulação das leis de nossa terra. Nelson Mandela ficará na prisão enquanto existir um governo branco na África do Sul. Jamais tiveram a intenção de libertá-lo.

*As autoridades consideram-no um incitador de violência.*

— A violência na qual o país se encontra hoje mergulhado é obra dos brancos, e os responsáveis por ela estão no governo racista e fascista de Pretória. Desde o instante em que os nossos líderes foram presos em 1962, envia-

Reuter



“Como a nação oprimida desta terra, tínhamos de recuperar o nosso país”

ram à África do Sul, do banco dos réus, uma mensagem que qualquer governo de bom senso, qualquer comunidade, qualquer sociedade que não fosse louca teria escutado. Há 50 anos o ANC, que é a voz do povo desta terra, tem se destacado como organização não-violenta.

Foi somente após anos de luta, depois que todas as portas se fecharam para o nosso povo, que o ANC chegou à conclusão de que seria inútil enfrentar, sem armas, a violência do regime minoritário.

Nossa única finalidade era defender nossa honra, defender aqueles princípios pelos quais os homens se dispõem a morrer, defender o conceito de liberdade. Nós, como a nação do povo oprimido desta terra, tínhamos de recuperar o nosso país e empunhar armas. Agora o ANC está engajado numa luta armada em resposta à violência do governo.

*“Vivemos em cima de um vulcão”*

*Como você encara a situação atual?*

— Durante séculos vivemos em cima de um vulcão, e todo

vulcão explode mais cedo ou mais tarde. A atual onda de violência foi prevista pelos nossos líderes, que disseram que, caso não detivéssemos a violência do governo, o resultado seria uma perda desnecessária de vidas. Nossa povo vem esperando há tantos anos, há tantas gerações! Qualquer povo responderia com a mesma violência com que é tratado. A situação atual nada mais representa senão a inevitabilidade do trágico fim das instituições da África do Sul.

*Do ponto de vista histórico, como você definiria a situação atual?*

— Estamos atravessando uma situação pré-revolucionária. Os apedrejamentos e as barricadas são o começo da derrubada do governo de minoria branca.

Os *afrikaners*, como bons seguidores de Hitler, não desejam dividir o poder com ninguém. Mas, apesar da violência, apesar do sangue que corre em nosso solo, somos uma geração feliz. Provavelmente a geração mais feliz que viveu neste país em muitos séculos, porque podemos ver a luz da liberdade no horizonte.

**"Construiremos uma sociedade mais justa"**

*Que tipo de sociedade o governo da maioria pretende construir?*

— O governo racista vive dizendo que iremos construir uma sociedade marxista. Para eles, o marxismo é um monstro como Frankenstein. Tudo o que sabemos é que construiremos uma sociedade mais justa. Nossa povo, a maioria da população deste país, decidirá que tipo de sociedade convirá na etapa posterior ao regime minoritário. Se os *afri-kaaners* demonstram tanto medo, é por pura estupidez. E, se tivessem a consciência limpa, provavelmente não veriam Frankenstein em seus sonhos.

*Haverá lugar para os brancos numa África do Sul governada*

*pela maioria negra?*

— Jamais dissemos que excluímos alguém. São eles, os *afri-kaaners*, que estão se excluindo de antemão. Gostaria de deixar claro que não acredito em superioridade racial, e que somos um povo amante da paz. De outra forma, como explicar que uma maioria tão grande tenha suportado durante tantos séculos o domínio de uma minoria tão pequena?

Quando falamos de governo da maioria, não estamos falando de poder só para os negros. Qualquer branco que respeite e se identifique com a maioria terá um papel a desempenhar.

*Como mulher, como vê o papel feminino na tarefa de construir uma nova sociedade?*

— As mulheres negras têm muito a fazer em vários níveis.

Até agora, os maridos chegam em casa trazendo o peso de sua humilhação social, e procuram descarregá-lo nos ombros das mulheres. O governo racista e o próprio *apartheid* destruíram a instituição familiar em nosso país. Quando um homem emigra para uma cidade, a mulher e os filhos têm de ficar em seu bantustão, isto é, no "território independente": não podem acompanhar o marido e o pai. Se o fizerem, estarão violando a lei. De certa forma, as mulheres são proibidas de viverem em áreas urbanas. Ao impor tais restrições, o governo de minoria branca de Pretória procurou destruir a família negra. As mulheres negras da África do Sul têm mais problemas do que você imagina. E é por isto que o papel delas na luta pela paz e pela igualdade social é tão importante.

• Adrián Soto

### NOVO BANTUSTÃO

□ O governo sul-africano anunciou no início de fevereiro, a criação ainda este ano do bantustão *Kwandebéle*. Será a quinta reserva étnica em que os africanos autóctones passarão à situação de estrangeiros no seu próprio país. Os outros bantustões cuja pseudo-“independência” não é reconhecida por qualquer governo mundial, exceto naturalmente pelo de Pretória, são os de *Transkei*, *Ciskei*, *Venda* e *Bophutatswana*.

A decisão do governo de Pieter Botha de prosseguir a política de bantustanização, pedra base do sistema sul-africano de “desenvolvimento segregado das raças” contraria as apregoadas intenções das autoridades de “reformar” o *apartheid*.

O anúncio da criação do bantustão *Kwandebéle* coincidiu com declarações no Parlamento de Pretória do ministro da Lei e da Ordem, Louis Le Grange, segundo as quais estão presas na África do Sul mais de duas mil crianças e jovens africanos até 16 anos de idade. O total de pessoas deti-

das no país por terem violado as leis do estado de emergência, decretado pelo governo no verão passado, é de 7.777, de acordo com as afirmações do ministro.

Por outro lado, o jornal sul-africano *Weekly Mail* revelou que a polícia está recorrendo a gases lacrimogêneos e neuroparalisantes contendo combinações de cianeto. Entre esses gases, frequentemente usados nas prisões sul-africanas, está o “CS” que pode provocar sérias doenças e mesmo a morte. A sua utilização contra crianças é particularmente grave, segundo afirmou à revista médica *Critical Health*, Robin Dryer, secretário-geral da Associação dos Médicos da África do Sul.

Finalmente, o Instituto das Relações Inter-raciais da África do Sul, organismo não-governamental, divulgou em Paris um balanço da repressão policial, segundo o qual cerca de 1.200 pessoas foram mortas no país nos últimos 18 meses. O relatório assinala que a esmagadora maioria das vítimas são negros e que o mês mais sangrento foi o de janeiro passado, quando foram assassinadas 169 pessoas.

## África do Sul II

# Botha contra Botha

A crise política dentro da minoria branca racista ganhou um novo aprofundamento com as divergências públicas entre o presidente P.W. Botha e o chanceler Pik Botha

**N**unca antes na história do *apartheid* sul-africano as divergências entre os políticos brancos haviam se tornado tão flagrantes e tão profundas quanto agora. Vivendo há 18 meses num virtual estado de guerra interna entre a maioria negra discriminada e a minoria governante de origem européia, tornam-se cada vez mais notórias as rachaduras no outrora monolítico edifício da segregação racial institucionalizada. O crescimento da rebelião negra, que já causou mais de mil mortes, diminuiu dramaticamente a margem de manobra

dos políticos *boers*, cuja luta pela sobrevivência começa a se tornar quase um salve-se quem puder.

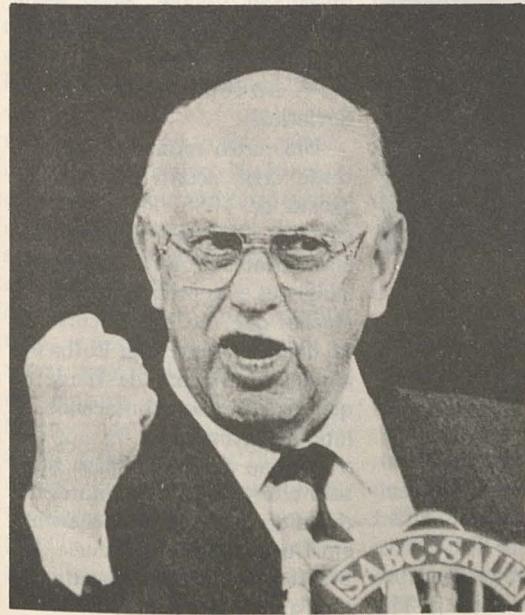
Isto ficou claro a partir do discurso pronunciado pelo presidente no dia 31 de janeiro, na abertura dos trabalhos do Parlamento sul-africano, e nas declarações feitas dias depois pelo seu ministro das Relações Exteriores, Roelof Botha. Os dois Bothas, que não são parentes, entraram em choque frontal. Enquanto o presidente anunciar mudanças no *apartheid* sem, no entanto, alterar as suas bases estruturais, o

chanceler, falando aos jornalistas, investia contra algumas das chamadas "verdades sagradas" da minoria *afrikaner*.

No seu discurso no Parlamento, Pieter Botha disse esta frase: "O *apartheid* é um conceito ultrapassado", acrescentando que seu governo "está disposto a partilhar o poder".

As diferentes facções do Partido Nacional apressaram-se em fornecer a sua interpretação do discurso, através de duas figuras que mais abertamente têm personificado as contradições internas: o ministro da Educação, F.W. de Klerk, e o ministro das Relações Exteriores, Roelof "Pik" Botha.

De Klerk declarou que a frase "partilha do poder" tinha por base "uma divisão do poder", ou seja, um reforço das estruturas destinadas a cada uma das raças ou grupos étnicos. Só as questões mais gerais passariam por



P. W. Botha, presidente do regime do *apartheid*



"Pik" Botha, ministro das Relações Exteriores

forums comuns. Ao mesmo tempo, reafirmou como política do governo a manutenção da lei residencial — a *Group Areas Act* — que fixa áreas residenciais separadas para negros, brancos, mestigos e indianos. De Klerk declarou igualmente que o discurso de Botha não implicava a abolição da Lei do Registro Racial ou a integração racial nas áreas da saúde e da educação.

Numa conferência de imprensa a 6 de fevereiro último, "Pik" Botha forneceu uma interpretação mais liberal do discurso. O ministro das Relações Exteriores declarou que a criação de um Conselho Nacional Consultivo propiciaria uma "agenda aberta" para um processo de negociações, e pronunciou a frase que teve uma estrondosa repercussão interna: "Desde que os interesses dos diversos grupos estejam defendidos por estruturas adequadas, a possibilidade de haver um presidente negro torna-se inevitável". E adiantou que, pessoalmente, não tinha qualquer problema em ser ministro "de um presidente negro".

No dia seguinte, no Parlamento, intervindo no debate sobre uma moção de desconfiança ao governo, Pieter Botha concordou com a interpretação de De Klerk e admoestou publicamente Pik Botha: "Nenhum ministro tem o direito de comprometer o seu partido sem consulta prévia", disse, ao considerar as declarações de Pik Botha como especulações puramente hipotéticas. E acrescentou: "O senhor (Pik) Botha concorda comigo. Aprecio a sua atitude, que ele confirmou por escrito. Isto faz com que se possa trabalhar pelo país, trabalho que é altamente apreciado".

Depois desta última afirmação, nem Pieter Botha nem Pik Botha podiam desfazer a inter-

pretação pública de que o primeiro havia pressionado o segundo a corrigir-se por escrito, como condição para continuar como ministro. O resultado foi, para muitos observadores internos, uma dura censura à facção do Partido Nacional mais chegada às posições de Pik Botha e o enfraquecimento da capacidade negocia-dora deste, quer internamente

internacionalmente como o único líder do Partido Nacional capaz de entrar seriamente nas (inevitáveis) negociações com o Congresso Nacional Africano (ANC). Não estará ele sacrificando o presente para ter um lugar de destaque no futuro?

As contradições entre os dois Bothas parecem vir de longe.

#### Botha versus Botha

Pieter Botha "empurrou" o seu ministro das Relações Exteriores para o difícil processo de negociação dos acordos de Nkomati e Lusaka, num momento em que ele, Pieter Botha, já sabia das profundas objeções dos militares sul-africanos a um acordo de segurança com Moçambique e Angola.

O resultado foi trágico e os documentos apreendidos na principal base dos bandos armados da Renamo — Casa Banana, em Gorongoza — em agosto de 1985, são prova disso. Nesses documentos, Pik Botha é apresentado pelo general Viljoen, então chefe das forças armadas sul-africanas, e por outros oficiais, como traidor e até como títere da União Soviética.

Um outro momento da crescente crise aconteceu a 16 de agosto de 1985. Pik Botha foi enviado a Viena e Maputo para comunicar aos norte-americanos e ingleses e ao presidente Samora Machel que, no seu discurso de 16 daquele mês, Pieter Botha iria anunciar reformas de fundo, o que acabou não acontecendo. A hipótese mais aceita foi a de que o discurso de Pieter Botha tinha sido alterado pelos militares horas antes do seu pronunciamento em Durban. Após o discurso, Pik Botha e dois outros ministros teriam ameaçado demitir-se.

O certo é que, a 17 de agosto,



General Magnus Malan

quer no plano internacional. Na realidade, pensa-se hoje na África do Sul que a credibilidade de Pik Botha como porta-voz das posições do governo no exterior foi pura e simplesmente desfeita.

Mas terá sido assim realmente? Terá sido essa uma tentativa de marginalização de Pik Botha ou um ato consciente de automarginalização, estando já Pik Botha apresentando-se interna e



Conversações entre Moçambique e a África do Sul. Os sul-africanos sempre se opuseram a um acordo de segurança

um porta-voz da Presidência declarou laconicamente que não havia razões para que nenhum ministro se demitisse. Após a apreensão dos documentos de Gorongoza — entregues por Samora Machel a Pik Botha em Maputo, a 17 de setembro do ano passado — o ministro sul-africano, normalmente dado a declarações políticas diárias, entrou num mutismo evidente.

Uma fonte sul-africana geralmente bem-informada disse a **cadernos do terceiro mundo** que Pik Botha esteve conduzindo em silêncio, durante os últimos dois meses, um processo de negociação com o Partido Nacional e com a hierarquia militar, tentando atrair para o seu modo de pensar e agir cerca de 30 parlamentares do Partido Nacional e alguns oficiais superiores. Entre os militares, a pessoa mais inclinada a tomar uma posição diferente da do ministro de Defesa Magnus Malan ou da dos outros generais seria o atual chefe das forças armadas, o general Geldenhuys, transferido da Namíbia no ano passado, onde comandava as tropas sul-africanas ali estacionadas.

As dúvidas em torno dessa questão levantam a pergunta: es-

tarão os militares divididos? Em Moçambique, um observador atento da questão sul-africana colocou o problema nestes termos: "Na medida em que os militares foram tomando o poder político nos últimos oito anos, é natural que algumas contradições importantes, inerentes a esse poder, tenham passado para as suas fileiras".

No seu discurso de 16 de agosto de 1985, Pieter Botha declarou abertamente que havia quem quisesse substituí-lo na Presidência da República. Apontam-se três nomes: De Klerk, chefe do Partido Nacional no Transvaal, Roelof Botha e Chris Huenis. Ao mesmo tempo, fala-se muito de que Pieter Botha está gravemente doente. De Klerk tem o apoio da direita do Partido e é tido como o candidato mais sério à sucessão de Pieter Botha. Recentemente, contratou uma empresa de Relações Públicas para melhorar a sua imagem junto à parte mais *verligte* (liberal) do eleitorado do Partido Nacional. Quanto a Chris Huenis, dizem os seus colaboradores mais próximos que ele é a favor de negociações com o ANC, ainda que destinadas fundamentalmente a tentar dividir a

organização negra, mas que não ousa sugerir tais negociações enquanto Pieter Botha estiver na Presidência.

Esta crise provocou inúmeras reações. Um funcionário superior do Departamento de Estado norte-americano disse: "É incrível, não conseguem fazer nada direito". Na realidade, depois do apoio do secretário de Estado Shultz ao discurso de Pieter Botha no Parlamento, poucos dias antes, era de se esperar que Washington ficasse embaraçado com esta "guerra" pública entre os dois Bothas.

Para Thabo Mbeki, membro do Conselho Executivo Nacional e responsável pela Informação e Propaganda do ANC, trata-se de "contradições dentro do grupo dirigente provocadas pela intensidade da luta democrática" na África do Sul. Falando a **cadernos do terceiro mundo**, Mbeki declarou que "à medida que a luta prossegue e se intensifica, os conflitos refletidos no debate público entre os dois Bothas passarão a ser mais frequentes, mais abertos e incisivos, espelhando a profunda e insolúvel crise em que o grupo minoritário no poder está submerso".

As declarações de Pieter Botha, mesmo que tenham sido posteriormente desmentidas, marcam no entanto a primeira grande "heresia" no edifício ideológico do *apartheid*. E isto por duas razões: em primeiro lugar, por sugerir que possa haver um dia um presidente negro na África do Sul; em segundo lugar porque — mesmo que o ministro do Exterior estivesse pensando num Muzorewa saído do tal Conselho Consultivo — quando alguém diz "presidente negro" na África do Sul, todo mundo pensa imediatamente num único nome: Nelson Mandela.

## O caso Slabert

No dia 5 de fevereiro, no Parlamento, o ministro da Defesa, general Magnus Malan, acusou o parlamentar oposicionista branco Frederick Van Zyl Slabert de contatar "todos os inimigos da África do Sul". Malan se referia, entre outras coisas, ao encontro de Slabert com a direção do ANC no ano passado em Lusaka, e a sua ida a Maputo, a convite do presidente Samora Machel, para conversar sobre o processo de desestabilização lançado por Pretória contra Moçambique.

No dia 6 foi feita a polêmica declaração de Pik Botha e no dia 7 a crítica pública de Pieter Botha ao seu ministro das Relações Exteriores. Mas não era tudo. Depois de Pieter Botha falar, discursou Van Zyl Slabert, chefe da oposição legal branca e líder do Partido Federal Progressista (PFP) no Congresso. Slabert terminou o seu discurso dizendo que abandonava tanto a chefia do partido como sua cadeira no Parlamento. Slabert fazia culminar, de forma dramática, a crise política mais séria ocorrida até hoje no *establishment* do poder minoritário branco.

A intervenção de Slabert, carregada de emotividade em algumas passagens, reflete o seu gradual afastamento das posições clássicas do partido que liderava. Dirigindo-se a Malan, Slabert acusou-o de não responder às dúvidas levantadas por ele, preferindo pôr em questão a lealdade do chefe da oposição em seu país, e prosseguiu: "Um outro problema que vejo no ministro da Defesa é o de que ele caracteriza deliberadamente o ANC de uma forma errada. É verdade que há influência comunista no ANC e é verdade de que a estratégia do ANC comprehende a ação armada, que in-

clui o terrorismo e o assassinato, condenados por mim no discurso de abertura. Mas a questão é: o que vamos fazer?"

Ainda segundo Slabert: "Para Magnus Malan temos apenas que disparar e destruir. Caímos sobre eles. Mas os simpatizantes do ANC trabalham nas nossas cozinhas, nos nossos jardins e fábricas. E é aí que estamos sendo enganados por Malan e por Louis Le Grange (ministro da Lei e da Ordem), quando dizem que devemos lançar uma guerra contra o ANC. O que estão de fato dizendo é que devemos lançar uma guerra contra pessoas que estão dentro da África do Sul, quer concordemos ou não. O ANC e os seus adeptos vêm a sua luta como uma luta contra a tirania, e para nós, *afrikaaners*, lutar contra a tirania não é novidade".

Criticando as limitações do discurso de Pieter Botha, Slabert declarou que "não pode haver um *apartheid* de primeira classe e um *apartheid* de segunda classe. Tanto faz se dizemos a um homem, de maneira cortês ou com brutalidade, que ele é cidadão de segunda categoria; ele continua sendo um cidadão de segunda categoria". E acrescentou que o discurso de Botha fora uma repetição do fracassado referendo constitucional de 1983, quando mais de 80% da população mestiça e indiana rejeitou a criação de um Parlamento de três câmaras, para tentar consolidar o *apartheid*.

Slabert considerou o discurso de Botha como incapaz de produzir qualquer solução. "Fiz tudo que pude para conhecer este governo e por isso sei, de certa forma, o que está por trás de um discurso. As circunstâncias no nosso país são sérias demais para ficarmos mentindo a nós mesmos". E prosseguiu:

"Este governo não comprehende os princípios de uma negociação. O desmantelamento do *apartheid* não tem nada a ver com negociações. Isso é apenas um primeiro passo para que elas possam se concretizar".

Algumas das suas últimas palavras espelham abertamente a contradição em que entrou com vários outros dirigentes de seu partido, que continuam a defender uma África do Sul federativa. Disse Slabert: "Dia virá, em breve, em que nós ultrapassaremos as barreiras da língua, da cor da pele e de fidelidades partidárias, para nos juntarmos finalmente àqueles que honestamente acreditam num país reunificado... Falando como *afrikaaner*, não temo pelo futuro da minha língua, numa África do Sul democrática e unida". Slabert, com esta afirmação, acabou apoiando o estado unitário, antiga reivindicação do ANC. Em seu discurso, ele apelou ao diálogo interno, citando o que chamou de "palavras profundas" ("winged words") de Pik Botha: "Para pôr fim à guerra temos que falar".

Segundo fontes próximas ao ex-líder no PFP, os tais 30 deputados do Partido Nacional mais chegados à linha de Pik Botha estariam dispostos a unir-se em torno de Slabert, ele próprio um *afrikaaner*, para iniciar a aproximação com o ANC e outras forças democráticas, como a UDF. O reverso da medalha seria a passagem da direita do PFP para o Partido Nacional.

A partir de seu encontro com a direção do ANC, em setembro último, Slabert adotou uma tática de gradual aproximação à idéia frentista do ANC, tentando reunir em torno de si algumas forças reais no seio da comunidade branca, desde o setor empresa-

rial, de língua inglesa e *afrikaans*, até os estudantes e religiosos. O ANC acredita que Slabert seria a figura melhor colocada para desencadear uma oposição efetiva ao *apartheid* no seio da comunidade branca. O ANC saudou imediatamente a decisão de Slabert. "Nunca na história do nosso país um membro do quadro político branco confrontara a injustiça do sistema do *apartheid* tal como o fez o dr. Slabert. Saudamos a sua coragem, honestidade e lealdade a uma nação sul-africana comum", declarava um comunicado do ANC emitido em Lusaka.

Espera-se que Slabert venha a se encontrar de novo com os dirigentes do ANC, num processo de negociação que já incluiu conversações entre este movimento e os representantes do setor empresarial branco sul-africano, além de dirigentes religiosos e estudantis. Seja como for, Slabert declarou que continuaria a sua atividade política, pois ainda é membro do PFP.

As articulações políticas deflagradas a partir de fevereiro apontam para duas direções: a primeira indica que o discurso de Botha provocou um realinhamento de forças que se encontravam em séria contradição e, principalmente, trouxe de novo o apoio dos grandes empresários sul-africanos a Pieter Botha. Confirmam esta tese as opiniões favoráveis a Botha da imprensa de língua inglesa e as fortíssimas críticas do setor de direita do PFP a Slabert, chegando a acusá-lo de "traição" num momento "vital" da vida do partido.

A segunda possibilidade está ligada ao fator *timing* na decisão de Slabert e nas declarações de Pik Botha, indicando também um fato inédito. O líder do movimento trabalhista Inkatha, Bu-

thelezi, veio à televisão dizer que Mandela e Oliver Tambo eram seus "amigos", após anos de constantes ataques a estes dois líderes. Esta tese põe ênfase, portanto, numa aproximação de todo um novo leque de forças políticas à esfera do ANC, preferindo fazê-lo agora, com alguns riscos, do que perder de vez a oportunidade de uma participação de relevância no futuro do país. No final de fevereiro, Slabert já tinha conseguido oito

de abertura do Parlamento, a 31 de janeiro último, Pieter Botha abandonou essa condição. Ele disse que o seu governo poderia libertar Mandela se Angola libertasse o capitão Wynand du Troit — capturado no ano passado quando tentava sabotar as instalações petrolíferas de Cabinda — e se a URSS libertasse os dissidentes Anatoly Sharansky e Andrei Sakharov. Se o objetivo de Pretória era angariar o "sim" de Washington, parece ter consegui-



O regime racista já provocou milhares de mortes entre a população negra

milhões de *rands* e a promessa de mais cinco, provenientes de capitalistas sul-africanos, para uma ação política fora do PFP e das instituições constitucionais.

#### O fator Mandela

Também em relação a Nelson Mandela, Pieter Botha recuou. A condição que Botha impunha para a libertação do líder negro era a de que ele declarasse publicamente que rejeitava a violência. Foi esse o conteúdo do discurso de Botha a 16 de agosto do ano passado. Porém, em seu discurso

do exatamente o contrário: o embargo nos Estados Unidos e no resto do Ocidente não passou despercebido.

A libertação de Mandela — segundo o ANC e ele próprio — não pode vir como um gesto "humanitário", mas sim como um ato político. Em segundo lugar, Mandela não aceita ser libertado sem que o sejam também todos os restantes presos políticos. No início da segunda semana de fevereiro, tinham se reacendido os rumores de que o líder histórico sul-africano sairia muito em breve da prisão de Polls-

moor. No dia 8, em Joanesburgo, sua esposa Winnie Mandela declarou que Pretória estava preparando a libertação do marido. "Não tenho uma idéia exata de quando e como será libertado, mas ele será solto", disse ela, para acrescentar que "dentro de dias" iria vê-lo de novo na prisão, o que tem feito com frequência ao longo do último ano.

Mas este não é o único sinal de que as autoridades de Pretória estão dando a Mandela um tratamento especial. Recentemente, quando ele esteve num hospital do Cabo para tratamento, foi defendido por 60 policiais de qualquer possível franco-atirador de ultradireita. Quando regressou a Pollsmoor, não foi posto em sua cela mas no hospital da prisão, onde recebeu em audiência um por um de seus companheiros de cadeia. Em janeiro de 1986, pelo menos em duas oportunidades, a polícia levou Mandela para pas-

sear de carro pelas ruas da Cidade do Cabo.

A 12 de janeiro, o ministro da Justiça, Kobie Goetze, desmentiu os rumores sobre uma iminente libertação de Mandela, argumentando que a libertação de Scharansky no dia anterior não tinha satisfeito o critério de "gesto humanitário" exigido por Botha. Esta condição parece ser, no entanto, a capa que esconde um outro objetivo: Pretória quer libertar Mandela devido à mobilização que a sua prisão provoca, mas quer enviá-lo para o exílio. O que ele exige, porém, é que todos os presos políticos sejam libertados sem qualquer condição e que saiam da prisão para os seus anteriores locais de residência – para ele, o Soweto.

Nas capitais da África Austral é visível o receio de que as autoridades de Pretória libertem Mandela para depois tentarem matá-lo. Mas o seu assassinato dentro do país poderia causar um banho

de sangue. Fora do país seria mais fácil matá-lo e com consequências provavelmente menos graves. O dilema de fundo de Pretória é simples: uma vez libertado, Mandela não pode voltar a ser preso, porque sua libertação implica o reconhecimento da causa por que ele tem lutado. Implica, por exemplo, aceitar que ele desenvolva publicamente uma ação política em prol do seu Movimento, o ANC. Daí até a legalização do ANC há um passo. Isto é, aliás, o que o ANC pretende: que Mandela seja solto e passe a desenvolver trabalho político em todo o país – ele e os demais presos políticos. O prestígio conquistado por Mandela ao longo dos anos garante que a revolta popular se concentre em torno dele e do ANC, forçando assim a chegada da fase seguinte das negociações, que envolverá a transferência de poderes para um governo da maioria.

• Carlos Cardoso

## BARRICADA

Órgão  
de difusão  
para o exterior  
da Frente Sandinista  
de Libertação Nacional  
– FSLN



### Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 n°s) – Cz\$ 12,00

Semestral (24 n°s) – Cz\$ 24,00

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Estou remetendo  vale postal  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20241, referente à minha assinatura  trimestral  semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



"Haverá mais desemprego, seremos obrigados a importar arroz, peixe e muitos outros alimentos"

# Um paraíso fiscal ameaçado

A política econômica do presidente Jayewardene entra em crise e a situação do país se agrava com a continuidade do conflito étnico que põe em confronto a minoria tamil e os cingaleses

**H**á seis anos, o presidente do Sri Lanka, Junius Jayewardene, dizia com orgulho aos investidores estrangeiros que o Sri Lanka "era o melhor lugar para investir na Ásia". Hoje, as coisas já não são assim. O paraíso sonhado por Jayewardene está sendo ameaçado por constante violência e tensões étnicas que pairam como nuvens de tempestade sobre essa ilha do oceano Índico.

O ministro da Fazenda do país, Ronnie de Mel, disse com franqueza, recentemente, que se

persistirem a violência e a instabilidade resultantes do conflito entre a maioria cingalesa e a minoria tamil a consequência será a ruína econômica do Sri Lanka em futuro próximo.

"Haverá mais e mais desemprego, o custo de vida subirá e o povo passará por dificuldades imensas. Seremos obrigados a importar arroz, peixe, pimenta, cebolas e muitos outros alimentos. Toda a obra realizada pelo governo nos últimos oito anos será anulada", disse o ministro recentemente.

Pouco depois de subir ao poder em julho de 1977, Jayewardene liberalizou a política econômica do país e adotou novas medidas monetárias e fiscais destinadas a transformar o Sri Lanka, imitando o modelo seguido por Cingapura.

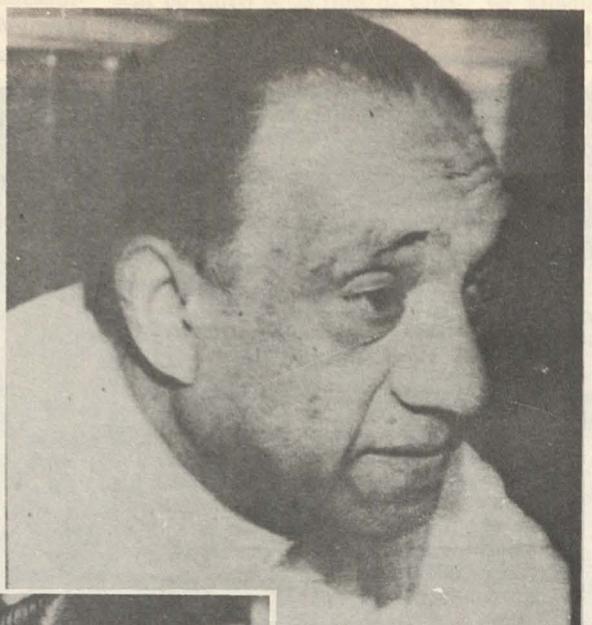
A rúpia, que vinha mantendo com dificuldade um sistema de taxa de câmbio dupla, foi desvalorizada e hoje flutua livremente no mercado internacional. Permitiu-se a instalação no país de agências de bancos estrangeiros e criou-se um sistema de "pará-

sos fiscais", com um pequeno setor bancário comercial que logo passou a crescer. Além disso, o governo deu início a ambiciosos projetos de desenvolvimento financiados com ajuda externa.

De início, a nova política econômica de Jayewardene trouxe lucros. A economia passou a crescer imediatamente à taxa de 8,2% (em 1978), em comparação com os 3,2% registrados durante o governo de coalizão socialista da primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike no ano anterior.

Mas três sangrentos conflitos étnicos — em 1977, 1981 e 1983 — e a continuação da violência infligiram rudes golpes à economia. Hoje a renda nacional é apenas a metade do que o país precisa gastar. A diferença tem de ser financiada com dinheiro vindo de fora — e uma parcela crescente desse dinheiro vem, não sob a forma de ajuda ou de empréstimos em condições suaves de pagamento, mas sim de empréstimos comerciais a altas taxas de juros. E à medida que aumenta o coeficiente do serviço da dívida, os banqueiros estrangeiros começam a preocupar-se: poderá o país realmente pagar o que já deve?

As operações militares do governo destinadas a combater os



O primeiro-ministro Junius Jayewardene (acima). A ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike (foto ao lado): estratégias diferentes



guerrilheiros separatistas da minoria tâmil custam 593 mil dólares por dia, fazendo com que os gastos anuais com a defesa sejam

hoje oito vezes superiores aos de 1977. No ano passado, os economistas do governo previam um superávit orçamentário de 63 milhões de dólares; esse superávit evaporou-se, transformando-se num déficit de 185 milhões de dólares ao fim do ano.

Falando perante uma reunião de empresários em Colombo recentemente, o ministro De Mel advertiu o país de que a economia estava dando "sinais de perigo", e acrescentou que as perspectivas para os meses seguintes "não são muito favoráveis". Segundo ele, a inflação, que era de

zero em meados de 1985, pode chegar em breve à casa dos 8% ou 10%.

"Se não conseguirmos reduzir os gastos de defesa, que hoje são necessários para reduzir a tensão (étnica) no país — afirmou o ministro — nossos esforços no sentido de diminuir o déficit e aumentar os investimentos de capital fracassarão."

Enquanto isso, a "guerra étnica" vem desestimulando também os investidores estrangeiros e os turistas. Na época em que antes ocorria o pico da estação de turismo, os hotéis funcionam com 75% dos seus quartos vazios. Os hoteleiros já apelaram ao governo no sentido de injetar vida nova no setor e advertiram que, se a ajuda não vier logo, pelo menos 40 hotéis serão obrigados a fechar suas portas.

Segundo autoridades do departamento de turismo, a contínua queda registrada no número de turistas que visitam o Sri Lanka pode levar ao desemprego cerca de 7.500 pessoas. A duração média da permanência de um turista, que era de onze noites em 1980, caiu para nove noites em 1984 e para sete noites no primeiro trimestre de 1985.

Por outro lado, a interdição militar de uma faixa ao longo da costa norte, que é responsável por 40% da produção de peixes da ilha, vem afetando seriamente a indústria pesqueira. O Instituto de Pesquisa e Treinamento Agrários (Arti), do governo, calcula que a indústria da pesca pode vir

a perder 30 milhões de dólares por ano e adverte que um segmento vulnerável da população ficará ameaçada de desnutrição devido à falta de pescado.

As operações de segurança nas províncias do norte e do leste, que possuem mais de 200 mil hectares de plantações de arroz, começam a ter seu efeito sobre a oferta e o preço do produto. As safras não foram colhidas em muitas dessas áreas e os moinhos estão paralisados. O governo foi obrigado a importar 150 mil toneladas de arroz da China para cobrir a diferença e manter os preços estáveis.

O preço da pimenta seca, produzida principalmente no distrito de Jaffna, no norte da ilha, também subiu consideravelmente em virtude da interrupção da oferta.

Os preços do chá, produto que sustentou a economia em 1983/84 e contribuiu para um excedente de 200 milhões de dólares no balanço de pagamentos, passaram a cair, causando grave

preocupação ao governo quanto aos possíveis efeitos a longo prazo sobre a economia.

A maioria dos trabalhadores das plantações de chá pertence à minoria tamil e não está satisfeita com os salários que ganha. Em 1984, declararam-se em greve e o governo, para pôr fim ao movimento, teve de abandonar sua antiga posição inflexível de não negociar com grevistas.

#### O descontentamento árabe

Outra fonte de apoio para a economia do Sri Lanka são as remessas de trabalhadores que emigram da ilha. Mas hoje os países do Golfo já não precisam de tantos trabalhadores semiqualificados ou qualificados quanto antes. Até mesmo a Arábia Saudita planeja reduzir em mais de 500 mil o número de trabalhadores imigrantes nos próximos anos.

Para complicar ainda mais o problema, há o descontentamento árabe com a intromissão do

Mossad, serviço de espionagem israelense, que vem dando assistência ao governo do Sri Lanka em suas operações contra os guerrilheiros. Já se fala em restrições "não-oficiais" contra cidadãos do Sri Lanka que procurem emprego nesses países. A Arábia Saudita, que havia prometido uma ajuda de 50 milhões de dólares para o projeto de aproveitamento do rio Maduru Oya, retirou recentemente a promessa em virtude da questão israelense, e hoje o Sri Lanka tenta obter esse dinheiro junto ao governo canadense.

Enquanto isso, segundo o Comitê de Assessoria de Investimentos Estrangeiros (Fiac), órgão do Ministério da Fazenda encarregado de atrair e aprovar *joint ventures* entre o capital estrangeiro e o capital local, o número de aprovações de projetos foi muito inferior em 1984 e 1985 ao dos anos anteriores.

Os próximos meses serão cruciais para o Sri Lanka. As perspectivas econômicas

do país dependerão do fato dos governantes da ilha, que hoje procuram conter à força a rebelião da comunidade tamil, conseguirem ou não encontrar uma solução duradoura para o conflito étnico.

Ravindran Casinader



O conflito étnico provocou uma queda substancial das receitas do turismo

## Havaí

# Uma visita indesejável

O prefeito de Honolulu, cidade onde Marcos está refugiado, manifesta o seu desagrado pela presença do ex-presidente e da sua comitiva

**D**e Honolulu, no Havaí, onde atualmente permanecem Marcos e sua comitiva, o prefeito dessa cidade, Frank Fasi, em uma entrevista telefônica exclusiva para *cadernos do terceiro mundo*, disse: "Os Marcos não poderiam viver como viviam, viajar ou farrear da forma que faziam, se não fosse o dinheiro dos filipinos".

"Os Marcos e sua comitiva estão aqui por determinação pessoal do presidente Reagan. De nossa parte, como autoridades

locais, nunca pedimos a Marcos que nos visitasse", comenta o prefeito Fasi.

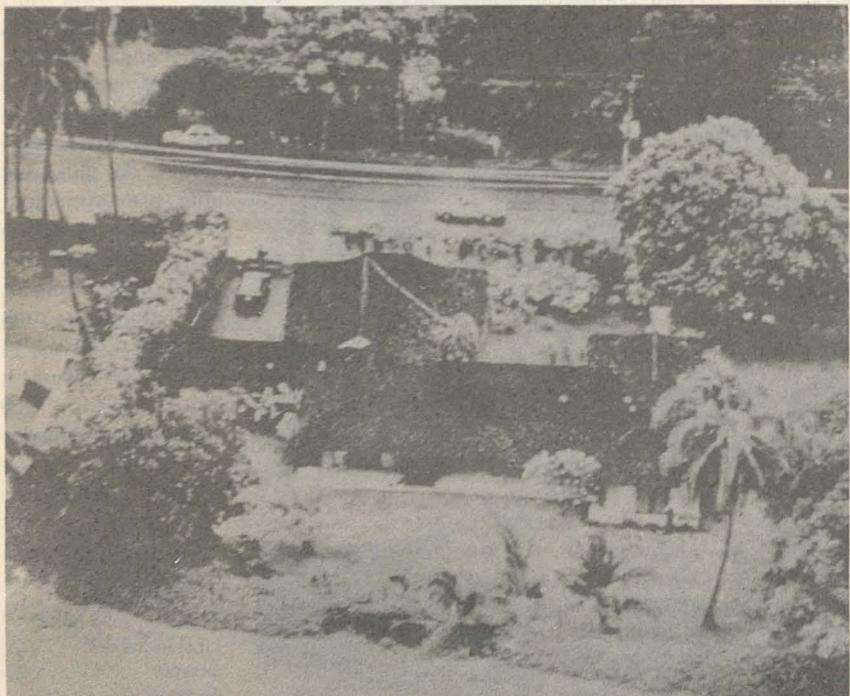
De fato, o presidente Reagan garantiu a Marcos "paz, segurança e dignidade pessoal", durante sua estadia nos Estados Unidos.

A disputa pelos milhões do ex-presidente começaram tão logo ele e sua comitiva chegaram a Honolulu. A batalha acabou sendo um péssimo negócio para o presidente Reagan, que se apressava em receber o ex-ditador com os braços abertos.

Cachero / Sygma

### Um verdadeiro império

Desde o começo chamou a atenção o império de imóveis que Marcos possui na área metropolitana de Nova Iorque. Os Marcos compraram o elegante edifício de Crown Building na Quinta Avenida, outro edifício de mais de 60 andares no coração do mundo financeiro, em Wall Street, outro impressionante edifício na Madison Avenue, como também o exclusivo Herald Shopping Center. Tu-



A nova residência do ex-ditador Marcos, num subúrbio de Honolulu



O brilho do poder, às custas do povo filipino

do isso, sem esquecer a luxuosa mansão de Lindemere situada em um maravilhoso lugar de Long Island junto a uma praia particular. A mansão Lindemere está avaliada atualmente em 19 milhões de dólares.

Ralf e Joseph Bernstein, dois irmãos norte-americanos criados nas Filipinas e que atuaram durante longos anos como supervisores das propriedades de Marcos nos Estados Unidos, declararam que são os novos donos dos mencionados edifícios, incluindo a mansão Lindemere.

— Compramos tudo isso por 250 milhões de dólares — declararam recentemente à imprensa.

No momento, os advogados no-  
vaiorquinos estão  
ocupadíssimos in-  
vestigando a vali-  
dade dessa decla-  
ração, para deter-  
minar se todo o  
império continua  
pertencendo a  
Marcos ou aos ir-  
mãos Bernstein.  
Marcos e sua fa-  
mília sempre sou-  
beram navegar  
muito bem nas  
ondas do mundo  
financeiro.

De Manila, Co-



As prateleiras cheias de perfumes, cosméticos...

Campion / Sigma

razón Aquino tenta convencer os governos a congelar imediatamente todas as contas bancárias e possíveis transações de propriedades de Marcos. O problema é que ninguém sabe até onde o império do ex-ditador estende as suas garras.

“Durante anos Marcos esteve comprando propriedades aqui no Havaí, mas é impossível saber a quantidade exata. Eu, pessoalmente, sendo o prefeito desta cidade, não poderia dizer quanto de Honolulu pertence a Marcos”, comentou o prefeito Fasi.

#### Incômoda presença

A família Marcos se acha profundamente desiludida com os Estados Unidos. Apesar das promessas do presidente Reagan, os Marcos não encontraram a paz prometida e sua dignidade pessoal está sob permanente ameaça. Por esses motivos eles procuram

um lugar mais seguro para radicar-se.

O governo espanhol rejeitou seu pedido e o mesmo fizeram os governos do Panamá e do México.

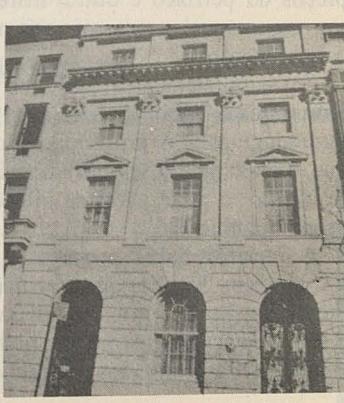
“Nós não lhes concedemos aqui nenhum privilégio. Nós os tratamos como a qualquer estrangeiro que chegue ao nosso país”, garantiu o prefeito de Honolulu.

O prefeito Fasi não esconde o seu descontentamento por ter em sua cidade um personagem universalmente detestado. Quando lhe perguntamos se havia estado pessoalmente com os Marcos, sua resposta foi taxativa: “Não. E quando Marcos esteve aqui, em 1981, me recusei a recebê-lo. Ele era um ditador e isso não está de acordo de modo algum com a minha visão de mundo”.

O primeiro *round* da batalha pelos milhões dos Marcos começou. Quanto tempo durará? Ninguém sabe.

“Se estas propriedades compradas nos Estados Unidos foram adquiridas com dinheiro do governo filipino, elas devem ser devolvidas a quem pertencem: ao povo das Filipinas”, disse Frank Fasi, ao fim de nossa conversa. ●

Adrián Soto



Uma das mansões em Nova Iorque

## Sobre o Plano Baker

**N**a reunião realizada em março passado pelo Grupo dos 24 — no qual se concentram os principais devedores do Terceiro Mundo — sob a iniciativa do presidente argentino Raúl Alfonsín, foram examinadas as consequências do chamado Plano Baker em relação ao endividamento externo dos países da América Latina, Ásia e África.

Como é de amplo conhecimento, o Plano Baker foi uma tentativa de resposta dos Estados Unidos diante de um crescente movimento nos países do Terceiro Mundo contra as condições que os bancos credores internacionais tentam impor, apoiados pelo Fundo Monetário Internacional.

O Plano Baker surgiu em Seul, na reunião do Fundo Monetário Internacional, como uma iniciativa política. Esta é, talvez, sua principal virtude. Na reunião realizada pelo Grupo dos 24 países que atuam como uma espécie de comitê de coordenação das nações devedoras do Terceiro Mundo se examinou a proposta Baker. Na Declaração Final, firmada a 7 de março, em Buenos Aires, sede do encontro, assinala-se o seguinte sobre esta questão:

“... segundo os participantes, a iniciativa Baker oferece elementos positivos”, porém “deverá ser adaptada às necessidades dos países incluindo os recursos necessários para eliminar a queda dos preços do petróleo e outras matérias-primas, assim como aqueles recursos reais necessários para o crescimento”.

Entre os elementos positivos indicados pelo Grupo dos 24, se reconhece que “não há solução duradoura para o problema da dívida a menos que o crescimento seja restabelecido” e também se indica “o atual nível de interdependência na economia mundial”.

A iniciativa Baker, prossegue a Declaração dos 24, também “implica que a participação governamental facilitará o início do diálogo e reconhece a importância das instituições multilaterais financeiras, assim como dos bancos comerciais, em

busca de uma solução a longo prazo para o problema da dívida externa, que leve em consideração as exigências de crescimento dos países devedores”.

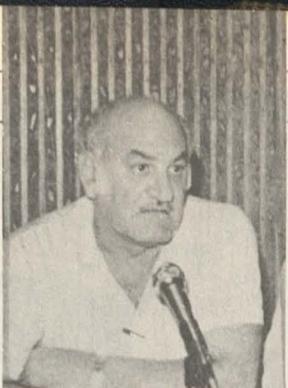
Citamos a Declaração dos 24 sobre o Plano Baker por ser o último julgamento dos países membros sobre ele, depois de mais de seis meses de seu anúncio em Seul.

Os fatos mostram diversas evidências. A primeira, como se observou no seu momento inicial, era que o Plano Baker era tardio e insuficiente. As quantias propostas, que somam um total de 29 bilhões de dólares, mostram claramente a sua insuficiência. O pagamento do serviço da dívida, mais os requisitos para iniciar a recuperação de economias mergulhadas numa profunda crise, como é o caso da maioria esmagadora dos países do Terceiro Mundo, especialmente da América Latina, requerem uma soma muito maior do que a citada.

A América Latina se converteu numa área exportadora de capitais. As cifras são fabulosas e calculadas para mais de 100 bilhões de dólares. Ao contrário, os Estados Unidos se transformaram em um país importador de capitais com os quais procura aliviar seu alto déficit fiscal e seu vultoso desequilíbrio no balanço de pagamentos.

O segundo fato que praticamente inviabiliza o Plano Baker é a atitude do governo norte-americano que se nega a conceder novos recursos ao Banco Mundial e a conduta dos bancos comerciais, que literalmente o rejeitaram.

O terceiro fato foi criado pela queda progressiva dos preços das matérias-primas e produtos de exportação procedentes da América Latina e de outros países terceiro-mundistas, o que é agravado



do com as medidas protecionistas dos grandes centros do mundo capitalista, a começar pelos Estados Unidos. É claro que a deterioração nos termos de intercâmbio (sobem os preços dos produtos industrializados importados pela América Latina e baixam os preços dos seus produtos de exportação, o que gera uma verdadeira ruína financeira nos balanços de pagamento) constitui uma considerável drenagem de divisas para os devedores. Em tais circunstâncias, é improvável que possam pagar os serviços da dívida nas condições exigidas pelos bancos credores internacionais.

O Plano Baker resulta, então, insuficiente para contrabalançar esse panorama negativo para os países do Terceiro Mundo. E aí reside sua grande debilidade.

A América Latina vive sua mais prolongada e profunda crise nos últimos 50 anos. A dívida é um aspecto muito importante, mas não é o único. Não se trata de um problema de conjuntura,

como alguns pretendem apresentá-la, colocando a questão da dívida como o determinante. É uma crise estrutural do modelo de crescimento econômico-social seguido até o presente e que poderia remontar-se na América Latina ao início da década de 50. Este é o fundo da questão e o que deve ser resolvido.

Porém, é difícil que cada país latino-americano supere sua crise por si só, enfrentando a ofensiva dos bancos internacionais, dos países industrializados e as pretensões dos Estados Unidos de forma isolada.

A integração latino-americana é uma urgência e uma necessidade. É um caminho para enfrentar os agudos problemas da nossa época e, no caso específico do Plano Baker, para sua revisão e adaptação às novas realidades de nossos dias. ●

**Pompeyo Márquez\***

\* O autor é presidente do MAS (Movimento para o Socialismo), um dos partidos políticos da esquerda venezuelana, e vice-presidente do Senado.

# Nas bancas

Semanário do País

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.  
Desejo fazer uma assinatura semestral (Cz\$ 80,00); trimestral (Cz\$ 40,00).

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

## Minorias

# Qual o preço do “avanço da civilização”?

Uma jornalista visita os nativos das florestas de Bornéu e dá seu depoimento sobre a resistência deles em abandonarem as suas terras, uma imposição do governo que planeja construir aí a maior represa do Sudeste Asiático

**N**as florestas tropicais do interior do estado de Sarawak, em Bornéu (Malásia), 5.200 nativos pertencentes a seis grupos étnicos vêm lutando pela preservação de suas terras e do estilo tradicional de vida que adotam há séculos. A ameaça que eles en-

frentam assume a forma de uma gigantesca represa que, se for construída, inundará cerca de 700 quilômetros quadrados (173 mil acres) de floresta e as residências pertencentes a nativos de 11 comunidades.

A construção da represa de

Bakun — destinada a ser a maior do Sudeste Asiático — está programada para ter início este ano ou em 1987. Quando terminada, ela terá 204 metros de altura e uma capacidade de produzir 2.400 MW (megawatts) de eletricidade. Deste total, 750 MW serão transmitidos, através do mar da China, para a Malásia peninsular por meio do mais longo sistema de cabos submarinos do mundo.

Segundo o governo da Malásia, o projeto acelerará o desenvolvimento: fornecerá energia barata, poupará ao país o equivalente a 85 mil barris de petróleo por dia e estimulará a produção de madeira e o turismo. Mas alguns economistas vêem a iniciativa com preocupação. Seu custo estimativo — atualmente de 4 bilhões de dólares — torna-o o projeto mais caro da história da Malásia.

“Na época de recessão que estamos atravessando, o projeto é arriscado demais — diz Ismail Salleh, professor adjunto de Economia da Universidade Nacional do país — principalmente porque a represa levará muito tempo para dar algum lucro. E terminaremos mais endividados junto a bancos estrangeiros, quando a nossa dívida externa já é grande demais.”

A represa vem enfrentando também a forte oposição dos grupos ecológicos locais, tais como os “Amigos da Terra” e a Sociedade de Proteção ao Meio Ambiente. Eles temem que a grande extensão de florestas tropicais que será inundada, afete o equilíbrio ecológico da região, além de denunciar a destruição de mais de 30 mil acres de terra de cultivo e o deslocamento de



Uma avó *kenyah* com os seus netos: “Não queremos ser expulsos”

5.200 nativos (entre os quais os povos *kenyah*, *kayan*, *kajang*, *ukit* e *penan*).

Essas organizações apontam ainda estudos científicos recentes que demonstram uma maior incidência de doenças graves transmitidas pela água, tais como esquistossomose e malária, entre pessoas que vivem perto de outras grandes represas. Essas doenças são propagadas por caranguejos, mosquitos e outros organismos que se multiplicam nos lagos criados pelas hidrelétricas.

Enquanto os técnicos esperam que a represa de Bakun tenha uma vida útil de 50 anos, os críticos observam que o processo de sedimentação do reservatório pode reduzir esse período para 30 anos, como aconteceu com a represa de Ambuklao, nas Filipinas, e com a represa de Peligre, no Haiti.

O primeiro-ministro, Mahathir Mohamed, atacou os grupos que se opõem a projetos de desenvolvimento como o da represa de Bakun "sob o pretexto de protegerem o meio ambiente natural". Recentemente, porém, o ministro de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente, Stephen Yong, clamou o ministério a reexaminar o projeto, uma vez que ele viria a afetar o equilíbrio ecológico e as pessoas que vivem na região. "Eles talvez não se adaptem às mudanças – disse ele – nem adotem um novo estilo de vida. Será difícil transferi-los para outra parte do país. Precisamos atender seus desejos".

Há controvérsia sobre a maneira como os nativos encaram o projeto. Os defensores da represa afirmam que as pessoas afetadas vão receber muito bem o projeto, pois este lhes permitirá se transferirem para locais mais "modernos".

### Ansiedade e mal-estar

Não foi essa, no entanto, a impressão que recolhi pessoalmente na região.

Acabo de regressar de uma viagem de 14 dias a essa remota área de florestas, onde a selva virgem cresce em ambas as margens do turbulento rio Baluy, em cujas águas são abundantes peixes do tamanho de um braço de homem. A represa atravessará exatamente o rio Baluy, afluente do Grande Rejang.

Sob uma aparente tranquilidade, o que pude sentir foi uma forte ansiedade e grande mal-estar entre os povos nativos de Belaga. A palavra "Bakun" está em todos os lábios e em todas as mentes. A grande represa vai vir, isso todos sabem. Mas o resto é desconhecido. Quando será construída, para onde eles serão transferidos, como serão recompensados, que nova vida os espera – nada disso lhes foi dito até agora.

O resultado é que os ânimos começam a se exaltar – uma mistura de desespero em relação à sua situação, raiva por não serem consultados e, principalmente, a convicção de que é necessário lutar pelos seus direitos, como nativos do lugar e donos dessas terras.

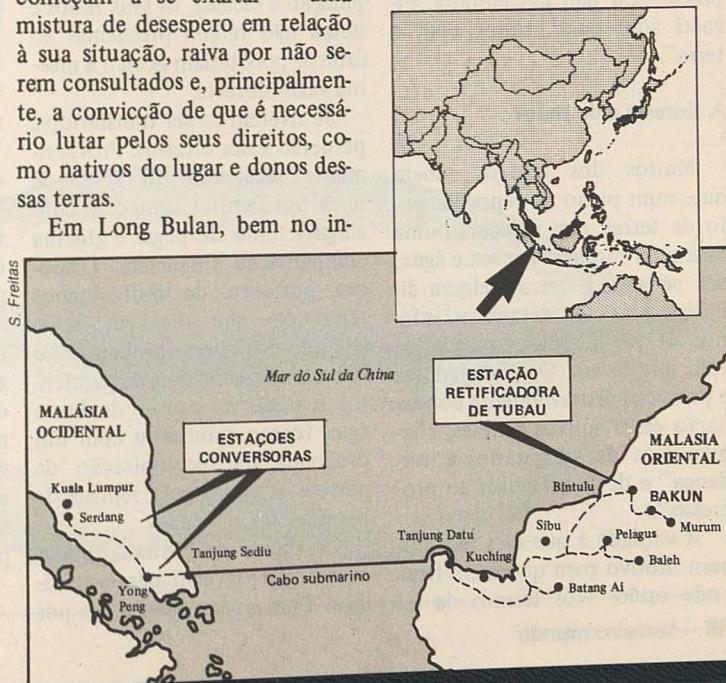
Em Long Bulan, bem no in-

terior de Sarawak, distante quatro dias de viagem de barco da cidade mais próxima, encontrei um grupo de cerca de 600 a 700 nativos do grupo étnico *uma bakah kenyah*, em oito moradias comunitárias espalhadas ao longo das margens do rio Baluy. Entre as pessoas com as quais falei, a opinião era uma só: "Não queremos sair daqui".

Todos os homens, mulheres e crianças que entrevistei manifestaram grande apego às suas florestas e ao seu modo simples de vida, coisas que eles temem desaparecer quando a represa forçá-los a se transferirem para outros lugares.

Em outra comunidade, Long Geng, no rio Linau, os 1.200 membros do grupo étnico *badang kenyah*, que moram em sete casas comunitárias, mostraram-se igualmente contrários à represa. "Nunca chegaram a nos consultar devidamente", quei-

O mapa mostra o trajeto dos cabos submarinos que levarão a energia elétrica até a Malásia, através do Mar da China





Um nativo pescando em Bakun: "Temos tudo o que precisamos para viver"

xou-se um rapaz de 20 anos. Outros disseram: "Não queremos ter de viver em alguns acres de terra longe daqui, onde tudo é pago com dinheiro, onde não mais teremos a terra e as coisas que aqui a natureza nos dá de graça".

"Que venha a represa e inunde tudo", disse uma avó de 60 anos de idade, com lágrimas nos olhos. "Eu não irei embora. Ficarei aqui para morrer com a terra".

#### A floresta é de todos

Muitos dos nativos sabem que, num plano de repovoamento de terras, eles receberão uma casa para morar, com luz e água, um pedaço de terra e algum dinheiro. Mas consideram isso inferior ao que já têm, ao padrão de vida que levam. Os planejadores e políticos provavelmente condenarão esses nativos simples, chamando-os de "refratários à mudança" e de "obstáculos ao progresso".

A verdade é que eles têm um bom motivo para quererem ficar onde estão. Nos termos da lei

Third World Network  
família, a segunda geração e as seguintes não terão terra suficiente para seu sustento.

Ao fim de minha permanência em Long Geng, uma avó *kenyah* de 60 anos cantou uma *parap* (uma oferenda, onde se serve vinho de arroz), homenagem da tradição cultural local que raramente é feita a um visitante:

*Agradecemos sua visita  
pois receamos que em breve  
morreremos afogados  
por causa de Bakun.*

*Estamos de luto devido a  
nossos problemas.*

*Ajude-nos, por favor, diga  
a seus amigos  
e a todos os que vivem no  
mundo lá de fora  
que temos nossos problemas.  
Lembre-se, por favor, de nós  
e de nossa situação  
aonde quer que vá, onde  
quer que esteja.*

Pelo que vi nessa visita, acredito que esses homens e mulheres da floresta vivem uma vida mais feliz da que conhecemos nas cidades "civilizadas".

A represa de Bakun representa a imposição de um estilo de vida sobre outro, no qual os ditames da tecnologia moderna e da "civilização" se sobreponem aos direitos dos povos indígenas sobre suas terras, ao direito de continuarem a viver como vivem, ao direito de sobreviverem com dignidade.

Se tiverem de ser transferidos, perderão esses direitos. Provavelmente receberão 10 acres de terra por família, uma casa cujo aluguel terão de pagar e alguma compensação financeira. Dispõem, portanto, de muito menos terra do que dispõem hoje. Quando o dinheiro acabar, terão dificuldade em comprar alimentos e pagar as contas de luz e água (como aconteceu com um programa de recolonização de pessoas afetadas pela represa de Batang Air).

Os piores problemas, porém, os nativos prevêem para seus filhos. Com apenas dez acres por

Mas talvez ainda venha a ser oferecida uma trégua aos nativos de Belaga. Um alto funcionário do governo anunciou recentemente que, embora o projeto da represa de Bakun tenha sido aprovado, sua implantação pode ser adiada, dependendo da disponibilidade de verbas.

**Teresa Apin, Third World Network Features**

# Manobras e mecanismos de desinformação

Os meios pelos quais as grandes agências noticiosas deturpam uma informação simulando um estilo "objetivo", na ótica de um dos mais conhecidos escritores e jornalistas latino-americanos

“A História foi desfigurada, escondida pelos donos do poder”. A frase é de Eduardo Galeano e creio que pode ser aplicada quase textualmente, não só aos donos do poder político como aos do poder informativo, que normalmente são uma extensão do primeiro. Pois o que é a desinformação senão uma

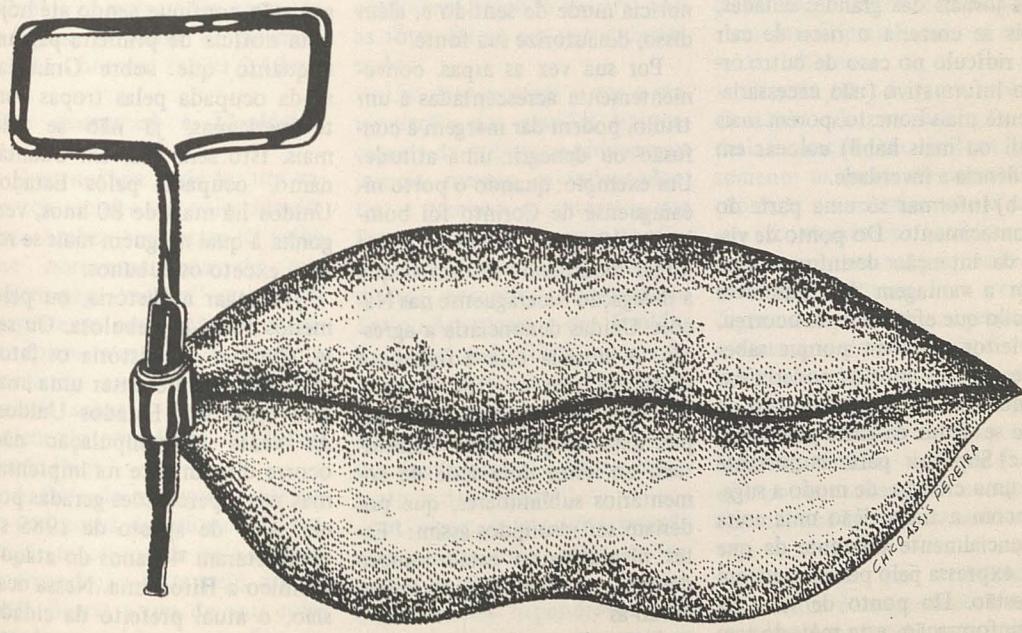
descaracterização da História, mesmo daquela que está sendo feita neste instante?

Quem são os que realmente têm o poder no campo da informação? Ninguém ignora que atualmente existe uma esmagadora hegemonia das transnacionais, de origem e capital norte-americanos, sendo já um lugar-

comum afirmar que 80% das notícias internacionais circulam pelo mundo através de dois canais: a *Associated Press* e a *United Press International*, o que transforma, como já foi dito, o planeta numa aldeia transnacional.

É claro que o mundo subdesenvolvido é a vítima por excelência desse poder. Enquanto as agências mais importantes do Terceiro Mundo transmitem apenas 50 mil palavras por dia, só duas das grandes agências norte-americanas emitem uma média diária de oito milhões de palavras, número suficiente para que o Terceiro Mundo seja informado sobre a maneira como ele próprio vive, luta, sofre e morre por meio desse gigantesco e quase exclusivo emaranhado de difusão política.

As transnacionais não só exercem a desinformação como tam-



bém utilizam um código, uma gramática normativa dessa cílada. Qualquer jornalista que tenha trabalhado em um jornal da esfera capitalista sabe que deve ater-se a esse código, o qual sofre permanentes reajustes e atualizações. Mencionamos uma das mais recentes: os homens armados, organizados e remunerados pelos Estados Unidos, que combatem o governo sandinista a partir de Honduras, jamais devem ser chamados de contra-revolucionários, mas sim de lutadores democráticos, mesmo que seu currículo inclua longos anos a serviço dos Somoza, uma das ditaduras mais cruéis do continente.

#### Métodos de desinformação

Existe uma longa série de variantes desinformativas, a saber:

a) Informar o contrário do que realmente aconteceu. Este recurso é tão grotesco que hoje já é pouco usado, pelo menos nos jornais das grandes cidades, pois se correria o risco de cair no ridículo no caso de outro órgão informativo (não necessariamente mais honesto, porém mais sutil ou mais hábil) colocar em evidência a inverdade.

b) Informar só uma parte do acontecimento. Do ponto de vista da intenção desinformadora, tem a vantagem de transcrever aquilo que efetivamente ocorreu. O leitor não tem porque saber que a parte omitida poderia dar à notícia um caráter oposto ao que se deduz da parte publicada.

c) Suprimir parte importante de uma citação, de modo a sugerir com a transcrição uma coisa essencialmente diferente da que foi expressa pelo personagem em questão. Do ponto de vista da desinformação, este método tem a vantagem de poder explicar o

erro como errata, no caso de que apareça alguma objeção.

d) Isolar uma citação do seu contexto. A citação pode ser textual mas, apesar disso, pode adquirir isoladamente um significado completamente diferente.

e) Distorcer um acontecimento, mantendo parte da verdade, de modo que a inexatidão proposta pelo resto da notícia pareça verossímil.

f) Usar um título inexato ou tendencioso para uma notícia fielmente transcrita. Existe um grande número de leitores que corre os olhos pelas páginas dos jornais lendo apenas os títulos. O autor da manobra aposta nesse hábito para vender ao leitor a deformação de uma notícia.

g) O uso tendencioso do adjetivo ou das aspas. Se uma notícia absolutamente verdadeira contradiz a versão oficial das transnacionais, basta acrescentar-lhe a palavra "suposto" (o suposto responsável pelo acidente, a suposta vítima, etc.) para que a notícia mude de sentido e, além disso, desautorize sua fonte.

Por sua vez as aspas, convenientemente acrescentadas a um título, podem dar margem à confusão ou denegrir uma atitude. Um exemplo: quando o porto nicaraguense de Corinto foi bombardeado pelos "contras", um jornal madrilenho informou que a delegação nicaraguense nas Nações Unidas denunciaria a agressão. A notícia estava fielmente transcrita, mas no título a palavra "agressão" aparecia entre aspas. Estas simples aspas transmitiam ao leitor uma série de comentários subliminares, que poderiam ser resumidos assim: "Estes nicaraguenses estão sempre denunciando agressões, ou inventando-as".

h) Simulação de estilo objetivo. Como é sabido, existe um es-

tilo jornalístico objetivo, normalmente exigido dos jornalistas pela imprensa dita séria, que é usado não só como sintoma de coerência informativa mas também como uma garantia de veracidade. Pois bem, esse estilo pode ser simulado, a fim de dar uma aparência séria a mais enganosa das informações.

i) Desequilibrar as informações com determinada intenção política. Frequentemente, quando os jornais não têm outra solução senão transcrever uma notícia que pode desprestigar os Estados Unidos, por exemplo, trazem à baila outra notícia, que pode não vir ao caso mas que desprestigia o outro lado. Por exemplo: quando os Estados Unidos invadem Granada, o jornalista deve procurar um jeito de mencionar também a presença soviética no Afeganistão. Servindo-se desse recurso, que à primeira vista pode parecer ingênuo, a propaganda norte-americana tem conseguido que o Afeganistão continue sendo até hoje uma notícia de primeira página, enquanto que sobre Granada, ainda ocupada pelas tropas norte-americanas, já não se fala mais. Isto sem falar em Guantânamo, ocupada pelos Estados Unidos há mais de 80 anos, vergonha à qual ninguém mais se refere, exceto os cubanos.

j) Apagar a História, ou pelo menos torná-la nebulosa. Ou seja, eliminar da História os fatos que possam apresentar uma imagem cruel dos Estados Unidos. Às vezes a manipulação não ocorre diretamente na imprensa, mas nas repercussões geradas por ela. A 6 de agosto de 1985 se completaram 40 anos do ataque atômico a Hiroshima. Nessa ocasião, o atual prefeito da cidade pronunciou um discurso emocionado, no qual recordou a tragé-

dia dos sobreviventes e defendeu a paz. Não mencionou nem uma vez os Estados Unidos, nem sequer Truman, o autor intelectual do genocídio. Será que Hiroshima inadvertidamente ficou no caminho da bomba de um autor anônimo? Nesse contexto, não parece surpreendente um fato que beira o absurdo: algumas semanas antes do aniversário, foi feita uma pesquisa entre estudantes japoneses. A pergunta era: "Quem lançou a bomba atômica sobre Hiroshima?". A grande maioria dos meninos respondeu: "Os russos".

1) Editorializar através dos títulos. Às vezes o texto da notícia é de estilo objetivo, mas o título pode propiciar um juízo político sobre a mesma. Em meados de 1985, foram realizados na Europa vários encontros esportivos, com a finalidade de estabelecer novos recordes mundiais. Quando o recordista foi um soviético, o *Journal de Genève*, que vinha anunciando em letras garrafais os nomes dos novos recordistas, noticiou simplesmente: "Um homem saltou 2,40m".

#### Valor comercial e ideológico

Uma notícia pode ter um valor comercial e um valor ideológico. Ambos se juntam na velha tese norte-americana de que "quem paga, manda", que serviu de pretexto para justificar a saída norte-americana da Unesco, ignorando assim a decisão da maioria sobre a chamada Nova Ordem Internacional da Informação (Noii).

A falta de escrúpulos dos todo-poderosos da informação pode ser representada pela célebre recomendação feita pelo onipotente Hearst a um de seus colaboradores gráficos, em fins do século passado (1898 - Guerra



Ninguém ignora que 80% das notícias provêm de duas transnacionais

hispano-cubana): "Ponha você a ilustração que eu ponho a guerra". As transnacionais de hoje, fiéis discípulas daquele magnata, continuam fazendo a guerra para as fotos feitas por seus subordinados.

Um fato notável é que a manipulação das grandes transnacionais da notícia se propaga aos jornais, mesmo os independentes, e também às empresas que fazem pesquisas de opinião. Como manifestou Juan Somavía, diretor executivo do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), na conferência de Sri Lanka, "os despechos das agências do Terceiro Mundo não atravessaram a muralha dos interesses e valores informativos dominantes".

A rigor, existe uma pressão quase insuportável sobre os jornais e outros meios de comunicação menos dependentes para que não contratem os serviços das agências do Terceiro Mundo.

A própria existência de empresas que realizam pesquisas antes de cada eleição ou plebiscito, fielmente refletidas na imprensa, converteu-se num significativo elemento de pressão sobre a massa de eleitores.

O mais grave é que os procedimentos de manipulação e desinformação não influenciam somente os meios de comunicação leais ao sistema: não é raro que contaminem também os mais progressistas, esquerdistas ou anticapitalistas. Para certos órgãos de informação, a resposta a tanta desinformação de direita deve ser a desinformação de esquerda. Dessa forma, jornais progressistas, inclusive de países socialistas, omitem às vezes fatos que possam incomodar a esquerda, mas que efetivamente ocorreram.

Não nego que a intenção subjacente é respeitável, mas a verdade é que o silêncio informativo não apaga por si mesmo ne-

N  
R

num acontecimento, por mais desagradável que seja. A ética jornalística deve ser um valor intocável na imprensa de esquerda, pois ela não coincide com os famosos hábitos do avestruz. A notícia em si é território sagrado. É a partir da notícia não-manipulada (notícia em estado puro) que a publicação de esquerda tem o direito de dar a sua opinião, de esclarecer o contexto do fato noticiado e de explicar os antecedentes do mesmo, formulando as

ca. Entretanto, um dos mais graves prejuízos que esses poderes podem causar é arrastar também a imprensa de esquerda ao culto e ao exercício da mistificação, ao ocultamento e à falácia, tornando-a participante de sua falta de ética.

#### “Descolonizar a informação”

Devemos a Mamadou Moctar Thiam, chefe do Departamento de Cooperação e Assistência da OUA, um título que é quase um

do dado, e não há argumento legítimo sem dados verdadeiros.

Todos devemos nos alfabetizar em matéria de ética jornalística, até para ter o direito de “descolonizar a informação”. Se as agências norte-americanas, por intermédio de seus correspondentes, nos retratam de fora para dentro (e esta primeira pessoa do plural inclui todo o Terceiro Mundo), como costumam fazer os turistas, mas transformando a ingenuidade em malevolência, não devemos acreditar na imagem que a desinformação propõe de nós mesmos. Também não devemos retocar e maquilar o auto-retrato que nós mesmos oferecemos ao mundo. A maneira mais eficaz de “descolonizar a informação” é, afinal de contas, a franqueza, a sinceridade e o respeito à verdade.

Mais de uma vez ouvimos, nos meios de esquerda, que informar sobre fatos e atitudes críticas da mesma esquerda seria dar argumentos à burguesia ou ao imperialismo. Apesar de tudo, acredito que o argumento mais prejudicial que podemos oferecer à burguesia e ao imperialismo é agir como eles. Se existe realmente alguma forma de combater as manobras e os mecanismos da direita desinformadora, esta forma é convencer a opinião pública nacional e internacional de que a nossa informação é verídica e a ética que defendemos como requisito essencial para a implantação da justiça social também inclui os nossos próprios meios de informação. Essa História que é escondida e desfigurada pelos donos do poder informativo deve ser contada por nós com toda a sua verdade exposta, com toda a força do real, com as luzes e sombras que fazem parte da vida dos povos.

Mario Benedetti



Uma das técnicas usadas é informar apenas uma parte do acontecimento

previsões cabíveis. Mas se a notícia em si é omitida ou parcialmente censurada, ou desvirtuada em suas características essenciais, a opinião editorial perderá grande parte de sua legitimidade. Por mais convincentes que sejam os argumentos utilizados, estes já estarão parcialmente invalidados pela mutilação do acontecimento que é objeto de informação.

É claro que a manipulação da notícia, implacavelmente exercida pelas transnacionais e por seus órgãos, causa sérios danos ao esclarecimento de questões essenciais para a opinião pública

lema: “Descolonizar a informação”, que também deve servir-nos de alerta para não autocolonizar os nossos próprios métodos de informação. As direitas intelectuais deste vasto mundo recorrem frequentemente a uma citação bastante reacionária do poeta Gibran Kalil Gibran: “O verdadeiro homem é aquele que não governa nem é governado”. Parafraseando o poeta e ao mesmo tempo contradizendo-o, poderíamos dizer que o verdadeiro homem nunca será aquele que não informa nem é informado. A informação verídica é a base

## Notas de Comunicação

### IPS elege presidente do Conselho

O ex-ministro da Tanzânia, Amir Habib Jamal, é o novo presidente do Conselho de Administração da Agência de Notícias InterPress Service (IPS). A escolha foi feita em eleição, em Roma, pela assembléia dos sócios da cooperativa da agência. Os três novos membros do conselho — cuja composição é renovada a cada três anos — são: a diretora geral da Agência Nacional de Recursos Naturais da Colômbia, Margarita Marino de Botero; o ex-diretor do Instituto de Comércio Exterior da Venezuela, Reinaldo Figueiredo Planchart, vice-presidente da representação na América Latina, e Giuseppe Zamberletti, ministro italiano, na representação do país-sede.

Tiveram seus cargos renovados no conselho: Gamani Corea, de Sri Lanka, ex-secretário geral da Unctad, vice-presidente pela Ásia; Mahmoud Triki, da Tunísia, assessor de informação da Liga Árabe, pelos países árabes; Marc Nerfin, da Suíça, presidente da Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento (Fida), pelos países industrializados; os italianos Giuseppe Scanni e Renato Sandri, também na representação do país-sede; Piervincenzo Porcacchia, vice-presidente executivo, e Roberto Savio, diretor geral da IPS.

Jamal, representante da Tanzânia na ONU, em Genebra, substitui o ex-ministro de Cooperação Econômica Internacional da Venezuela, Manuel Pérez

Guerrero, falecido no ano passado. Ao ser eleito, Jamal disse que o trabalho desenvolvido pela IPS não tem sido pequeno, apesar das dificuldades que a agência enfrenta para realizá-lo.

### Jornalistas angolanos realizam seu primeiro congresso em Luanda

A eleição do novo secretário-geral nacional, dirigido por Mario Lopes Guerra, atual diretor geral do "Jornal de Angola", a aprovação de estatutos, resoluções e moções de repúdio às agressões sul-africanas à República Popular de Angola; de apoio às forças armadas angolanas (Fapla) e às resoluções da 4ª Conferência do Pool de Agências Noticiosas dos Países Não-Alinhados, foram as principais decisões do 1º Congresso da União dos Jornalistas Angolanos (UJA), realizado, março passado, em Luanda.

A sessão de encerramento do congresso foi realizada no auditório da Rádio Nacional e presidida pelo Diretor do Departamento de Informação e Propaganda do Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho, Paulino Pinto João, com a presença de representantes de organizações jornalísticas de vários países. Entre outras mensagens de incentivo e apoio ao encontro, figuram as da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ), das organizações de jornalistas da União Soviética, Cuba, República Democrática Alemã e Portugal.

Os delegados recomendaram a criação de núcleos da UJA nos meios de comunicação de massa e empresas especializadas, o reforço da unidade interna e a filiação da organização à União dos Jornalistas Africanos. Foi também aprovada uma moção de apoio ao presidente José Eduardo dos Santos por sua atuação

Na foto, os membros do novo Conselho de Administração da UJA



## Notas de Comunicação

como primeiro mandatário angolano, além de resoluções sobre a Definição de Jornalista, a Superação Político-Cultural e Profissional, o Caráter de Classe e Estratégico da Informação, a Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação sobre a África Austral.

O novo secretariado nacional da UJA é composto de 27 membros, que representam as 18 províncias do país. Mario Lopes Guerra desempenhou funções importantes nas células clandestinas do MPLA durante a guerra de libertação em Luanda e nos "Comitês Kuaty", em Benguela, além de outros cargos a nível do Partido e do governo.

### Uruguai: telefone e televisão com o mundo inteiro

Dentro de pouco tempo, o Uruguai terá um sistema de discagem direta por telefone com qualquer cidade do mundo e poderá receber e transmitir programas de televisão. O anúncio foi feito pelo diretor da Administração Regional de Telecomunicações (Antel), Oscar Rodríguez, ao inaugurar uma estação terrestre de antena "Standard A", em Montevidéu, que será a base da estrutura de centrais digitais a serem brevemente instaladas.

Essas centrais serão colocadas na capital e em Punta del Este, a 150km da capital, e permitirão ampliar, rapidamente, o número de países com os quais o Uruguai terá condições de efetuar

comunicações diretas. Atualmente, apenas 10 nações, americanas e europeias são conectadas através de antenas localizadas na Argentina.

Oscar Rodríguez revelou que o custo do equipamento instalado é da ordem de 10 milhões de dólares, assinalando que "trata-se de um importantíssimo investimento, pois vivemos a época das comunicações e o Uruguai fará parte agora do grupo de países que contam com as estações mais avançadas do mundo". A antena "Standard A" estará focada para um satélite "Intelsat", no Atlântico Sul.

### Agências de Notícias dos Não Alinhados debateram informações em Havana

A prioridade quanto às informações sobre os problemas econômico-financeiros que afetam os países em desenvolvimento — principalmente a ampla divulgação de notícias relacionadas com a dívida externa desses países — foi o principal tema aprovado na 43ª Assembléia Geral das Agências Noticiosas dos Países Não-Alinhados, realizada, março passado, em Havana. Ficou acertado que a próxima reunião de cúpula do órgão será efetuada, este ano, em Harare, Zimbábue.

O documento "Programa de Ação de Havana", aprovado pela conferência que reuniu delegados de 43 países, estabelece também o sistemático apoio à divulgação de noticiário sobre as lutas dos movimentos de libe-

rtação nacional, particularmente dos oriundos dos órgãos de informação da Swapo (Namíbia), do Congresso Nacional Africano (ANC) e das agências palestina (Wafa) e de El Salvador, Salpress. Foi dada prioridade às notícias que contribuam para o fortalecimento e preservação da paz mundial e a utilização do diálogo para a solução pacífica dos conflitos regionais entre nações.

Entre outros pontos aprovados, figuram:

— Dar prioridade em suas informações quanto às ameaças e atos desestabilizadores contra o governo da Nicarágua, assim como às iniciativas encaminhadas no sentido de resolver, através de negociações, os problemas da área;

— a condenação à ilegal ocupação e colonização da Namíbia pelo governo da África do Sul, e as reiteradas agressões desse país contra Angola e Moçambique;

— a denúncia da política agressiva e expansionista de Israel, e o constante apoio dado pelos Estados Unidos;

— o apoio ao desejo do povo coreano pela reunificação de seu país, sem intervenção externa;

— o prosseguimento de esforços pelo estabelecimento de uma rede integrada de telecomunicações entre os membros do movimento para agilizar o fluxo de informações;

— uma redução de tarifas de telecomunicações, a fim de facilitar a circulação mais ampla de informações entre os países não-alinhados.

# O descaso com o futuro

Ao ritmo atual, mais de 4,5 milhões de crianças brasileiras - 4 milhões delas com menos de um ano de idade - morrerão, nos próximos 15 anos, de males evitáveis

**S**ão quase 300 mil as crianças brasileiras que morrerão por ano, antes de completar o primeiro aniversário, de diarréia, desnutrição, infecções e de seis doenças evitáveis: coqueluche, difteria, poliomielite, sarampo, tétano e tuberculose. Quase 800 crianças mortas a cada dia, ou 30 por hora. Se estendermos o limite da faixa etária aos cinco anos, são três crianças mortas a cada cinco minutos. De cada 10 que morrem na América Latina, quatro são brasileiras.

Esses dados, constantes do relatório intitulado "Situação Mundial da Infância - 1985", do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), colocam o Brasil em sétimo lugar no mundo em números absolutos de mortalidade infantil, precedido somente pela Índia, China, Indonésia, Nigéria, Bangladesh e Paquistão, muito embora a economia brasileira seja uma das dez maiores do planeta.

### A causa maior

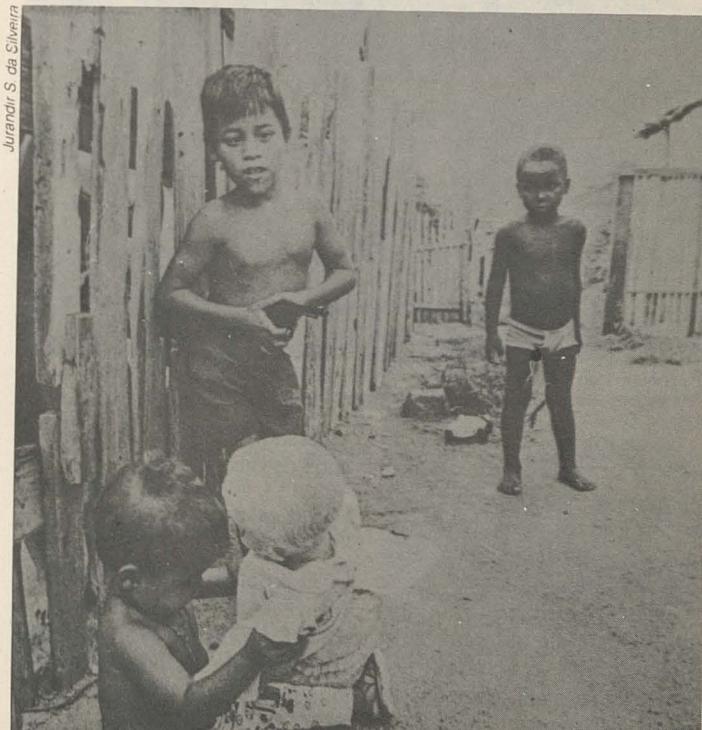
A diarréia foi responsável por quase 30% (87 mil) dos óbitos de menores de um ano de idade no ano passado. No Nordeste, o índice se eleva a 40%. Aliás, a taxa de mortalidade infantil

(TMI)<sup>1</sup> nordestina equivale à dos países mais pobres do mundo: em 1980 era superior a 120, mais que o dobro do máximo previsto pela Organização Mundial da Saúde

<sup>1</sup> A TMI é o número de crianças que morrem com menos de um ano de idade por cada mil nascidas vivas.

de, que é de 50 por mil. Ou seja, que com menos de 30% da população brasileira, o Nordeste é responsável pela metade dos óbitos infantis do país e por 20% dos latino-americanos. Por aí já se pode deduzir que todas as causas imediatas de mortalidade infantil até agora mencionadas estão intimamente relacionadas a uma causa maior, que é a pobreza ou - melhor dizendo - a miséria.

Segundo a pesquisadora Fúlia Rosemberg, a maior parte das mortes infantis "resulta do efeito combinado de doenças infeciosas, desnutrição e carência de saneamento básico". Em regiões desprovidas de redes de esgotos, como é o caso, por exemplo, da Baixada Fluminense, a TMI é maior. Nessa área, que tem quase



Com menos de 30% da população brasileira, o Nordeste é responsável por metade dos óbitos infantis do país e por 20% dos latino-americanos

três milhões de habitantes, morrem de 80 a 100 crianças por mil antes de completar o primeiro ano de vida. O nível de renda média ali é pouco superior ao salário mínimo.

No Nordeste, 80% das crianças com menos de seis anos provinham, em 1980, de famílias com renda inferior a dois salários mínimos por mês. É dessas famílias que saem os "anjinhos" – bebês muitas vezes enterrados dentro de caixas de sapato – a que o jornalista Ivo Patarra se refere no livro "Fome no Nordeste".

ruas das grandes cidades brasileiras. São, em geral, "órfãos de pais vivos", conforme a expressão cunhada por uma especialista da prefeitura paulista, citada pelo semanário *Istoé*<sup>2</sup>: menores semi-abandonados pelos pais em consequência do processo de desagregação familiar provocado pela miséria. Em sua maioria são crianças de crescimento físico e desenvolvimento mental retardados pela subnutrição. Para elas já não há maiores esperanças, sobretudo no caso de portadoras de lesões cerebrais decorrentes

pela lei deixavam automaticamente de constituir futura mão-de-obra gratuita, muitos senhores de escravos os largavam à própria sorte. Foi o início da delinquência juvenil no país e também a causa das primeiras preocupações do Estado brasileiro com a infância, que só começaram a ganhar terreno na década de 20 e a adquirir força legal com a Constituição de 1934. Esta estabelecia pela primeira vez, em seu artigo 138, que a União, os estados e municípios deveriam amparar a maternidade e a infância, assim como "adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade de infantis"<sup>3</sup>.

Muitas medidas foram tomadas desde então, incluindo a criação, em 1940, do Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde e mais tarde transformado, sucessivamente, em Coordenação de Proteção Materno-Infantil e Divisão Nacional de Proteção Materno-Infantil. Programas e siglas não faltaram: somente durante os 20 anos do regime militar iniciado em 1964 houve, entre outras iniciativas, o Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI) e o Programa de Nutrição em Saúde (PNS), aos quais se somariam, em 1984, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC) e, em 1985, o Programa de Suplementação Alimentar (PSA). Através deste, o governo do presidente José Sarney pretende beneficiar mais de 10 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de até três anos de idade.

Ao longo de tantas siglas, a



O problema do menor abandonado começou no Brasil com a Lei do Ventre Livre: essas crianças eram largadas à própria sorte

No Brasil havia, em 1982, 43 milhões de menores de 18 anos oriundos de famílias com menos de dois salários mínimos de renda. Os que sobreviveram às afecções perinatais, à diarréia, às seis doenças evitáveis mediante imunização, às moléstias parasitárias e respiratórias e à desnutrição vieram, em grande parte, engrossar as legiões de "meninos de rua", que vivem às custas de expedientes muitas vezes ilegais nas

da desnutrição nos três primeiros anos de vida.

#### Problema antigo

O problema é antigo no Brasil. Vem desde a decretação, em 1871, da Lei do Ventre Livre, que considerava livres os filhos que os escravos tivessem a partir de então. Como os beneficiados

<sup>2</sup> Edição de 12/01/1983.

<sup>3</sup> Retrato do Brasil, julho de 1985.

TMI média no Brasil diminuiu: de 121, em 1960, para 87 em 1980, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas isto não chega a ser motivo para alívio, já que a tendência à queda da TMI é mundial, como resultado dos progressos da medicina. Ao contrário, a nossa situação nesse campo, se comparada à de outros países, é deprimente, já que a TMI está caindo no Brasil em ritmo bem mais lento: de 1960 a 1982 caiu 41%. No mesmo período, países como Cuba e a Colômbia, com Produtos Nacionais Brutos (PNB) per capita bem inferiores ao brasileiro, registravam quedas de 70% e 44%, respectivamente. Nos tempos do chamado "milagre econômico", com os índices oficiais de crescimento disparando, a tendência à redução da TMI chegou até mesmo a se inverter em regiões industrializadas do Brasil, como São Paulo.

#### Medidas simples

Conclui-se daí que não é só o subdesenvolvimento que contribui para elevar a TMI. Um desenvolvimento econômico que não leve em consideração o bem-estar da população, como o que tivemos no Brasil no início dos anos 70, tem o mesmo efeito negativo. Só um desenvolvimento integrado e voltado para os interesses das grandes massas pode reduzir a mortalidade infantil ao limite considerado aceitável pelo Unicef, o que não significa que se tenha que aguardar que uma revolução humanista venha a solucionar o problema. Vários países de diferentes sistemas e regimes, como a China, Sri Lanka, República da Coréia, Cuba, Costa Rica, Cingapura e a Índia vêm empreendendo, com êxito, esfor-



Só um desenvolvimento integrado e voltado para as massas populares pode reduzir a mortalidade infantil até o limite considerado aceitável

ços maiores pela sobrevivência infantil.

Tais esforços se baseiam, em grande parte, no que o Unicef chama de "Conjunto de Ações Simples para a Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil". Trata-se de uma série de medidas pouco onerosas, mas de eficácia comprovada nos países em que vêm sendo adotadas: o incentivo ao aleitamento e a orientação a adequada no desmame; a Terapia de Rehidratação Oral (TRO), que constitui o método mais eficiente de combate às doenças diarréicas; o acompanhamento do crescimento; o emprego da vitamina A e, finalmente, a imunização contra as seis doenças evitáveis. Não são medidas caras: o custo da imunização de todas as crianças do mundo equivale ao de três modernos aviões militares. Não obstante, em 1984, menos de 20% das crianças do Terceiro Mundo estavam imunizadas contra aquelas doenças.

O Brasil tem realizado algo quanto ao aleitamento materno e à imunização. A campanha lançada há cerca de dois anos em prol do aleitamento já produziu resultados que o Unicef qualifica de importantes. E a campanha

de imunização de 1984, que mobilizou mais de 400 mil voluntários em 90 mil postos de vacinação de todo o país, deixou dois milhões de crianças menores de dois anos vacinadas contra o sarampo; 1,5 milhão contra a difteria, a coqueluche e o tétano e quase todas as crianças brasileiras contra a poliomielite.

Pode-se então, apesar disso, falar de descaso do Estado brasileiro com relação às crianças? Sim, porque elas – o tão decantado "futuro do país" dos discursos oficiais – estão precisando de uma atuação bem mais efetiva e constante dos órgãos responsáveis, para que o Brasil possa alcançar nesse campo até mesmo os países mais pobres, como Cuba e a Colômbia. Não bastam campanhas esporádicas e programas com títulos sonoros – como o "Primeiro, a Criança", que o governo Sarney vem implantando – para reduzir a níveis suportáveis a TMI, que o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República estimou em 60, no sul do país (no estado de Santa Catarina é de 27) e 120 no Nordeste.

Artur José Poerner  
terceiro mundo – 75

## BRINQUEDOS QUE ENSINAM A MATAR

João é um menino de oito ou nove anos. Usa duas cartucheiras cruzadas no peito e nas mãos carrega revólveres, com os quais "dispara" contra o inimigo, outro menino armado de uma metralhadora. Ambos fazem gestos ameaçadores e se insultam reciprocamente. É impossível interferir em sua conversa, empenhados que estão em discutir sobre qual deles tem o direito de ser Rambo.

— Eu é que mato agora, você tem que morrer, grita João.

Irritado, Alexandre se recusa a ser morto:

— Não, o Rambo sou eu e você é um chinês que eu vou matar.

Quando um adulto consegue se aproximar e pergunta por que querem matar-se, a resposta vem em coro: "Porque é engraçado".

A psicologia liberal e permissiva que esteve em voga até recentemente está dando lugar a uma outra corrente, segundo a qual os brinquedos bélicos ensinam a não ter respeito pela vida e condi-

cionam a criança a aceitar como naturais a violência e a guerra. O jogo, dizem os psicólogos, é um dos primeiros elementos por meio dos quais a criança inicia seu processo de socialização. Se este processo se desenvolver através de brincadeiras que envolvem violência, pode provocar uma deformação irreversível na personalidade infantil.

As seções de brinquedos das lojas das grandes cidades dão a impressão de verdadeiros arsenais de guerra: granadas, metralhadoras, capacetes e revólveres de todos os calibres, em reproduções tão perfeitas que em mais de uma oportunidade foram usadas para efeito de amedrontamento, conseguindo os mesmos resultados de uma arma real. O arsenal de mentira costuma incluir ainda grande variedade de armamento futurista, evocando alguma provável guerra das galáxias.

Por detrás das aparentemente inofensivas armas de plástico existe uma poderosa e próspera indústria que, usando os meios de comunicação de massas e modernas técnicas publicitárias, convence pais e educadores de que as armas são simples brinquedos que ajudam a criança a ser menos agressiva e mais segura de si.

## Infância/Notas

### Argentina: cresce o número de menores abandonados

Das sete milhões de crianças argentinas com menos de 12 anos de idade, três milhões estão abandonadas pelas ruas, algumas delas praticando atos de violência. O perigo por que passam essas crianças foi denunciado nas recentes 7as Jornadas da Pastoral de Menores, Jovens e Família, organizadas pelo episcopado argentino, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Familiar. Nos meios oficiais, a cifra de três milhões de crianças abandonadas foi considerada exagerada, po-

réim o problema infantil foi confirmado pelo jornal *El Clarín*, de Buenos Aires, em entrevista com a juíza de menores, Eleonora M. Fernandez Zingoni.

O presidente da Comissão da Família da União Cívica Radical (partido do governo), Ramón Nodaro, reconheceu a existência de 800 mil crianças em estado de abandono, porém para o secretário do Desenvolvimento Humano e Família, Enrique de Vedia, é preciso distinguir entre "meninos de rua" e "meninos na rua".

Segundo a juíza Eleonora de Zingoni, os atos de violência cometidos por esses menores têm crescido não apenas nos trens, mas também nos ônibus, nas

ruas e nas unidades carcerárias, onde ocorrem frequentes motins. Ela disse que os menores marginais têm, no máximo, pais e mães biológicos, mas que não vivem com eles e, mesmo quando isso acontece, não suprem as necessidades da criança. Muitos não são sequer legalmente registrados, não vão às escolas, não têm casa ou trabalho e, muito menos, futuro.

Para a juíza de menores, os meios de comunicação não devem criar sensacionalismo quanto ao problema dos menores marginais, sob o risco de criar-se uma psicose na população. "Ter medo dos jovens é ter medo do futuro", assinala Eleonora de Zingoni. (Claudia Selser)

# O Momo antiimperialista

Os uruguaios encontram no carnaval uma valiosa arma para enfrentar o "bombardeio" colonizador dos meios de comunicação e as *murgas* e as *comparsas* negras são dois dos principais protagonistas dessa festa popular

**A**s ditaduras sempre têm tido problemas com as manifestações populares, por mais "inocentes" que estas aparentem ser. E quando, além disso, essas manifestações não provêm de fora, mas do próprio âmago da história do povo que as vivencia, en-

tão o problema se torna mais grave.

No Uruguai, por exemplo, a ditadura sempre esteve brigada com o carnaval. Ela o acorrentou, censurou, empobreceu, amordaçou, vigiou e ameaçou durante mais de uma década.

Durante esses anos Momo conseguiu sorrir e, por baixo desse sorriso, alimentar, manter e dar à luz a novos filhos que trataram de enfrentar o fuzil com uma ironia, o medo com uma sátira e a morte com uma canção de esperança.

Hoje que o Uruguai recuperou suas liberdades políticas, não é justo esquecer algumas dessas manifestações que nos anos obscuros foram o estímulo que permitiu ao povo continuar de pé, acreditando e seguindo em frente. Os grupos ou conjuntos de carnaval sempre combateram a tristeza. Mas dentre eles houve dois gêneros que merecem uma atenção especial: as *comparsas lubolas* e as *murgas* (grupos folclóricos). As primeiras por seu profundo significado histórico;



Durante os anos de ditadura, os grupos ou conjuntos de carnaval sempre combateram a tristeza



As festas foram um reduto de resistência para os negros escravos

as *murgas*, por sua transcendência social. Ambas são hoje pilares da cultura popular uruguaia.

#### As "comparsas" de negros "lubolos"

Com este nome é conhecida popularmente a mais importante manifestação da cultura negra no Uruguai. Um breve relato histórico deste fenômeno ajudará a compreendê-lo melhor em sua real dimensão.

Montevidéu foi criada em 1726, como praça-forte destinada a defender os interesses da Coroa espanhola, ameaçados por Portugal.

Seus fundadores foram imigrantes provenientes das ilhas Canárias e já nos seus primeiros anos a cidade se converteu em um importante porto de entrada de escravos provenientes da África. Em 1751 havia 157 escravos

negros, mas de 1791 a 1810 Montevidéu se transforma no único porto do rio da Prata habilitado para centralizar esse comércio infame, razão pela qual em 1803 os escravos negros constituíam a terça parte dos cinco mil habitantes da cidade.

Não existindo no resto do território plantações, engenhos ou jazidas de minerais, e tampouco outros centros urbanos importantes que requeressem a concentração de mão-de-obra escrava, os negros se fixaram tradicionalmente em Montevidéu, a sua grande maioria se dedicando a trabalhos domésticos.

Esse tipo de trabalho possibilitou um contato mais direto entre o senhor e o escravo, que determinou neste último uma aculturação à sociedade branca exploradora, de forma mais rápida e natural do que a que se deu em outras regiões do continente. Esta razão, juntamente com o fato

da emancipação dos escravos ter ocorrido mais cedo nesta parte da América (a primeira "liberdade de ventres" foi decretada em 1813 e a abolição total da escravidão foi promulgada em 1842) fizeram com que o escravo negro da Banda Oriental (primeira denominação nativa que teve o atual território do Uruguai) fosse perdendo sua identidade cultural original e, sobretudo, o sentido do ritual como fator de união diante da opressão.

Dada a origem diversificada dos escravos (*mina, congo, benguela, angola, guiné, quizambe e camunda* entre outras), lentamente foram se formando pequenas comunidades que se reuniam em "salas" e congregavam os integrantes de cada "nação". Estas "salas" se instalavam em casarões em ruínas da periferia da cidade, em propriedades alugadas ou cedidas pelos amos. O local da "nação" era arrumado com o mobiliário fora de uso que era dado pelos amos e desta forma também se vestiam os negros para suas festas. As festas constituíam um reduto de resistência importantíssimo para a população negra, servindo como "válvulas de escape" para a tensão constante a que estavam submetidos.

Cada nação escolhia o seu "rei", sua "rainha" e seus respectivos "cortesões" segundo o grau de nobreza que tinham na localidade africana de origem, ou de acordo com a idade ou o respeito que infundiam dentro da comunidade. Esses reis vigiavam a conduta de seus súditos, administravam doações e esmolas, confortavam e ajudavam os negros mais desamparados, oficializavam os enterros como "sacerdotes", mas sobretudo cuidavam e davam assistência à preparação das "danças", que lentamente

foram se transformando em uma atração popular muito difundida entre os brancos de Montevidéu, especialmente em determinadas datas e aos domingos.

Com relação à participação dos negros nas comemorações do carnaval, já em 1760 a procissão de Corpus Christi foi encabeçada por três conjuntos de dançarinos: um de soldados, outro de negros e um terceiro de mulatos. Os primeiros dançavam ao som de uma banda militar, enquanto os outros dois dançavam ritmos supostamente antecessores do *candombe*, que é a dança e o ritmo

que constituem hoje em dia a essência da cultura negra no Uruguai.

A incorporação definitiva e permanente do negro ao carnaval de Montevidéu com o *candombe* e através da *comparsa* (tal como chega aos nossos dias) acontece em 1870.

#### O "candombe"

Executado unicamente por grupos de tambores (*cuerdas de tambores*) o *candombe* é um ritmo absolutamente hipnotizante, como todos os criados por culturas que em seus rituais perseguem e alcançam o estado

O *candombe* constitui hoje a essência da cultura negra no Uruguai

de "transe". E é impossível tentar descrevê-lo e totalmente inadequado tentar esquematizá-lo segundo o código musical tradicional.

Os tambores que hoje se utilizam são construídos com madeiras, unidas entre si por aros de



O tambor é o instrumento principal do *candombe*

ferro. Uma das extremidades é fechada por uma pele de animal (*lonja*) sobre a qual se bate com a mão ou com uma baqueta. Existem quatro tipos de tambo-

res (*chico, repique, piano e bombo*) com alturas e timbres diferentes, determinados pela largura da *lonja*. Cada tambor executa figuras rítmicas diferentes, ao mesmo tempo em que atua, se apóia e dialoga com os outros. Hoje em dia a música do *candombe* não conserva melodias. O *candombe* não é cantado, é tocado ou dançado. Também foi apropriado pelos compositores de música popular e "culto", mas isso constitui outro fenômeno.

O *candombe* como dança perdeu a sua rica coreografia original. Só subsistem, junto aos tambores e ao típico "passo de dança", alguns personagens, como a *mama vieja* e o *gramillero* (par de dançarinos fantasiados de velhos e vestidos com trajes da época colonial) ou o *escobillero* (espécie de malabarista que faz girar à grande velocidade por todo o seu corpo, uma pequena vassoura). Hoje também são característicos os porta-bandeiras (que exibem as cores da



N  
I  
comparsa e outros símbolos como estrelas e meia-luas), o porta-estandarte e as "vedetes", as bailarinas do corpo de baile, que sobressaem por seus movimentos, sua beleza e seu vestuário brilhante e cheio de plumas. Embora as *comparsas* participem da atividade dos *tablados*<sup>1</sup>, seu melhor brilho e esplendor é alcançado nos desfiles.

Do desfile de *Las llamadas* participam somente as *comparsas* de negros *lubolos* (nome que se dava antigamente aos brancos que se pintavam como negros). São denominados "llamadas" pelo costume que existia entre os integrantes das *comparsas* de sair pelo bairro ou pela região e chamar-se uns aos outros com batidas de tambor para se reunirem em determinado ponto e dali seguir desfilando mais ou menos improvisadamente.

Em 1956 o município de Montevidéu (percebendo um aproveitamento turístico) oficializou o desfile e o incorporou aos festejos do carnaval, constituindo atualmente um dos acontecimentos mais apreciados e aguardados do Momo de Montevidéu, que atrai público local e estrangeiro. Através de quase 30 quadras, as *comparsas* de negros *lubolos* avançam lentamente ao ritmo do *candombe*, tocando e dançando continuamente, em um esforço físico quase extenuante. Fecha a formação o cordão de tambores que, segundo o poder de cada grupo, pode reunir de 20 a 60

*lonjas*. Eles avançam em formação precisa e rigorosa, estabelecida de acordo com a cadência imprescindível para que cada tambor escute os outros sem "atravessar" (sair do tempo, da métrica). Os *tamborileros* vestem-se de maneira uniforme e simples, lembrando, juntamente com a maior parte da *comparsa*, um divertimento da época colonial.

Os negros constituem aproxi-

Em Montevidéu, a segregação é muito mais sutil, menos evidente, mas não pode passar despercebida por ninguém, considerando-se, por exemplo, o escasso número de profissionais negros (especialmente nas áreas da educação, medicina e economia) ou os poucos cargos públicos de importância ocupados por gente de cor. No Uruguai não há um único dirigente político negro. Também não há negros atendendo nos balcões dos bares e lojas do centro e embora se gabem de não ser racistas, a imensa maioria dos uruguaios se choca ao ver um casal formado por um homem negro e uma mulher branca ou vice-versa. Além de estar à margem da vida social pública nacional (exceto no âmbito esportivo) o negro se acha disperso e isolado de seus pró-



A "preta velha" é um dos personagens típicos do *candombe*

madamente 3% do total de habitantes do Uruguai, e embora tenham se integrado e misturado com o resto da população branca, sua situação atual dentro da sociedade é pelo menos confusa. Eles mesmos declaram não ter problemas com os brancos, mas não é difícil perceber, vez por outra, fatos que chamam muito a atenção.

Em algumas cidades do norte, fronteiriças com o Brasil (Rivera e Melo principalmente), o problema racial existe de forma acintosa, com lugares públicos proibidos aos negros (comércios, clubes) e uma incitação constante às crianças no sentido de deixar claro as diferenças de cor da pele.

prios irmãos de "raça" (como elas se denominam).

Nesta situação, o *candombe* constitui a única expressão cultural própria da raça negra no Uruguai.

#### "Murgas"

As *murgas* (que tiveram a sua origem em 1908) constituem hoje a coluna vertebral do carnaval, uma de suas principais atrações. Por outro lado, talvez seja a manifestação artística mais rica,

<sup>1</sup> Teatros ao ar livre, construídos durante e para o carnaval em todos os bairros de Montevidéu onde atuam os grupos carnavalescos.



As comparsas atingem seu maior brilho e esplendor durante os desfiles

mais viva e criativa da cultura popular de Montevideu.

O fato insólito de que 90% dos *murgistas* provenham da classe operária e que em geral não possuem nenhum conhecimento musical teórico prévio — ou seja, os conhecimentos que podem ser adquiridos em escolas ou conservatórios de música — representa uma situação excepcional no panorama da cultura uruguaia. A *murga* é a única expressão artística de caráter coletivo no Uruguai, onde o proletariado urbano é o protagonista. Constitui um fenômeno artístico que liga a música às artes plásticas, ao teatro, à poesia e à dança, tudo ao mesmo tempo.

Esses grupos reúnem uma média de 17 integrantes, três dos quais são instrumentistas (bombo, tambor e pratos). O resto forma o “coro” ou “as vozes”.

A voz é o elemento principal para o *murgista*, sua faculdade mais valiosa. É ela que define, antes de mais nada, a sua participação ou não no conjunto e depois o seu valor, seu prestígio dentro dele. A técnica particularíssima de emissão de voz desses artistas não tem nada a ver com as técnicas de impostação habi-

tuais na música coral ocidental. Tem a ver, sim, e muito, com a técnica de emissão de voz dos vendedores de jornais, sorvetes, verduras ou balas quando oferecem sua mercadoria aos gritos pela rua diariamente, ano após ano. Essa maneira de cantar é uma marca distintiva da *murga*.

O coro se distribui em grupos (*cuerdas*) de: “primos” (que cantam a primeira voz, a melodia básica), de “segundos” (vozes graves, que fazem a segunda voz) e uma terceira voz chamada comumente “tercia” que canta as notas mais agudas. Estas três são as básicas, embora existam ou-

tras que podem entremear-se com elas.

Em um determinado ritmo (“ritmo de *murga*”, espécie de marcha rápida e sincopada, parente próxima do *candombe*) os *murgistas* vão subindo ao palco dançando, saltando, percorrendo todo o tablado, correndo e movendo o corpo continuamente, esquivando-se uns dos outros sem nunca formar figuras ou esquemas de dança prefixados. Esta independência total nos movimentos, juntamente com a ostentação e o colorido do vestuário, produzem uma fascinante e sugestiva mistura plástica, quase impossível de passar despercebida aos olhos de qualquer espectador. A um sinal do diretor, o caos se ordena e a música pára. O coro se alinha formando uma meia-lua de frente para o público e atenta aos gestos (nervosos, precisos) do diretor. Este vai indicando a nota de entrada de cada *cuerda* e quando todos já têm o tom, vai embora...

O repertório da *murga* consta de três partes: apresentação, canções (se executam até três) e a retirada.

Adaptando livremente ao seu ritmo as melodias de canções ou músicas populares e conhecidas,



As *murgas* constituem hoje a coluna vertebral do carnaval



Os murgistas dançam sem formar nunca coreografias prefixadas

a *murga* vai desenvolvendo seu argumento, fazendo desfilar nele os acontecimentos mais singulares do ano, os personagens que sobressaíram ou simplesmente situções e histórias inventadas sob uma ótica que visa sempre a despertar a atenção do público de duas formas: com o humor e com a reflexão.

Ela provoca o riso ou o sorriso através da astúcia, do gracejo, do sarcasmo, do absurdo, da piada ou do chiste grosseiro, e a reflexão através da crítica social, da ironia, da sátira, da denúncia e do protesto. E tudo isso é apresentado não em quadros separados, mas tudo misturado e construído habilmente em uma linguagem simples, apoiada em versos corriqueiros que as pessoas captam e memorizam rapidamente.

Na sua atuação a retirada é o momento mais emocionante e talvez de maior importância. Ba-

seada em geral em textos de tom épico, que estimulam a esperança, a crer na alegria, a enfrentar a dor, a tristeza, a música em geral se apóia em tempos nostálgicos, em intervalos menores (musicalmente falando). Não é uma despedida triunfal, forte, festiva. Ao contrário, as melhores retiradas levam o público à beira das lágrimas ou fazem realmente chorar. Mas a tristeza da mensagem é sempre um adeus circunstancial. Leva consigo a saudade e o firme desejo de que o próximo carnaval os trará de volta ao contato fraternal, ao abrigo do riso, dos aplausos e do coração de seu povo.

#### Resistência e identidade

A resistência cultural ao regime militar que governou o país entre 1973 e 1984 teve nas *murgas* um dos baluartes mais queridos e procurados pelo povo uru-

guai. A denúncia ou protesto, habilmente passados através de uma sátira, driblando a censura e expondo-se a prisões e ameaças, foi fazendo crescer o respeito e o carinho do povo por este gênero, que já tocava muito no espírito dos uruguaios. O decidido compromisso com o povo, assumido por várias das mais importantes *murgas* do país, produziu uma verdadeira comoção nos carnavales dos anos 81, 82, 83 e 84.

As *murgas* ultrapassaram os espaços habituais do carnaval, levando sua mensagem a todos os tipos de lugares e ao longo de todo o ano. Atualmente as *murgas* conseguiram também uma divulgação maciça, através de gravações de discos, da rádio e da televisão.

Mas, acima de circunstâncias políticas, a *murga* se converteu hoje na expressão mais representativa da cultura artística uruguai. É também com ritmo de *murga*, que os compositores de música popular criaram as canções mais apreciadas e lembradas pelo povo nos últimos anos.

A busca de uma identidade cultural e a luta contra o bombardeio colonialista dos meios de comunicação nas mãos das transnacionais deverá se basear necessariamente na criação de uma linguagem própria, viva e criativa. E foi também no carnaval, nessa festa popular, irreverente e aparentemente rude e inofensiva, que os uruguaios encontraram as armas mais valiosas para a defesa da sua cultura.

Mauricio Ubal\*

\* Poeta e compositor uruguai integrante do grupo Rumbo co-autor com Ruben Olivera da música "A redoblar", tema alusivo às "retiradas" das *murgas*, que se transformou em um hino da luta antitotalitária a partir de 1980.

## Notas de Cultura

### Países de língua portuguesa vão unificar ortografia

Representantes dos sete países que falam a língua portuguesa — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe — estarão reunidos no Rio de Janeiro, de 6 a 12 de maio próximo, para examinar um projeto de unificação da ortografia, a partir de um acordo ajustado, em 1975, pelas academias de Letras brasileira e portuguesa. Esse acordo somente não foi concretizado, na prática, em termos de lei, por falta de condições políticas nos dois países. No entanto, a situação interna brasileira e portuguesa se modificou nesses anos e agora estão criadas as condições para que o acordo seja ratificado". As declarações são do filólogo Antonio Houaiss, representante brasileiro e presidente da comissão de unificação.



Houaiss: "Benefício para todos"

Ele explicou que na reunião de maio os representantes dos sete países poderão decidir pela simples ratificação do acordo de

1975 ou introduzir novas simplificações. "Nosso objetivo é estabelecer uma unificação ortográfica que seja adotada por todos os países que falam a língua portuguesa, o que só trará benefícios para todos".

#### Uma ortografia comum

Para Antonio Houaiss, não ocorrerão maiores dificuldades para que a unificação seja concretizada. Há um mês, na condição de enviado do governo brasileiro, ele esteve em Portugal e nos cinco países africanos de língua portuguesa mantendo contatos em torno da questão, quando teve oportunidade de sentir o interesse das autoridades com quem conversou em relação ao problema.

Houaiss revelou que Portugal está disposto a fazer certas concessões, assim como o Brasil o fará e que a idéia foi recebida com grande entusiasmo em Angola e Moçambique, as duas maiores nações africanas de língua portuguesa. "Eles só têm a ganhar com a unificação da ortografia portuguesa, uma vez que desejam comprar livros tanto do Brasil como de Portugal e a situação atual lhes cria problemas", assinalou o presidente da comissão de unificação.

Partiu do próprio filólogo brasileiro a idéia de incluir os cinco países africanos na comissão que vai examinar o projeto de unificação. "Inicialmente, os trabalhos tinham sido restritos às duas academias, brasileira e portuguesa. Porém, nesses anos as nações africanas de expressão portuguesa ficaram independentes e não tinha sentido não in-

cluir-las na discussão de um tema tão importante como esse", disse Houaiss.

Em seu encontro com colegas da Academia de Lisboa, essa participação ficou acertada. Comunicado o interesse pela unificação da ortografia e as iniciativas em curso, o governo do presidente José Sarney deu a Antonio Houaiss a missão de visitar todos os países de língua comum, para efetivar o próximo encontro no Rio de Janeiro, com apoio oficial.

#### Em defesa da língua

Uma vez assinado o acordo pelos representantes dos sete países, o texto será submetido à aprovação dos respectivos governos e deverá também ser criada uma comissão permanente da língua, com as sete nações nela incluídas, para, de 10 em 10 anos, examinar a possibilidade de serem adotadas novas simplificações ortográficas, sempre de comum acordo.

"Nenhum país — diz Antonio Houaiss — adotará qualquer modificação, em termos de ortografia, sem ouvir os demais. Nosso objetivo é a defesa linguística, a unificação ortográfica, de alto valor cultural, social, científico e econômico". O filólogo brasileiro lembra que por se tratar de



## Notas de Cultura

um pacto, os parlamentos dos sete países ou os próprios governos não poderão modificá-lo quando de sua votação; o texto é aprovado integralmente ou então vetado inteiramente.

Antonio Houaiss lembra que a língua portuguesa está, agora, com 400 mil palavras, das quais 399.500 são comuns aos usuários dos sete países. Por essa razão, considera bastante favoráveis as perspectivas para a homologação de um acordo na reunião de maio próximo. "É claro que existem palavras locais, do cotidiano de cada país, região ou mesmo cidade, mas não se pode partir do particular para invalidar o conjunto. As diferenças são ridículamente pequenas em relação ao universo da língua como um todo", assinala Antonio Houaiss.

Antonio Aragão

### Cuba restaura Havana Velha



O governo cubano vai aplicar, este ano, seis milhões de dólares nas obras de restauração da parte da capital conhecida como Havana Velha, declarada pela Unesco "Patrimônio da Humanidade". Segundo o historiador da cidade,

Eusebio Leal, cerca de 17 milhões de dólares foram destinados, entre 1981 e 85, aos trabalhos de reconstrução que já incluíram 32 edificações e o início das obras em outros prédios.

Nos próximos cinco anos, serão investidos mais 30 milhões de dólares, alcançando também outros centros históricos do país, como as cidades de Trinidad, Sancti Spiritus, Camaguey e Santiago de Cuba. Mais de mil trabalhadores especializados, entre os quais muitos com cursos efetuados no exterior, fazem parte da equipe de restauração.

### Bienal leva Niemeyer a Cuba

O arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer estará em Cuba, no final deste ano, para assistir à abertura da mostra de sua obra, que faz parte da Segunda Bienal Internacional de Artes Plásticas, de novembro a janeiro de 1987. Promovida pelo Centro "Wilfredo Lam", em Havana, e paralelamente ao concurso, a Bienal tem por meta oferecer um panorama do desenvolvimento das artes plásticas nos países do Terceiro Mundo. Junto aos artistas jovens, que são maioria e que mostrarão seus trabalhos pela primeira vez, comparecerão nomes já consagrados.

### Espanhol que defendeu índios é tema de filme

A tumultuada vida de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, um aventureiro espanhol que questionou a conquista espanhola e defendeu os indígenas americanos, se-

rá filmada no México pelo cineasta Nicolas Echeverria. Segundo ele, Cabeza de Vaca não é apenas um protagonista de insólitas aventuras no século 16, mas também "um dos poucos espanhóis que questiona e põe em julgamento sua própria cultura ocidental, ao enfrentar, entender e defender a cultura indígena do continente americano".

Possivelmente nascido em 1500, Núñez Cabeza de Vaca embarcou como tesoureiro da desastrosa expedição do conquistador Panfilo de Narvaez à Flórida. Dos 600 tripulantes dos cinco navios, apenas quatro espanhóis sobreviveram à fome, doenças e aos ataques dos índios. Como um desses quatro, ele percorreu parte do que hoje é o território norte-americano e mexicano, fazendo-se passar por médico-bruxo entre os nativos e, depois de oito anos, durante os quais viveu várias aventuras, foi para a capital mexicana.

Segundo a história, Núñez Cabeza de Vaca foi nomeado *adelantado* (chefe de missão) da província do Rio da Prata e se instalou em Assunção no ano de 1524. Explorou o Chaco e, em 1544, foi deposto do cargo em circunstâncias confusas, não desvinculadas ao seu cada vez maior questionamento dos métodos cruéis utilizados pelos conquistadores espanhóis. Nicolas Echeverria afirma que, ao final de sua vida na América, Cabeza de Vaca concluiu que "os espanhóis eram os verdadeiros selvagens". O filme terá o ator Emilio Echeverria no papel principal e será rodado, inicialmente, nos estados de Durango e Nayarit, a oeste do México.

## “Queremos a paz, mas nos preparamos para uma longa guerra”

Desde que foi emitida a Declaração de Caraballeda, as forças rebeldes salvadorenhas agrupadas na FMLN-FDR (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, integrada por cinco grupos político-militares, e a Frente Democrática Revolucionária, composta por partidos políticos e organizações de massas) vêm desenvolvendo uma intensa atividade diplomática para convencer os governos integrantes do Grupo de Contadora e do Grupo de Lima que a paz na região não poderá ser obtida se a própria FMLN-FDR não for considerada como uma das partes em conflito.

Neste sentido, em 1980 uma declaração conjunta franco-mexicana já apontava os rebeldes salvadorenhos como uma “força beligerante” que não podia ser ignorada na busca de uma solução. Mas, como assinala Salvatierra nesta entrevista exclusiva feita em Manágua, os novos documentos de Contadora, em particular a Declaração de Caraballeda, privilegiam, no caso salvadorenho, a manutenção do *status quo* institucional.

Nesta conversa, Salvatierra distingue os aspectos da proposta que os revolucionários apóiam (em particular, o oferecimento de mediação para retomar o diálogo com o governo) daqueles que considera inconvenientes para alcançar uma paz duradoura.

*Venancio Salvatierra, membro da direção da FMLN-FDR, analisa a declaração de Caraballeda e as novas iniciativas de paz na América Central*

Existe um novo “espírito de negociação” na América Central, a partir da instauração de um governo civil na Guatemala? Aumentaram as possibilidades de que em El Salvador se reatem as



“Os revolucionários salvadorenhos não podem ser esquecidos nas negociações”

conversações entre o governo e as forças da FMLN-FDR?

— Bem, a negociação é basicamente um problema de vontade política. No contexto de uma guerra como a que se trava em El Salvador, onde as decisões necessitam de consultas ao governo dos

Estados Unidos, trata-se de um problema de correlação de forças. A vontade de uma solução política, por parte das organizações que compõem a Frente Democrática Revolucionária e a Frente Farabundo Martí, é permanente.

Uma solução política poupa recursos humanos e bens materiais, tão necessários em um país como o nosso. A reconstrução do país seria menos complexa. Sem dúvida, aspiramos a uma solução política que não seja uma capitulação, mas que responda aos interesses populares. Isso implicaria, é claro, em que as classes dominantes do país e a

política.

#### Contadora: um papel ativo

*A Declaração de Caraballeda antecipa novas propostas de negociação e insiste no diálogo...*

— O Grupo de Contadora nasceu com certos princípios que privilegiavam as soluções bilaterais para os problemas. Pouco a pouco, ele foi sendo levado a soluções multilaterais e então foi perdendo eficiência. Confrontados aos problemas internos, como é o nosso caso, resolveram tratar somente com governos

na busca de uma solução multilateral e, dessa forma, as forças revolucionárias como a FMLN-FDR não tinham espaço em Contadora.

A última declaração de Caraballeda tem um elemento novo nesse sentido. Nos documentos anteriores de Contadora, se recomendava aos governos que iniciassem processos de reconciliação nacional nos países em que ocorreram profundas divisões sociais. Isso, no entanto, permaneceu a nível de recomendação. O último documento, o de Caraballeda, muda a situação. Ele afirma que Contadora deve tomar parte ativamente dos processos de reconciliação. Esta é uma mudança positiva, apesar de rela-



Uma solução política poupa recursos humanos e bens materiais

administração norte-americana fizessem concessões. Nós lutamos pela independência nacional, pela não-intervenção, pela não-ingerência nos assuntos internos de nosso país. Mas o governo Duarte tem as mãos completamente atadas pela administração norte-americana.

Washington não quer perder o controle do país. O setor oligárquico também não quer fazer concessões. Ele não tem vontade política, porque não aceita abrir mão de seus privilégios. Essa vontade política, então, só vai existir se houver uma correlação de forças que os obrigue a isso. Ninguém até agora, principalmente a administração norte-americana, sentiu suficiente pressão internacional ou interna que os obrigue a ceder. É necessário aumentar nosso poder para forçá-los a uma solução

tativa.

#### *Relativa em que sentido?*

— Relativa porque estipula condições para os processos de reconciliação. Não deixa que a própria situação dos povos se encarregue de definir como se solucionam esses processos e conflitos, mas estabelece condicionantes para eles. Afirma que os processos de reconciliação devem desenvolver-se dentro da legalidade vigente em cada país.

Está fora de dúvida que a legalidade vigente é a legalidade de uma das partes, e por isso mesmo é parcial. Se existem profundas divisões sociais, como se observa no documento, isso significa de fato que a legalidade vigente está sendo questionada.

No caso de El Salvador, a Constituição política



A Constituição representa os setores no poder

vigente foi criada num contexto de guerra, por uma Assembléia Constituinte formada exclusivamente por representantes dos setores que estão no poder. A outra parte beligerante não teve nada a ver com a Constituição. O povo, as organizações populares e os sindicatos também não tiveram representantes para defender seus interesses. Além disso, a Constituição chegou mesmo a cercear as próprias reformas que o governo dizia estar promovendo.

### Quais?

— A reforma agrária, por exemplo. A Constituição vigente estabelece o tamanho máximo que a propriedade privada da terra pode ter, que coincide exatamente com o limite territorial que se havia estabelecido para a segunda fase da reforma agrária promovida pelo governo. Isso limita a reforma agrária. A segunda fase compreenderia propriedades medindo entre 100 e 245 manzanas. A Constituição estabelece que o tamanho máximo permitido para a propriedade

privada é de 245 manzanas. Isto significa que a segunda fase da reforma agrária ficou truncada.

*Isso significa que em El Salvador não se pode fazer a reforma agrária sem mudar a Constituição...*

— Efetivamente. Se procurarmos uma solução política baseados nesta Constituição, não podemos tocar num aspecto delicado que está na raiz do conflito: o problema da terra.

Essa legalidade, então, não é uma legalidade que favoreça uma solução real para o conflito em El Salvador. Os quatro governos integrantes do Grupo de Contadora e os do Grupo de Apoio levantam essa questão. Eu tenho a impressão de que foram apanhados de surpresa, pois para assumir um acordo dessa natureza é essencial conhecer a legislação vigente, e não creio que a tenham examinado. Pelo menos no nosso caso acho que não o fizeram.

Então, um aspecto é positivo: Contadora decide ser parte ativa na busca de soluções para conflitos internos, o que não fazia antes. Para nós, o aspecto negativo são as condições impostas ao processo da busca de soluções.

Outra questão digna de ser levada em conta na Declaração de Caraballeda é o elemento novo que foi introduzido, no nosso entender, diretamente endereçado a nós. O que se coloca é o não-apoio a movimentos insurrecionais de outros países. Eu me pergunto: quer dizer que os fatos ocorridos no

*“Não se pode fazer a reforma agrária sem mudar a Constituição”*



Haiti, onde houve um movimento insurrecional, não devem receber o apoio de outros governos? Nessa declaração, Contadora pretende que não se dê apoio político aos movimentos insurrecionais.

#### **“Os ‘contras’ são mercenários”**

*O objetivo não será fazer com que os Estados Unidos também retirem o apoio à contra-revolução na Nicarágua?*

— Esse não é um movimento insurrecional. Um movimento insurrecional é um movimento popular. O movimento dos “contras” é um movimento mercenário. Os Estados Unidos o financiam. Antigamente Contadora usava um termo para isso: forças irregulares.

A Declaração de Caraballeda trata separadamente as forças irregulares e os movimentos insurrecionais. Negar apoio a estes seria uma forma de negar aos povos o direito à insurreição, e isso é muito mais perigoso.

*O direito dos povos à insurreição está historicamente consagrado pelas Constituições da América Central desde a independência.*

— Sim, mas a nova Constituição de El Salvador não outorga a um movimento insurrecional o direito de mudar a Constituição, mas somente os governantes. Isso será realmente um direito à insurreição, se obriga a conservar todas as instituições legais vigentes?

A Declaração de Caraballeda, pelo menos nesse aspecto, não foi suficientemente analisada pelos governos. É por isso que temos interesse em discuti-la com os governos do Grupo de Apoio e de Contadora.

*Enquanto isso, no plano militar, vocês estão*

**88 — terceiro mundo**

*tentando passar à ofensiva e aumentar as forças ou estão mantendo suas posições, à espera do resultado das negociações?*

— Nós estamos fazendo a guerra e achamos que a negociação é produto desse processo. Enquanto a administração Reagan, o exército de El Salvador, a

oligarquia e o governo de Napoleón Duarte tiverem esperança de nos derrotar, não haverá negociações. A garantia da negociação é a afirmação de nosso próprio poder. É uma negociação de poder para poder. Assim, o aumento de nosso poder é um fator importante para melhorar a correlação de forças, de modo a forçá-los a aceitar uma negociação.

*Mas isso não levará a uma escalada imediata de mais assistência militar ao governo de El Salvador?*

— Continuarão dando essa assistência militar, sempre, e nós sabemos que quanto maior a nossa fraqueza, maior a ajuda. É sabido que se deve apoiar o vencedor. Se nosso adversário tem possibilidade de ganhar, eles o apóiam para que ganhe.

A nossa capacidade de criar obstáculos a uma intervenção com tropas norte-americanas é exatamente a garantia que temos em dissuadir os Estados Unidos a intervirem em nosso país, demonstrando-lhes que não poderão nos derrotar. Essa é a nossa principal garantia.

A ajuda que podem receber não é ilimitada. É uma coisa parecida com dar um refrigerante a uma pessoa que está com sede: se pode dar um copo, dois ou três, mas é provável que não possa beber o quarto.

Então, do ponto de vista de quem recebe a ajuda, existem limites. As armas que são dadas ao exército, por exemplo, muitas vezes passam para



EUA e Duarte ainda acreditam na vitória militar

nossas mãos. Então existe um limite na capacidade de receber ajuda.

*Um dos grandes problemas das forças populares salvadorenhas tem sido a falta de unidade entre as diferentes correntes. Em que situação isso se encontra atualmente?*

— Veja bem, a unidade é um processo. A unidade não pode ser imposta por decreto, especialmente numa situação como a nossa. Quando a guerra começou, em 1981, que tínhamos nós, os revolucionários das diferentes organizações que formam a FMLN, que são as organizações que atuam militarmente? Tínhamos alguns conhecimentos militares básicos, conhecimentos de guerra popular, que são experiências diferentes no tempo e no espaço. Alguns preferiam determinadas experiências, que acreditavam se adequar mais à nossa realidade, enquanto outros preferiam seguir um caminho diferente.

É natural que haja diferenças, mas é a guerra em si que vai criando as suas próprias leis. Com cinco anos de guerra, a FMLN tem uma única concepção da guerra. Porque já não vemos o fenômeno a partir de modelos e sim a partir de uma realidade própria, concreta, que definiu as suas próprias leis. Da mesma forma, o próprio processo vai nos esclarecendo e vai deixando só o real, aquilo que todos nós compartilhamos. Sem dúvida essa é a base da unidade.

#### Um processo de acumulação de forças

*Mas subsistem diferenças quanto ao modelo a implantar depois da vitória, quanto à proposta política?*

— São muito poucas. Poderíamos dizer que o

1986 – Maio – nº 89



A FMLN tem atualmente uma única concepção da guerra. A própria realidade, com suas leis, gerou a unidade da FMLN

que mais nos preocupa é a guerra, mas que também nos preocu-  
pamos com o modelo e todos estamos con-  
vencidos de que não é o nosso próprio dese-  
jo, a nossa própria  
vontade que define a  
situação. É uma corre-  
lação de forças e com  
isso não estou me re-  
ferindo exclusivamen-  
te ao aspecto militar,  
mas às forças sociais.

Nossa experiência de luta nos mostrou que a vitória é uma questão de acumulação de forças e as forças sociais se acumulam a partir da interpretação dos interesses dessas diferentes forças sociais.

*Como vão indo as gestões no sentido de integrar os efetivos das cinco forças que compõem a FMLN em um único exército?*

— Existe um processo de integração das forças militares. Há uma decisão política e um processo em marcha mas que também não depende simplesmente da nossa vontade. A vontade existe, mas não acreditamos que a unificação militar seja ques-

tão de decreto. Liga-se a uma prática concreta. E estamos indo nesse caminho. Ou seja, a unificação militar é uma meta pela qual trabalhamos.

*Que vinculação tem a FMLN-FDR com o movimento social legal que está ressurgindo agora nas cidades salvadorenhas, com greves, manifestações e outras formas legais de luta e protesto?*

Há muita identificação entre as concepções dessas forças sociais que estão lutando, com as nossas posições, especialmente quanto à necessidade de uma solução política negociada. As grandes massas populares sentem o peso da guerra, embora não participem diretamente dela. Sentem que a guerra não permite a reativação econômica e que a reativação econômica é necessária. Sentem que, além da ajuda militar e da ajuda econômica norte-americana, o governo joga sobre os ombros dos trabalhadores o peso da guerra.



**"As grandes massas populares sentem o peso da guerra"**

Esses setores já se convenceram de que Duarte não é a solução e da necessidade de uma solução política negociada. Isso os identifica mais conosco. O avanço do movimento popular o aproxima das nossas posições e o afasta das posições do governo.

**"Em El Salvador há um duplo poder"**

*Voltando às leis dessa guerra, que se liga muito à diplomacia: se efetivamente cessasse o apoio externo, a luta armada poderia sobreviver em El Salvador?*

— Se cessasse o apoio externo a quem, a nós?

*Sim.*

— Nós desenvolvemos desde o início uma luta político-diplomática e continuamos nesse caminho. E essa luta político-diplomática parte mais de necessidades políticas do que de simpatia por nós. A América Central é um foco de tensão mundial e o processo salvadorenho é um elemento importante neste foco de tensão.

Para vários governos e especialmente para os governos latino-americanos convém uma solução política negociada em El Salvador, como um elemento chave para diminuir o foco de tensão. Se eles eliminam essas possibilidades, isolando uma das partes, estão colocando em perigo os seus próprios interesses, estão permitindo o desenvolvimento, a aceleração desse foco de tensão. Por outro lado, estariam deixando a administração Reagan com as mãos livres para pôr em prática mecanismos de controle sobre os povos e ninguém põe em dúvida que esses métodos vão contra o princípio da autodeterminação.

Os governos que não apóiam, ou pior, se opõem a uma solução política em El Salvador, estariam prejudicando a si mesmos e violando o princípio da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos. E isso pode afetá-los em um determinado momento. Então não acredito que isso aconteça. No país há um duplo poder e nós somos um desses poderes.

*Esse duplo poder poderia levá-los a estabelecer um governo paralelo, que reivindique reconhecimento internacional?*

— No momento não pensamos nisso... mas as questões evoluem.

*Tem alguma idéia de prazos, pensam nesses termos?*

— Não, não fixamos prazos. Nós nos fixamos metas. Não desejamos uma guerra longa porque tem muitos custos sociais, mas estamos preparados para essa guerra. Repito, nossos combatentes, nossos dirigentes, as massas ligadas a nós estão preparadas para uma guerra longa, estão ideologicamente preparadas. Esperamos que seja curta, desejamos que seja curta.

**Roberto Remo Bissio**

# Guillermo Ungo: “O diálogo pode impedir a intervenção”

**D**entro de seu aparente imobilismo — se chega a falar inclusive de um “empate” —, a guerra em El Salvador vem apresentando mudanças significativas, que só não fazem a decisão do conflito se inclinar a favor da FMLN-FDR por causa do enorme aumento do envolvimento militar norte-americano no país.

Nesse processo, o governo de Duarte e o exército salvadorenho estão cada vez mais enfraquecidos, aumentando perigosamente o risco de uma intervenção direta dos Estados Unidos, como única alternativa para conter as forças revolucionárias.

Porém, em El Salvador começa a se formar uma ampla frente social e política contra o governo de Duarte e contra a intervenção estrangeira, que poderia lançar as bases para uma solução política negociada do conflito favorável aos setores populares.

Estas são as principais conclusões da entrevista concedida por Guillermo Ungo, presidente da FDR e vice-presidente da Internacional Socialista, a *cadernos do terceiro mundo*, durante a visita do dirigente salvadorenho ao Rio de Janeiro, em março último, cujos trechos principais transcrevemos a seguir:

## Mudanças políticas na região

*Pode-se falar realmente de uma mudança da política norte-americana para a América Central no segundo período da administração Reagan?*

— Nós não estamos vendo nenhuma mudança e sim a aplicação de uma concepção que conduz a um envolvimento cada vez maior do governo norte-americano na região. A simples discussão de uma ajuda aos “contras” nicaraguenses no Congresso dos Estados Unidos (não apenas sob o pretexto de “ajuda humanitária”, mas como ajuda

militar direta) significa uma institucionalização e um aprofundamento dessa política de agressão contra a Nicarágua. No caso de El Salvador não houve nenhuma modificação e sim um aumento da intervenção militar norte-americana.

*Que consequências podem ter sobre o conflito regional as recentes mudanças políticas na Costa Rica, Guatemala e Honduras?*

— Este é um outro aspecto da situação que não se pode atribuir necessariamente à política norte-americana. Não está claro qual dos candidatos costarriquenhos eles apoiaram. Provavelmente não podiam ou não lhes convinha ter uma posição muito aberta. Na Costa Rica, houve a vitória do candidato social-democrata. Apesar das diferenças de estilo que podem existir entre Arias e Monge, o novo presidente pretende manter a política de seu antecessor em matéria de “neutralidade”.

*Como interpreta as eleições na Guatemala?*

— A posição inicial de Cerezo no sentido de continuar com uma política de neutralidade também independe da vontade do governo norte-americano. É uma política que já vinha sendo seguida de certo modo pelo governo militar de Mejía Ví-



Ungo: “A ajuda norte-americana aumentou”

tores, de forma que nesse ponto não há nenhuma novidade. É, sem dúvida, um fato positivo que a posse de Cerezo tenha possibilitado a presença de Daniel Ortega naquele país e que se tenha decidido realizar uma reunião dos presidentes sem excluir a Nicarágua, atitude da qual o governo costarriquenho não participou. São elementos positivos mas que por si só são insuficientes para prever qual será a conduta futura e que possibilidades de independência terá o governo guatemalteco.

*E quanto a Honduras?*

— É mais difícil fazer avaliações sobre o novo governo de Honduras. Ele não difere ideológica

é politicamente do anterior, embora a atitude de Azcona pareça ser mais prudente do que a de Suazo Córdoba. Mas sabe-se que o governo de Honduras precisa muito dos Estados Unidos, recebe grande ajuda militar e não depende apenas de sua vontade impedir que os "contras" instalem as suas bases operacionais em território hondurenho.

#### A estratégia norte-americana

*Em que consiste exatamente a estratégia norte-americana atual para a guerra em seu país?*

— Creio que continua aplicando o conceito de "conflito de baixa intensidade" e que consistiria então em procurar mantê-lo localizado, sem envolver diretamente as suas forças, pelo menos de uma maneira aberta. O que está acontecendo agora é que não conseguindo alcançar os seus objetivos tanto na Nicarágua como em El Salvador — como reconheceram o governo norte-americano, o Pentágono e o governo salvadorenho — produz-se inevitavelmente uma escalada militar. Isso nos leva a pensar que, no futuro, não podemos precisar em que momento, os Estados Unidos terão que optar por uma intervenção mais aberta e direta.

*Não estariam se repetindo dessa forma as mesmas etapas da escalada de intervenção norte-americana no Vietnã?*

— Na realidade, para evitar a síndrome do Vietnã e a reação de repúdio do povo norte-americano, o governo se preocupou bastante em explicar que são situações e condições diferentes. Não podemos simplificar: nem a Nicarágua nem El Salvador são o Vietnã, como cada luta nacional tem as suas próprias características. Mas é possível constatar que o envolvimento norte-americano segue em parte o modelo vietnamita.

#### "O curso da guerra não mudou"

*Qual é então a avaliação que vocês fazem sobre o atual curso da guerra?*

— Para nós o curso da guerra não mudou, continua sendo favorável à FMLN e não se constata nenhum fator que possa modificar esta tendência, apesar do aumento da ajuda militar norte-americana.

*Se não existe a possibilidade de um desenlace rápido da guerra, em que se baseia a possibilidade de uma vitória popular?*

— Na crescente deterioração do governo salvadorenho no plano interno e no plano internacio-

nal. No plano interno é cada vez mais evidente a deterioração do governo Duarte, sua perda de legitimidade gradual e sua perda de credibilidade. Mantém o diálogo congelado por mais de 15 meses e continua falando de diálogo, pondo cada vez mais em evidência a falsidade, a contradição entre o seu discurso e sua ação política.

Em 84 Duarte dizia que a única coisa de que precisava era a maioria na Assembléia Legislativa para controlar os dois poderes do Estado e poder realizar o seu programa. A vitória eleitoral de Duarte em março de 85 lhe ofereceu essa possibilidade, embora nós sempre tenhamos dito que não estavam aí os fatores principais do poder. Já faz um ano que Duarte conseguiu a maioria na Assembléia Legislativa e não pôde reatar o diálogo, nem realizou nenhuma reforma. Ele renunciou ao seu projeto mini-reformista.

Um setor social importante retirou o apoio que havia lhe dado e hoje assume uma posição contestatória aberta e pública. Por outro lado, a mobilização popular foi crescendo, apesar do clima de terror. Ao mesmo tempo, produziu-se uma nova aliança sindical, onde se incorporaram setores cooperativistas que antes apoiam Duarte.

*Qual é a influência do diálogo sobre a possibilidade de intervenção militar direta dos Estados Unidos em El Salvador?*

— A estratégia de Reagan tem dois caminhos: deixar de lado o conflito de "baixa intensidade" e passar a fazer com as próprias mãos o que não pode de fazer com as mãos alheias ou aceitar a solução política negociada, procurando dentro dela preservar ao máximo os seus interesses.

A primeira alternativa, apesar de seus maiores custos militares e políticos, não pode ser descartada. A loucura não pode ser descartada em se tratando de uma administração tão ideologizada e, por conseguinte, tão ignorante da realidade. Mas, na medida em que se avance militar e politicamente, em que se aprofunde e estenda mais o consenso sobre a necessidade de uma solução nacional, dos salvadorenhos e entre salvadorenhos, torna-se mais difícil a solução externa.

Nesse sentido, embora Reagan tenha a capacidade de enganar setores importantes de seu povo, transformando as derrotas em vitórias, há dois exemplos recentes que demonstram o que foi dito. Nem no Haiti nem nas Filipinas os Estados Unidos puderam decidir o que eles queriam. No último momento se deram conta de que a situação era insustentável.

Víctor Bacchetta

# Os direitos humanos durante 1985: um balanço

**O**s números estão aí e falam por si mesmos: 1.655 civis não-combatentes assassinados pelas forças do governo; 95 operações militares de caráter belicista que provocaram um alto índice de destruição e morte entre a população civil; 777 detenções arbitrárias de supostos opositores ao governo e 713 presos políticos submetidos à prática da tortura confirmam que, durante 1985, a situação dos direitos humanos em El Salvador não registrou nenhuma melhora e desmentem aqueles que — por defenderem o projeto contra-revolucionário do governo e da administração norte-americana — sustentam o contrário.

Segundo o relatório anual do Socorro Jurídico Cristão "Arcebispo Oscar Romero" (SJC) — publicado nos últimos dias de janeiro passado — os direitos à vida, à liberdade pessoal, ao respeito à integridade física e psíquica dos salvadorenhos continuam sendo violados de maneira sistemática.

Esse organismo humanitário, que há dez anos assiste legalmente às vítimas de violação a seus direitos fundamentais, baseia suas conclusões na informação "colhida e comprovada" por seu escritório em San Salvador.

## O direito à vida

O documento, colocado à disposição da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH-ONU), afirma que 1.655 civis — entre operários, camponeses, estudantes, comerciantes, professores e donas-de-casa — morreram "vítimas das execuções arbitrárias cometidas pelas forças armadas governamentais, organismos de segurança e corpos paramilitares ("esquadrões da morte"), assim como nas operações militares do exército oficial".

Esse número de salvadorenhos vem engrossar a trágica lista que desde 1978 essa instituição humanitária vem contabilizando e que já se eleva a 46.332 vítimas da violência governamental<sup>1</sup>. Estas cifras não incluem os membros regulares do exército salvadorenhos, nem das forças rebeldes reunidas na Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), mortos durante os choques armados ocorridos entre ambas as forças.

Da mesma forma, o SJC informa sobre as vítimas resultantes das ações realizadas pelas forças armadas rebeldes, que, no total, somam 59. Essas vítimas da população civil ou combatente morreram em diferentes circunstâncias; a maioria delas como resultado dos chamados "justiçamentos", aos quais se devem acrescentar as pessoas que perderam a vida nas "paralisações de transporte", na explosão de alguma "mina" ou nos casos de ataques ou operações militares efetuadas pelos rebeldes.

<sup>1</sup> Esta cifra global corresponde apenas aos casos conhecidos pelo SJC através das denúncias e testemunhos recebidos. Existem outros casos em que o SJC desconhece os detalhes devido ao medo compreensível dos parentes das vítimas de sofrer represálias, ao desconhecimento deles sobre o trabalho da instituição, à sua dificuldade de locomover-se para a capital do país (San Salvador) para apresentar o seu caso, ou ao fato da denúncia ter sido apresentada perante outras instituições humanitárias (Comissão de Direitos Humanos de El Salvador, não-governamental, Escritório de Tutela Legal do Arcebispado de San Salvador, e Comitê de Mães e Familiares de Presos, Desaparecidos e Assassínados Políticos de El Salvador).



Desde 1978, 46.332 civis já foram assassinados

## Operações militares das forças armadas governamentais

No documento citado, ocupa um lugar de destaque aquilo que se refere aos seguintes tipos de operações oficiais: o incêndio de casas, a destruição de colheitas, a perseguição da população, as detenções arbitrárias, a tortura coletiva, os degolamentos, a violação de mulheres (incluindo menores), as intimidações coletivas, os ataques com peças de artilharia e os bombardeios aéreos.

O Socorro Jurídico frisa que as operações indicadas são aquelas sobre as quais "obteve declarações das vítimas sobreviventes e testemunhos verificáveis, ou por investigações diretas, que confirmam que geralmente nos ataques houve vítimas mortais e danos gravíssimos à população civil".

Os fatos vão além da barbárie. Na lista de "casos padrão" relacionados chama a atenção o caso de uma pessoa que foi queimada viva; o assassinato a golpes de facão de uma mulher grávida, depois de lhe ter sido tirado o feto; a violação de uma menor por vários soldados (ao que consta 75) e seu posterior assassinato; e o lançamento de dois civis de um helicóptero em pleno vôo.

## O direito à liberdade pessoal

Durante o período que vai de janeiro a setembro do ano passado, o SJC recebeu a relação de 777 detenções arbitrárias realizadas pelas forças armadas governamentais ou por civis paramilitares que "agem com toda a liberdade, sob o respaldo do estado de sítio e da Lei Especial nº 50, realizando prisões nas residências das vítimas, em seus

trabalhos ou em vias públicas".

De um modo geral os detidos foram submetidos aos tribunais militares, que se atribuem o direito de julgar os supostos opositores do governo. Mas não se deve deixar de assinalar que, apesar das dificuldades de elaborar uma estatística exata, o SJC calcula que, em média, desapareceram naquele período três pessoas a cada semana.

Das 777 detenções arbitrárias assinaladas, 697 homens foram enviados para o Centro Penal "La Esperanza" (situado em San Luis Mariona, departamento de San Salvador) e apenas 164 saíram de lá. Com relação às mulheres, 80 foram enviadas ao Centro de Readaptação de Ilopango (San Salvador) e somente 18 delas foram libertadas. Segundo a instituição humanitária, nunca na história do país havia existido tantos detidos por motivos políticos como em 1985.

## A prática da tortura

Quanto ao respeito pela integridade física e psíquica dos detidos, o Socorro Jurídico apresenta um estudo detalhado elaborado entre a população carcerária masculina, durante o período de janeiro-setembro de 1985. Essas análises demonstram que — apesar das declarações dos porta-vozes governamentais — continuam sendo aplicados em El Salvador métodos de tortura e tratamentos desumanos e degradantes aos detidos por razões políticas.

Nesse período foram mandados para o Centro Penal "La Esperanza" 697 presos políticos, dos quais só um não foi torturado por seus captores. Estes utilizaram diferentes métodos, tais como: choques elétricos, a *capucha* (ou "capuz": asfixia através de saco plástico impregnado de cal viva e de socos nos pulmões da vítima), feridas, queimaduras, *colgamiento* (os prisioneiros são pendurados pelos pulsos, amarrados ou algemados) durante vários dias, ameaças a parentes, tentativas de enforcamento e aplicação de drogas.

Da mesma forma, se realizou um estudo entre a população carcerária feminina que abrangeu os meses de fevereiro a agosto de 1985. Nesse período ingressaram no Centro Penal de Ilopango 32 mulheres, na qualidade de prisioneiras políticas. Destas, 17 foram torturadas por seus captores antes de serem enviadas à prisão. Os fatos: em 14 ocasiões foram violentamente espancadas em todo o corpo, em três ocasiões lhes foi aplicada a *capucha*, em duas ocasiões tentaram asfixiá-las por imersão na água, em uma ocasião lhes aplicaram



A população enterra as vítimas da repressão



O panorama de violência institucionalizada não permite prever uma solução imediata para o conflito

choques elétricos e em várias ocasiões submergiram suas cabeças em um vaso sanitário. No total, em 28 ocasiões lhes foram aplicadas diferentes formas de tortura.

Segundo ambos os estudos, os organismos responsáveis pela aplicação da tortura — tanto física quanto psíquica — à população reclusa masculina e feminina foram as Brigadas da Infantaria, os Batalhões Especializados, a Polícia Nacional, a Policia Fazendária, a Guarda Nacional e a Defesa Civil.

#### Agressões contra a classe operária

Por último, são destacados no documento os casos de violação dos direitos humanos entre a classe operária. Desses casos o SJC “recebeu e confirmou” informações de parentes e testemunhas sobre ações violentas cometidas por grupos paramilitares (esquadrões da morte) “cujas vítimas mortais foram operários sindicalizados em organizações que tiveram conflitos trabalhistas (greves, férias coletivas, revisão de contratos coletivos etc.) com empresas ou o governo”.

Entre os crimes contra a classe operária se destacam: o assassinato do secretário da subsidiária da empresa Atarraya S.A., José Antonio Hernández; o assassinato do antigo secretário-geral da Federação Unitária Sindical Salvadorenha (Fuss), Julio César Castro Beloso; o desaparecimento do secretário-geral da Associação Nacional de Camponezes (ANC), Miguel López; o desaparecimento do vice-presidente do sindicato Atramsa, Ernesto Al-

fredo Marroquín; o assassinato do membro do sindicato da empresa governamental de Aquedutos e Esgotos (Anda), Iván Escobar Galdámez, e o desaparecimento de outro membro da mesma organização, Iván Ramírez; o assassinato de dois membros de base da Fenastras (Federação Nacional Sindical de Trabalhadores Salvadorenhos), Francisco Fuentes Ayala e Mauricio Alcides Díaz Brand; e o desaparecimento de um membro de base do sindicato da fábrica El León, Pedro Armando Oporto.

#### Conclusão

Este panorama de violência institucionalizada contra uma população civil que se abstém de participar de ações militares torna válida a previsão que, em agosto de 1985, o próprio Socorro Jurídico fazia: “Podemos afirmar que no horizonte nacional não se vislumbram indícios que alimentem a esperança de uma rápida solução para o conflito que assola a nossa pátria. É por isso que, enquanto se continuar menosprezando a vida de um só salvadorenho, continuará vigente a nossa obrigação de defender os pobres, dando assim cumprimento à ordem que nos deu, dias antes de entregar a sua vida, o nosso arcebispo mártir: ‘Defendam incondicionalmente os direitos de meu povo oprimido e humilhado’ (monsenhor Romero, 23-2-1980)”.

A situação neste momento não dá sinais de melhora. A frase de Romero continua válida. •

**Santos Quezada**

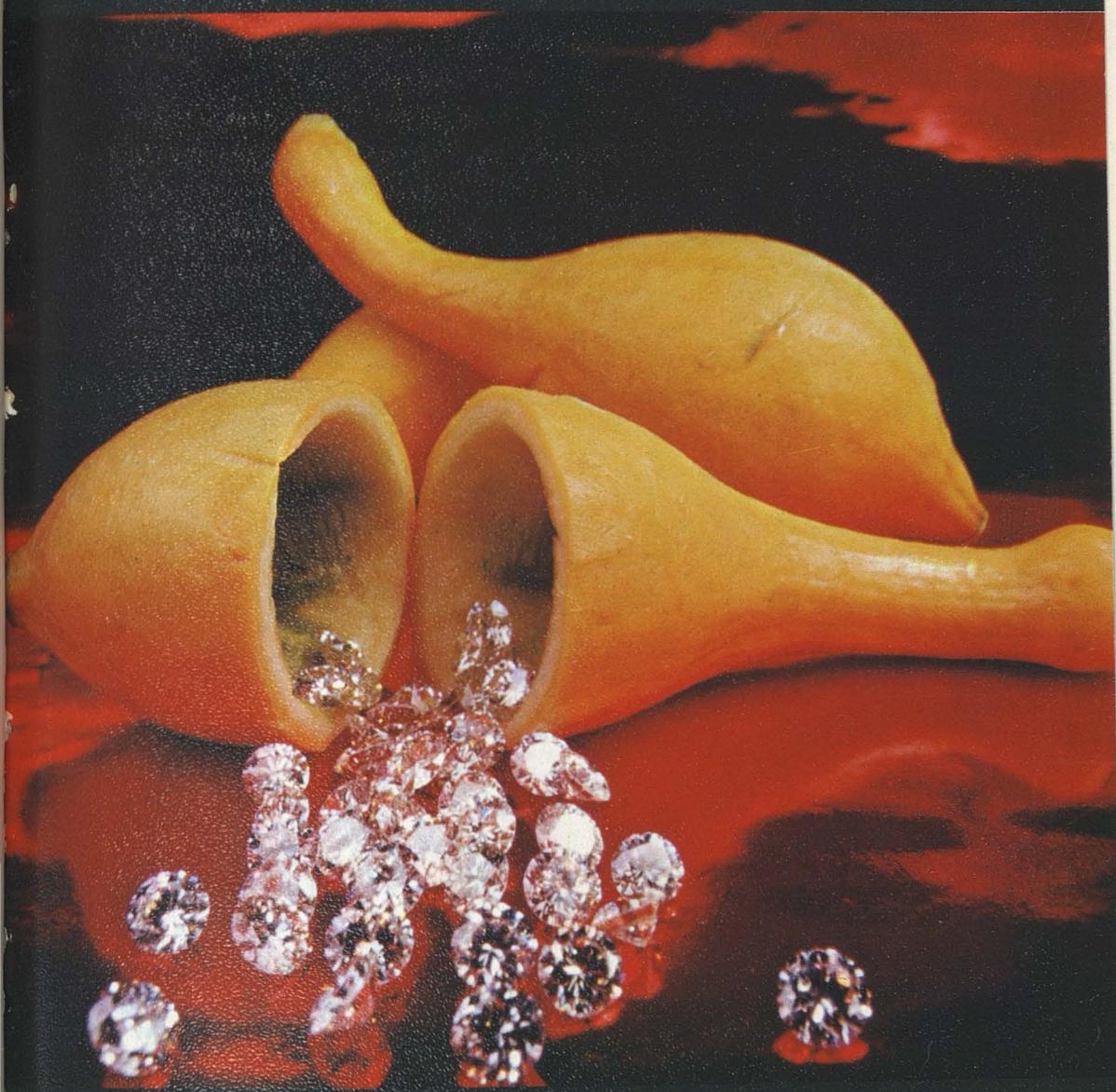
terceiro mundo — 95

## Humor

PINOCHET NÃO TEM QUEM LHE APLAUDA...



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se  
pensa em banco  
no Estado do  
Rio de Janeiro,  
tem um que está  
na cabeça de  
todo mundo.



BANERJ  
NA CABEÇA

**BANERJ**

As coisas estão mudando.